Presidência. Nome de Caio Paes de Andrade é confirmado para a Petrobras. **Página 9**

O TEMPO

R$ 3,00 - www.otempo.com.br - Belo Horizonte - Ano 26 - Número 9327 - Terça-feira, 28/6/2022

Alívio. Corte de impostos federais no valor dos combustíveis chega a R$ 0,68

Gasolina e etanol já estão mais baratos em postos da capital

Derivado do petróleo, que encostou em R$ 8 por litro, está em R$ 7,14

Projeto de lei que zera os impostos federais sobre gasolina, álcool e Gás Natural Veicular (GNV) dos combustíveis, sancionado pelo presidente Bolsonaro na última sexta-feira, começa a ter impacto nas bombas. Em Belo Horizonte, a gasolina caiu para R$ 7,14 em alguns postos. O etanol, que chegou a passar de R$ 5 por litro, ontem já era vendido a R$ 4,75. A retirada dos tributos federais deixa a gasolina R$ 0,68 mais barata; no caso do álcool, R$ 0,24. A redução será ainda maior quando o Estado aplicar o novo teto do ICMS. **Página 8**

Moda ou desespero?

Encher o tanque e fugir sem pagar é atitude cada vez mais frequente.
Página 40

JOÃO MIGUEL JÚNIOR/GLOBO

DESPERTA E LIBERTA

Isabel Teixeira fez "bruaca" passar de ofensa a elogio, tamanho o poder de sua personagem em "Pantanal".
Página 36

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Profissionais de saúde da Santa Casa foram os primeiros a atuar no socorro aos pacientes, retirando do prédio quem tinha condição de ser movido

Pânico em BH

Incêndio na Santa Casa leva terror a pacientes, que foram evacuados

Fogo começou no 10º andar do hospital e apavorou trabalhadores e internados. Pacientes foram carregados, ou retirados em cadeiras de rodas e macas, e esperaram na rua até poderem voltar para a Santa Casa ou serem removidos para outros hospitais, como o João XXIII. **Página 40**

"Muitos pacientes, com roupa de hospital, na rua. Pessoas alteradas, muita gente nervosa."
Claudiana Costa, testemunha

O TEMPO SPORTS

Hulk ainda é dúvida no mata-mata de hoje

Atlético enfrenta o Emelec, no Equador, com Nacho de volta. Hulk viajou, mas se recupera de edema no pé. **Página 41**

Meta do Cruzeiro é ampliar a vantagem

Único time invicto em casa em 2022, a Raposa aposta na torcida como grande motivador contra o Sport. **Página 43**

Eleições

Braga Netto, de BH, leva Minas para a disputa

Confirmado por Bolsonaro como vice em sua chapa à reeleição, general belo-horizontino de 65 anos defende voto impresso e é considerado leal. **Página 3**

Guerra na Europa

Rússia deixa de pagar juros da dívida e culpa sanção internacional.
Página 11

Ação planejada

Outra joalheria é invadida e roubada em BH

Estabelecimento na Savassi foi atacado de madrugada. Ninguém foi preso, assim como nos dois assaltos anteriores, no BH Shopping e no ItaúPower. **Página 40**

COLUNISTA

LUIZ TITO
"Trago seu ministro de volta"
Página 7

MINEIRIDADE

Terra do aço, Ipatinga cria roteiro de experiências rurais. Páginas 12 e 13

PRA FORA DO ARMÁRIO

Nunca é tarde para viver novas experiências afetivas. Página 35

CORPO, VOZ E MOVIMENTO

Escola Neijing da medicina chinesa investiga o que nos adoece. Página 39

Presidência. Nome de Caio Paes de Andrade é confirmado para a Petrobras. Página 9

O TEMPO

R$ 3,00 - www.otempo.com.br - Belo Horizonte - Ano 26 - Número 9327 - Terça-feira, 28/6/2022

Alívio. Corte de impostos federais no valor dos combustíveis chega a R$ 0,68

Gasolina e etanol já estão mais baratos em postos da capital

Derivado do petróleo, que encostou em R$ 8 por litro, está em R$ 7,14

Projeto de lei que zera os impostos federais sobre gasolina, álcool e Gás Natural Veicular (GNV) dos combustíveis, sancionado pelo presidente Bolsonaro na última sexta-feira, começa a ter impacto nas bombas. Em Belo Horizonte, a gasolina caiu para R$ 7,14 em alguns postos. O etanol, que chegou a passar de R$ 5 por litro, ontem já era vendido a R$ 4,75. A retirada dos tributos federais deixa a gasolina R$ 0,68 mais barata; no caso do álcool, R$ 0,24. A redução será ainda maior quando o Estado aplicar o novo teto do ICMS. Página 8

Moda ou desespero?

Encher o tanque e fugir sem pagar é atitude cada vez mais frequente. Página 40

JOÃO MIGUEL JÚNIOR/GLOBO

DESPERTA E LIBERTA

Isabel Teixeira fez "bruaca" passar de ofensa a elogio, tamanho o poder de sua personagem em "Pantanal". Página 36

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Profissionais de saúde da Santa Casa foram os primeiros a atuar no socorro aos pacientes, retirando do prédio quem tinha condição de ser movido

Pânico em BH

Ao menos dois pacientes morrem após incêndio na Santa Casa

Fogo começou no 10º andar do hospital e apavorou trabalhadores e internados. Pacientes foram carregados, ou retirados em cadeiras de rodas e macas, e esperaram na rua até poderem voltar para a Santa Casa ou serem removidos para outros hospitais, como o João XXIII. Página 40

"Muitos pacientes, com roupa de hospital, na rua. Pessoas alteradas, muita gente nervosa."

Claudiana Costa, testemunha

O TEMPO SPORTS

Hulk ainda é dúvida no mata-mata de hoje

Atlético enfrenta o Emelec, no Equador, com Nacho de volta. Hulk viajou, mas se recupera de edema no pé. Página 41

Meta do Cruzeiro é ampliar a vantagem

Único time invicto em casa em 2022, a Raposa aposta na torcida como grande motivador contra o Sport. Página 43

Eleições

Braga Netto, de BH, leva Minas para a disputa

Confirmado por Bolsonaro como vice em sua chapa à reeleição, general belo-horizontino de 65 anos defende voto impresso e é considerado leal. Página 3

Ação planejada

Outra joalheria é invadida e roubada em BH

Estabelecimento na Savassi foi atacado de madrugada. Ninguém foi preso, assim como nos dois assaltos anteriores, no BH Shopping e no ItaúPower. Página 40

Guerra na Europa

Rússia deixa de pagar juros da dívida e culpa sanção internacional. Página 11

COLUNISTA

LUIZ TITO

"Trago seu ministro de volta"

Página 7

MINEIRIDADE

Terra do aço, Ipatinga cria roteiro de experiências rurais. Páginas 12 e 13

PRA FORA DO ARMÁRIO

Nunca é tarde para viver novas experiências afetivas. Página 35

CORPO, VOZ E MOVIMENTO

Escola Neijing da medicina chinesa investiga o que nos adoece. Página 39

A.PARTE

aparte@otempo.com.br

Caso dos fura-filas

Acusado de peculato, ex-adjunto da Saúde pede licença para se candidatar

Denunciado por peculato no caso dos "fura-filas" da vacinação em Minas Gerais, o ex-secretário adjunto da Secretaria de Estado de Saúde (SES) Luiz Marcelo Cabral Tavares (Novo) pediu para ser afastado de suas funções no governo de Minas para se dedicar à campanha eleitoral. Ele é pré-candidato a deputado estadual e foi aprovado no processo seletivo do Partido Novo.

O pedido de afastamento, que é previsto na legislação, foi aceito pela Advocacia Geral do Estado (AGE). Marcelo Cabral Tavares voltou a atuar como procurador do Estado, cargo em que é concursado, após ter sido exonerado do posto de secretário adjunto pelo governador Romeu Zema (Novo) em março de 2021.

A exoneração ocorreu depois que a imprensa revelou que servidores administrativos da SES se vacinaram contra a Covid-19 antes de outras categorias que seriam prioritárias.

Na denúncia apresentada em fevereiro deste ano, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) afirma que Marcelo Cabral, o então secretário de Saúde, Carlos Eduardo Amaral, que é candidato a deputado federal pelo Novo, e mais três pessoas se apropriaram de vacinas contra a Covid-19, das quais tinham posse em razão do cargo, "desviando-as, em proveito próprio e alheio, a fim de vacinarem 832 servidores da Secretaria de Estado da Saúde", o que caracterizaria o crime de peculato.

Na última movimentação na Justiça mineira, em abril, o MPMG pediu a suspensão do processo para tentar negociar um acordo de não persecução penal com os denunciados. Se a medida prosperar, as partes entrarão em acordo sem a necessidade de o caso se arrastar na Justiça até o julgamento.

Servidores públicos concursados que pretendem disputar as eleições têm que pedir licença do cargo até três meses antes do pleito. A lei permite que eles continuem recebendo o salário mesmo afastados para fazer campanha.

No último contracheque disponível no Portal da Transparência, relativo ao mês de abril, Marcelo Cabral Tavares recebeu R$ 40,9 mil como salário bruto, dos quais R$ 25,1 mil dizem respeito ao vencimento básico, e os R$ 15,8 mil restantes são incluídos em "outros valores", categoria que agrupa pagamentos eventuais como ajuda de custo, indenizações, alimentação, entre outros.

O **Aparte** perguntou ao procurador se a denúncia poderia atrapalhar as chances dele nas eleições. "Fizemos um excelente trabalho reconhecido no Brasil. O governo Zema foi muito perseguido, e isso nos envolveu diretamente. Com a tranquilidade de que todo o processo de vacinação foi correto, acrescento que não há prova material de qualquer participação minha em referido processo", respondeu Tavares.

"Alegação no sentido da pergunta é vazia de fundamento e só tem o intuito de perseguir, e não de discutir o futuro de Minas Gerais. A ação penal por si não prova a ocorrência do fato, e quem tem que provar a culpa é quem acusa. Ou seja, a ação não prova nada", continuou o pré-candidato.

Nas redes sociais, Tavares tem apresentado sua visão sobre temas como saúde e educação e também destacado a relação com Zema. No último mês, ele publicou duas fotos ao lado do governador, em eventos institucionais do governo em Juiz de Fora, base eleitoral de Tavares, e em Uberlândia. **(Pedro Augusto Figueiredo)**

Atingidos por drone em evento petista em Uberlândia pedem indenização de R$ 12,1 mil

Três vítimas atingidas pelo drone que despejou um líquido malcheiroso ainda não identificado durante evento político com o ex-presidente Lula (PT) e o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PSD), em Uberlândia, no último dia 15, vão pedir na Justiça indenização por danos morais de dez salários mínimos, cerca de R$ 12,1 mil, pelo ataque.

FLÁVIO TAVARES/15.6.2022

A informação foi dada ontem pela advogada Joana D'Arc de Castro, que representa as vítimas, durante a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A reunião foi convocada pelos deputados Andréia de Jesus (PT) e Cristiano Silveira (PT).

Além da advogada, participaram da reunião Gilmar Machado (PT), ex-prefeito de Uberlândia, a vereadora da cidade Dandara Tonantzin (PT) e Conceição Leal, militante do Movimento Negro do município, que foi vítima do ataque. Os delegados de Uberlândia que acompanham o caso, Luciano Santos e Ana Cláudia Passos, foram convocados para participar da reunião, mas não compareceram.

De acordo com advogada, foi pedido que o caso corra em segredo de Justiça, por medo das vítimas.

"Estamos com uma ação na 6ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia. Pedi para que a ação tramite em segredo de Justiça porque uma das vítimas está com medo porque falou que eles são criminosos, que, de fato, são", disse Joana, que acredita que vai incluir mais vítimas no processo.

Em seu depoimento, Conceição, 73, afirma que machucou o joelho ao se desviar do líquido e que teve sua cabeça lavada com álcool em gel e água gelada na tentativa de retirar o produto.

"Estava no evento com minha neta, quando aparece no céu um drone e nos joga aqueles dejetos. Minha neta chorou muito, ela só tem 16 anos, e eu tentando manter a calma, mas era de um odor horrível. Eu, com 73 anos, lavaram a minha cabeça com álcool em gel e não tinha água na torneira, então jogaram água gelada, e isso me deu uma gripe, fiquei à beira de uma pneumonia", relata.

Ainda de acordo com Joana, o valor da indenização visa reparar as vítimas que se sentiram humilhadas pelo ataque. **(Leíse Costa)**

Senado
Viana torce pela eleição de nome apoiado por Lula

Durante evento político realizado na última semana em Janaúba, o senador Carlos Viana (PL-MG), apoiador do presidente Bolsonaro (PL), afirmou torcer pela reeleição do senador Alexandre Silveira (PSD-MG), aliado de Lula (PT) como candidato ao Senado em Minas. "Alexandre é um companheiro, e eu torço muito pela reeleição dele. Minas Gerais merece que ele esteja lá", disse.

VIDEOPRESS PRODUTORA - 16.5.2022

Segurança
Para Kalil, servidores não vão apoiar Romeu Zema

Pré-candidato a governador, Alexandre Kalil (PSD) disse ontem, em Barbacena, que não acredita que as forças de segurança de Minas Gerais apoiarão a tentativa de reeleição do atual governador, Romeu Zema (Novo), porque ele não cumpriu o acordo do que foi firmado com a categoria. "Foi uma classe que passou por uma desmoralização (com Zema)", disse Kalil.

Paulo Diniz Filho

Dois pesos e duas medidas

Desde antes de protagonizar uma das reviravoltas mais surpreendentes na história recente do Brasil, durante as eleições de 2018, Jair Bolsonaro já era um grande crítico das pesquisas eleitorais. Hoje, quando é apontado por esses levantamentos como segundo colocado, a desconfiança em relação às pesquisas atinge grau máximo: nesse espaço de desdém pelos números, Bolsonaro aproveita para praticar o otimismo.

Não há como negar que, observadas em seu conjunto, as pesquisas eleitorais realmente dão motivos para que sejam questionadas. Há institutos que apontam a vitória de Lula já em primeiro turno, enquanto outros colocam o ex-presidente em uma situação de estabilidade há mais de um ano, pouco acima dos 40% das intenções de voto. Em relação a Bolsonaro, as variações são ainda maiores, oscilando de 27% a 35% da preferência dos eleitores – indicando, respectivamente, tendências de diminuição ou crescimento de sua popularidade.

Mesmo que se expliquem os efeitos do tamanho da amostra de eleitores entrevistados, ou da distribuição destes no território, ainda assim é válido o questionamento sobre as instituições que se dispõem a divulgar resultados que estejam sujeitos a retratar de forma tão distorcida a realidade.

Entretanto, Bolsonaro e seus apoiadores não costumam desenvolver esse tipo de raciocínio quando refutam as pesquisas eleitorais. O que fazem é reproduzir a ideia de que a receptividade do povo nas ruas é muito mais capaz de representar a popularidade presidencial.

Ocorre que, quando olha para Minas Gerais, Bolsonaro e seus auxiliares passam a ter confiança nas pesquisas eleitorais. Mesmo que seu partido tenha um pré-candidato ao governo de Minas, o senador Carlos Viana, Bolsonaro se nega a declarar-lhe seu apoio exclusivo, insistindo em manter proximidade com o governador Romeu Zema. Como as pesquisas apontam liderança de Zema na disputa eleitoral, Bolsonaro prefere cortejar os supostos eleitores do governador, em vez de emprestar sua popularidade para fortalecer Viana.

É notório que, hoje, Romeu Zema busca se afastar de Bolsonaro, temeroso de ser atingido pela polarização da política nacional. Mesmo assim, o presidente insiste em constrangedores elogios a Zema, reafirmando não apenas sua infidelidade partidária, como também a ingratidão ao senador de sua base – que, ao defender cotidianamente as posições do governo, traz para si sempre um pouco do desgaste acumulado por este.

A traição de Bolsonaro a Viana, para além do aspecto antiético apontado, traz a comprovação de que o núcleo presidencial se baseia nas pesquisas de intenções de voto para tomar suas decisões de posicionamento político em Minas. Cobiçar os eleitores de Zema, evidentemente, só é uma opção quando se acredita que estes existem – assim como afirmam os institutos. Dessa forma, é razoável supor que o discurso antipesquisa de Bolsonaro é muito mais sinal de sua estratégia política do que uma crença em si. Portanto, o presidente realmente sabe que tem poucas chances de vencer em outubro.

TEL: (31) 2101-3915
Editora: Marina Schettini
marina.schettini@otempo.com.br
e-mail: politica@otempo.com.br
twitter: http://twitter.com/OTEMPOpolitica
Atendimento ao assinante: 2101-3838

Fiscalização tributária I

Dirigentes de nove entidades representativas dos Fiscos da União, de Estados e de municípios se uniram contra um projeto de lei que aborda direitos, garantias e deveres do contribuinte. A proposta tramita em regime de urgência e foi batizada de "código de defesa do sonegador".

Fiscalização tributária II

Em manifesto, as entidades afirmam que o projeto – de autoria do deputado Felipe Rigoni (União Brasil-ES) – colocaria obstáculos à tributação de grandes contribuintes e à repressão das empresas de fachada. Ainda segundo eles, o projeto enfraquece mecanismos de fiscalização.

Política

Eleições. Presidente optou pelo ex-ministro após ter considerado outros nomes sugeridos para a chapa

Bolsonaro anuncia o general Braga Netto como seu vice

Militar é de BH e será o representante de Minas na disputa polarizada no país

BRASÍLIA. O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que deve oficializar o general Braga Netto (PL) como candidato a vice na sua chapa nas eleições deste ano. "Pretendo anunciar nos próximos dias", afirmou. O chefe do Executivo disse que outros "excelentes nomes" foram cotados para ocupar o posto, como a deputada e ex-ministra Tereza Cristina (PP), mas disse que ela não será a escolhida.

"Vice é só um. Gostaria de poder indicar dez, aí não teria problema", afirmou ao programa "4 por 4", em entrevista feita por simpatizantes do presidente.

Braga Netto se filiou ao PL e deixou o Ministério da Defesa no prazo exigido para poder concorrer no pleito deste ano. Em abril, o chefe do Executivo já havia afirmado que o general tinha 90% de chance de ser seu vice.

No meio de junho, porém, disse que Tereza Cristina também estava no páreo. O mandatário afirmou que os dois nomes estavam "cotadíssimos" para o posto. Com isso, a deputada deve concorrer ao Senado pelo Estado de Mato Grosso do Sul.

REPERCUSSÃO. Aliados do presidente que integram os partidos do centrão fizeram uma avaliação negativa do anúncio de que o general Braga Netto será o vice na chapa do chefe do Executivo.

Apesar de evitarem críticas públicas à escolha do mandatário, correligionários avaliam que o militar dificulta a missão de ampliar o eleitorado bolsonarista e reforça a imagem radical do presidente.

A preferência de grande parte do centrão era por Tereza Cristina (PP). A decisão serviria para tentar melhorar o desempenho de Bolsonaro entre as mulheres, fatia do eleitorado em que tem um dos piores índices, segundo as pesquisas de intenções de voto. Além disso, havia a avaliação de que a parlamentar ajudaria a passar uma imagem mais moderada para a chapa do mandatário.

Nos bastidores, interlocutores do Palácio do Planalto creditam a escolha ao fato de o chefe do Executivo ver o militar como uma pessoa mais confiável e que não representaria risco.

Tereza Cristina, por sua vez, tem bom trânsito no Congresso e, em uma eventual crise, poderia dar força a um movimento a favor do impeachment de Bolsonaro em um segundo mandato, caso seja reeleito.

Nas últimas semanas, porém, Bolsonaro começou a reavaliar a decisão. Diante da dificuldade para decolar nas pesquisas, o nome de Tereza Cristina passou a ser defendido por integrantes do governo e do Congresso como uma forma de o chefe do Executivo ampliar o eleitorado e melhorar a imagem junto ao público feminino.

O chefe do Executivo se mostrou aberto à discussão em conversas reservadas. Prova de que titubeou em relação ao general para seu vice foi a mudança de discurso recente quando abordado sobre o assunto.

Se em abril disse que tinha 90% de chance de indicá-lo para o posto, no último dia 15 equiparou as chances dele e as de Cristina para ocupar a função. A hesitação ocorreu no momento em que mais sofria pressão para escolher a deputada. Depois de viver um momento de euforia, Bolsonaro estagnou nas pesquisas, e aliados começaram a traçar novas estratégias em relação à disputa contra o ex-presidente Lula (PT). **(Matheus Teixeira/Folhapress)**

Fiel

Militar vai tocar plano

Braga Netto é um dos aliados mais fiéis de Bolsonaro e ajudou o presidente a consolidar o apoio da cúpula das Forças Armadas. Nos momentos de tensão, nunca se opôs ao presidente e o apoiou.

Como já era dado como favorito para ser o vice, a campanha de Bolsonaro já vinha dando papel de protagonismo ao general nas discussões internas.

Ele tem sido usado por políticos próximos do mandatário para trazer a ala militar do bolsonarismo para perto dos aliados do centrão, que hoje tocam o dia a dia da campanha à reeleição.

O general tem participado de reuniões do comitê e ficou responsável pela construção do programa de governo. Segundo aliados, caberá a ele reunir dados de entregas dos ministérios e apresentar um planejamento da administração para os próximos quatro anos.

Nas redes sociais, aliados de Bolsonaro também elogiaram a decisão do mandatário. Em alguns casos, publicaram a imagem do militar ao lado de uma foto do ex-governador Geraldo Alckmin (PSB), que será vice de Lula, e tentaram fazer comparações entre os dois.

EDITORIA DE ARTE / O TEMPO

QUEM É O VICE?

Perfil do general Walter Braga Netto

1 Belo-horizontino, tem 65 anos e começou no Exército em 1974. Em fevereiro de 2020, ao ser convidado pelo presidente Bolsonaro para assumir o Ministério da Casa Civil, antecipou sua aposentadoria e entrou para a reserva.

2 Já foi chefe do Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas no Timor Leste e adido do Exército na Polônia, no Canadá e nos Estados Unidos. Coordenou a defesa de área dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio-2016.

DANILO VERPA/FOLHAPRESS

3 Em 2018, durante a gestão do presidente Michel Temer (MDB), foi indicado para ser o interventor de segurança pública no Rio de Janeiro.

4 É considerado leal pelos colegas, o que teria sido um dos motivos para a escolha do presidente. Mas a principal razão seria uma espécie de "seguro impeachment". Ao colocar um militar como vice, Bolsonaro acredita que pode evitar que eventuais pedidos de inpedimento no Congresso prosperem, porque, se ele fosse retirado, quem assumiria o controle da nação seria uma militar.

5 O general filiou-se ao PL no fim de março. Além da Casa Civil, comandou o Ministério da Defesa. No cargo, condicionou a realização das eleições à adoção do voto impresso – o Congresso não aprovou a medida. Também publicou um manifesto comemorando o golpe que resultou na ditadura militar.

FONTE: PESQUISA DIRETA
ALEXANDRE NETO/PHOTO PRESS/FOLHAPRESS

Mudança. Bolsonaro afirmou que novo comando da Petrobras representa outra "dinâmica nos combustíveis"

Presidente diz não cogitar 'mexer no canetaço' na Lei das Estatais

Legislação determina os parâmetros de governança das empresas públicas

■ LUANA MELODY BRASIL

Ao comentar a eleição de Caio Paes de Andrade como presidente da Petrobras, decidida ontem pelo Conselho de Administração da estatal, o presidente Jair Bolsonaro (PL) considerou que este é o início de "uma nova dinâmica na questão dos combustíveis".

"Pode ter certeza, hoje (ontem) o Caio está tomando posse lá na Petrobras, teremos uma nova dinâmica também na Petrobras na questão dos combustíveis no Brasil", disse o presidente em evento no Palácio do Planalto de apresentação da nova identidade e do passaporte nacionais.

Em seguida, Bolsonaro disse que não pretende "mexer no canetaço na Lei das Estatais". "Tudo vai ser analisado na conformidade, na base da lei, sem querermos mexer no canetaço na Lei das Estatais, sem querer interferir em nada, mas com muito respeito, com muita responsabilidade, fazendo com o que o Brasil realmente se alavanque", declarou.

A ideia de mexer na Lei das Estatais por Medida Provisória (MP) editada pelo Planalto foi ventilada pelo governo federal e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). A lei determina os critérios de governança das empresas públicas.

A norma também proíbe a indicação de dirigentes partidários ou de políticos que tenham disputado eleições nos 36 meses anteriores à indicação.

Essa lei foi aprovada e sancionada em 2016, durante a gestão de Michel Temer (MDB), em resposta a uma série de investigações que apontaram uso político das empresas em administrações anteriores. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já se posicionou contra essa proposta do Executivo federal.

INQUÉRITO. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) entrou ontem com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a abertura de um inquérito para investigar o presidente Jair Bolsonaro pela existência de supostas mensagens que poderiam incriminá-lo (*leia mais nesta página*).

A motivação é uma conversa do ex-presidente da Petrobras Roberto Castello Branco com o ex-presidente do Banco do Brasil Rubem Novaes de que seu celular corporativo teria conversas que implicariam o presidente Jair Bolsonaro.

Randolfe solicita a tomada de medidas como busca e apreensão do celular citado na conversa para perícia e a divulgação do conteúdo dos diálogos: "Se o presidente da República interfere na gestão de patrimônio público, que é de todos os brasileiros e usado exclusivamente em seu prol, é direito de todos os brasileiros conhecer os fatos".

ALAN SANTOS/PR

Troca. Presidente participou de evento no Palácio do Planalto de apresentação da nova identidade e do passaporte nacionais

Requerimento

Cópia. Os senadores Jean Paul Prates (PT-RN), Jaques Wagner (PT-BA) e Zenaide Maia (PROS-RN) pediram cópia dos arquivos de mensagens dos celulares desde 2019.

Comissão

Requerimento para instalação de CPI tem 139 assinaturas

O requerimento de instalação da CPI da Petrobras, como vem sendo chamada, empacou em 139 das 171 assinaturas necessárias para ser protocolado. No dia 22 de junho, eram 134. O texto foi apresentado pelo deputado Altineu Côrtes, líder do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro.

A proposta do colegiado seria apurar "supostas irregularidades no processo de definição de preços dos combustíveis e outros derivados do petróleo no mercado interno".

A confirmação da tentativa de instalação da CPI da Petrobras foi feita pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), durante pronunciamento em sua residência oficial, no dia 20 de junho.

A pressão governista foi desencadeada pelo aumento no preço dos combustíveis anunciado pela Petrobras no dia 17. A empresa reajustou o valor da gasolina em 5,2% e o do diesel em 14,2%.

Depois do informe sobre os novos valores, o presidente Jair Bolsonaro (PL) defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Petrobras. **(Gabriela Oliva/Brasília)**

Celular corporativo

Ex-presidente da estatal diz que áudios incriminariam Bolsonaro

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS - 10.11.2018

Castello Branco não entrou em detalhes sobre possíveis crimes

Ex-presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco disse que tinha em seu telefone celular corporativo mensagens que poderiam incriminar o presidente Jair Bolsonaro (PL). A informação foi publicada pelo site Metrópoles anteontem.

De acordo com a publicação, o ex-presidente da Petrobras debatia com Rubem Novaes, ex-presidente do Banco do Brasil, numa discussão em um grupo de economistas, no último sábado, sobre a elevação do preço dos combustíveis.

"Se eu quisesse atacar o Bolsonaro não foi e não é por falta de oportunidade (sic). Toda vez que ele produz uma crise, com perdas de bilhões de dólares para seus acionistas, sou insistentemente convidado pela mídia para dar minha opinião. Não aceito 90% deles e quando falo procuro evitar ataques", rebateu o ex-presidente da estatal.

"No meu celular corporativo tinha mensagens e áudios que poderiam incriminá-lo. Fiz questão de devolver intacto para a Petrobras", diz Castello Branco, sem entrar em detalhes sobre quais crimes o presidente teria cometido e estariam registrados no aparelho.

Em outro trecho da discussão, Castello Branco classifica Bolsonaro como "psicopata" ao relatar uma teoria conspiratória que teria sido dita a ele pelo chefe do Executivo federal.

"Já ouvi de seu presidente psicopata que nos vagões dos trens da Vale, dentro da carga de minério de ferro vendido para os chineses, ia um monte de ouro", disse o ex-dirigente. **(Redação Brasília)**

Entrevista

Marcelo **Álvaro Antônio**
DEPUTADO FEDERAL (PL-MG)

ACESSE O QR CODE E VEJA A ENTREVISTA COMPLETA

VIDEOPRESS PRODUTORA

Pré-candidato do PL ao Senado, o deputado federal Marcelo Álvaro Antônio disse, em entrevista ao **Café com Política**, da rádio **Super 91,7 FM**, que as candidaturas do presidente e do governador são convergentes no sentido de evitar a volta da esquerda ao poder.

"Os adversários de Zema e de Bolsonaro são os mesmos"

Como fica a pré-candidatura do senador Carlos Viana (PL) nesse cenário com os "gracejos" do presidente Jair Bolsonaro ao governador Romeu Zema (Novo)? A gente viu isso, por exemplo, no evento da Fiemg, quando o presidente fez questão de pegar na mão do governador e jogar para cima. Ouvimos o presidente, na semana passada, dizer que o Viana poderia até mesmo desistir da candidatura porque seria difícil que ele chegasse ao segundo turno. O que eu vejo é que o presidente Bolsonaro tem um respeito muito grande pelo governador Romeu Zema, pelo trabalho que o governador vem exercendo aqui, no Estado, mas ele tem consciência também de que o Viana é o nosso pré-candidato. Agora, o presidente Bolsonaro vai se posicionar no momento certo. Como o próprio governador Romeu Zema disse, em várias oportunidades, que ele tem o pré-candidato da República do partido dele e vai ser fiel a isso. E o presidente Bolsonaro tem essa consciência de que o senador Carlos Viana é o nosso pré-candidato, tanto que o senador tem andado por Minas Gerais e ele próprio tem dito que é pré-candidato. E o presidente Bolsonaro respeita isso, e eu tenho certeza de que, no momento certo, ele vai se posicionar.

Como é a relação do partido do senhor e do senhor especificamente com o governador Romeu Zema? Houve algum acordo entre o PL e o governador Romeu Zema? Há alguma possibilidade de que o partido abandone, por exemplo, a candidatura de Carlos Viana para se juntar ao grupo político de Romeu Zema? Ele, governador, manifestou alguma preferência para que o PL, para que a candidatura do senhor ao Senado, caminhasse junto do grupo político dele? A gente tem que compreender o posicionamento de alguns deputados do PL em relação ao governo Zema, porque, quando o presidente Bolsonaro se filiou ao PL, o PL aqui, na Assembleia Legislativa, por exemplo, já era base do governo Zema. Então a gente tem que compreender também o posicionamento dos deputados. Agora, na medida em que o presidente Bolsonaro se filiou ao PL, e isso foi um fato novo para esses deputados, e também lançamos a pré-candidatura do senador Carlos Viana, então a gente precisa dar um tempo para que isso se acomode dentro do partido, para que o diálogo aconteça, para que esses deputados tenham consciência de que é muito importante que o partido precisa caminhar unido. Agora, em relação a conversar com o governador Zema ou com o grupo do governador Zema em relação ao Senado na chapa, não, hoje a nossa chapa está muito bem-definida aqui, no Estado. Então, é o senador Carlos Viana como pré-candidato a governador e Marcelo Álvaro Antônio como pré-candidato ao Senado.

Mesmo com esse desenho que o senhor está apontando, o presidente ainda espera algum gesto do governador Romeu Zema? Há essa expectativa de que o governador Romeu Zema faça um gesto favorável ao presidente Bolsonaro? Na verdade, o que eu vejo é que tanto o presidente Bolsonaro quanto o governador Zema têm a consciência de que as candidaturas são convergentes num ponto: nosso adversário, nosso inimigo, é o mesmo. Então a luta do presidente Bolsonaro, do governador Romeu Zema, do senador Carlos Viana é para não deixar voltar aquela turma que assaltou os cofres do Brasil e de Minas Gerais, que é a esquerda, que é o PT. Essa pauta é convergente entre os grupos. Então é por isso que o presidente Bolsonaro sinaliza, se posiciona, faz gestos para o governador Zema, com essa consciência de que o nosso adversário é o mesmo.

Tem outro adversário que o governo de Minas precisa enfrentar, que são as contas públicas. Como o senhor avalia a necessidade de adesão do Estado, por exemplo, ao Regime de Recuperação Fiscal, que é visto como uma proposta interessante sob a ótica do governo de Minas, mas há discussões, por exemplo, sobre encontro de contas, quanto o Estado deve e quanto a União deve ao Estado. O senhor é favorável a essa proposta e vê espaço no governo federal para que algo no espectro de um encontro de contas possa acontecer? Eu acho importante esse Regime de Recuperação Fiscal, mas acho que tem que ser melhor debatido, porque a gente não tem que sacrificar de forma considerável o servidor público nesse projeto de recuperação fiscal. Agora, o debate é completamente aberto com o governo federal, embora isso esteja sob liminar do ministro (do STF Luís Roberto) Barroso, que suspendeu o pagamento dessa dívida do Estado com a União. Eu acredito que isso favoreceu muito para que o Estado esteja sendo saneado, que as contas estejam mais em dia. Certamente, se o governador Zema tivesse que pagar essa dívida como outros governador vieram pagando, o Estado estaria com as contas bem mais complicadas. Não tenho dúvida nenhuma de que essa é uma conversa que tem que ser feita com a equipe econômica do governo federal para saber qual é a viabilidade desse encontro de contas. Claro que estarei sempre defendendo que Minas Gerais possa ter o melhor acordo possível e que possa crescer e avançar sempre.

> "A chapa hoje é Carlos Viana para governador e Marcelo Álvaro para o Senado."

> "O Kalil foi tendendo sua vida pública para a esquerda, aí eu rompi com ele."

> "Precisamos ter um Parlamento alinhado com as pautas da direita."

O senhor apoiou o ex-prefeito (de BH Alexandre) Kalil no segundo turno das eleições de 2016, porque o senhor foi candidato a prefeito no primeiro turno. O senhor se arrepende? Naquela oportunidade de que eu apoiei o Kalil, ele nunca tinha sido gestor público de nada, ele era uma figura completamente desconhecida no mundo político. Então ali, naquele momento, eu só tinha duas opções. Ali era o João Leite no segundo turno, que representava, junto com pelo menos uns 15 partidos políticos, aquela mesma forma de governar, que eu tinha certeza que, se o João Leite ganhasse, a prefeitura seria loteada, cada secretaria para um partido político, e o Kalil que apresentava, naquele momento, uma novidade, um outsider que dizia que faria uma gestão independente. E aquilo ali acabou me fazendo apoiar o Kalil no segundo turno. Infelizmente, depois de certo tempo, o Kalil foi tendendo a sua vida pública para a esquerda e, certamente, na hora que eu identifiquei esse posicionamento, eu rompi completamente ali a relação política com o Kalil.

O que o pré-candidato ao Senado Marcelo Álvaro Antônio tem a oferecer ao eleitorado mineiro como alternativa aos nomes que hoje estão colocados e que não poderiam entregar? Eu apresento a minha pré-candidatura ao Senado com uma consciência muito grande que, em primeiro lugar, precisamos ter um Parlamento, seja uma Câmara Federal, uma Assembleia Legislativa ou um Senado Federal, alinhados com as pautas da direita, da centro-direita, a defesa da pátria, da família, a defesa dos princípios e dos valores cristãos, a defesa da liberdade do povo brasileiro. Eu já me sinto preparado para representar o Estado de Minas Gerais, para debater a infraestrutura do Estado, o desenvolvimento econômico e o agronegócio. Então o que o eleitor mineiro pode esperar de mim é um posicionamento ao lado do presidente Bolsonaro defendendo essas pautas que são muito caras para a população brasileira.

Escândalo no MEC. O deputado federal Reginaldo Lopes, do PT-MG, encaminhou demanda a Carmen Lúcia

Ministra envia à PGR pedido de petista para investigar Bolsonaro

Solicitação se baseia em pedido do MPF a respeito de uma conversa telefônica

■ LUANA MELODY BRASIL

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia enviou para análise da Procuradoria Geral da República (PGR) um pedido feito pelo deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) para que o presidente Jair Bolsonaro (PL) seja investigado no processo de suspeita de corrupção no Ministério da Educação (MEC), durante a gestão de Milton Ribeiro.

O despacho foi divulgado ontem. O pedido do deputado de oposição se baseou em outro pedido, feito na última sexta-feira, pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça Federal de Brasília, com base na conversa telefônica de Ribeiro com uma de suas filhas, no dia 9 de junho, interceptada na investigação da Polícia Federal.

"Hoje o presidente me ligou, ele está com pressentimento, novamente, que eles podem querer atingi-lo através de mim. É que tenho mandado versículos para ele", disse Ribeiro na conversa.

Os procuradores do MPF apontaram "indício de vazamento da operação policial e possível interferência ilícita por parte do presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, nas investigações".

Na ação, o parlamentar argumenta que, "a partir da existência dos graves fatos criminosos em apuração sobre parte da organização criminosa, seja intimada a Procuradoria Geral da República para que instaure procedimento investigatório com o objetivo de apurar as condutas e responsabilidades criminais do senhor Jair Messias Bolsonaro". O despacho se encerra com a ordem de Cármen Lúcia para que a PGR se manifeste e, "na sequência", retorne a ela "os autos imediatamente conclusos".

CPI. O vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) declarou não acreditar no avanço de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a denúncia de corrupção no Ministério da Educação, que resultou na prisão do ex-ministro Milton Ribeiro na última semana. De acordo com Mourão, a proximidade com as campanhas eleitorais e as eleições, marcadas para outubro deste ano, pode dificultar o funcionamento de uma CPI.

"Acho complicado, porque está todo mundo pensando em eleição, não é? Mais três meses tem essa eleição. Então eu acho que falta tempo para isso progredir. Acho também que não vai para a frente", disse.

Alegação
"Ninguém tinha ou tem poder"

SÃO PAULO. A defesa do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, investigado por suposto "respaldo" a um "gabinete paralelo" instalado na pasta, sustenta que nem o aliado do presidente Jair Bolsonaro, "nem ninguém tinha e/ou tem poder para favorecer pessoas, cidades ou Estados" dentro do MEC. A alegação se choca com a operação Acesso Fácil, da Polícia Federal, que indica que Ribeiro deu "prestígio" à atuação dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. Segundo prefeitos, os religiosos pediam propina em dinheiro, Bíblia e até em barra de ouro para liberar verbas da pasta.

Em nota, os advogados Daniel Bialski e Bruno Garcia Borragine ainda reiteram a alegação de que, assim que tomou conhecimento das denúncias, Ribeiro levou o caso à Controladoria Geral da União. O ex-ministro já havia dado essa versão, chegando a indicar que se afastou dos pastores sob investigação da PF.

NELSON JR./SCO/STF – 7.6.2022

MEC. Despacho da ministra Cármen Lúcia solicita à PGR que se manifeste sobre pedido da oposição

A PF e a 'falta de recursos'

Justificativa. A Polícia Federal tem três jatos da Embraer, mas alegou que não tinha recursos para transportar o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro na quarta-feira passada, data de sua prisão. Apesar de haver uma ordem judicial para que Ribeiro fosse transferido de Santos (SP), onde reside, até Brasília, a PF manteve o ex-ministro em São Paulo.

Citação. O descumprimento da ordem judicial foi citado pelo delegado Bruno Calandrini, que preside o inquérito sobre um gabinete paralelo no MEC.

Interferência
Suspeita aumenta pressão por CPI

BRASÍLIA. Com uma assinatura a mais que o mínimo necessário, a oposição no Senado ainda tenta engrossar com ao menos mais dois nomes o requerimento para a criação de uma CPI sobre as suspeitas que envolvem o Ministério da Educação.

A ideia é ter força suficiente para pressionar o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a não segurar a instalação do colegiado, como fez com a CPI da Covid no ano passado.

O entendimento é que as suspeitas de interferência do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas investigações ajudaram a aumentar essa pressão sobre o chefe do Senado. Os oposicionistas também tentam evitar que haja defecções de nomes que já assinaram a lista, como o do senador Alexandre Giordano (MDB-SP), um dos últimos a defender a criação da comissão investigativa. Até o momento, 28 senadores já assinaram o requerimento para que haja a CPI. O mínimo necessário é 27. A ideia é que o pedido seja protocolado hoje. **(Matheus Teixeira e José Marques/Folhapress)**

Renan deve reassumir mandato em caso de CPI

SÃO PAULO. Renan Calheiros (MDB-AL) deve reassumir seu mandato se a CPI do MEC for instalada no Senado. O parlamentar tirou uma licença de 120 dias em 2 de junho, para se dedicar à eleição de seu filho, o ex-governador Renan Filho (MDB), ao Senado. O retorno será a pedido do líder do MDB, Eduardo Braga (AM).

Renan foi relator da CPI da Covid, no ano passado, posição em que travou duros embates com o governo de Jair Bolsonaro (PL). Ele já declarou apoio à candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na semana passada, o líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), reuniu todas as assinaturas necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as suspeitas sobre o Ministério da Educação.

LUIZ TITO
luizctito@bol.com.br

Privatização da Gabriel Passos

Matéria recente assinada pelos repórteres Gabriel Ronan e Simon Nascimento, da editoria de Economia de **O TEMPO**, tratou das questões relegadas, ao que parece, a segundo plano na pauta da Petrobras, o que possivelmente levará à privatização da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim. Com toda crise pela qual estamos pagando nos preços de compra de combustíveis no Brasil, estando a Petrobras despejando sem miséria seus lucros na conta de investidores, na sua grande maioria internacionais, não se entende o porquê de não se empreender a expansão da Regap, da qual muito depende a economia mineira, sabendo-se, inclusive, que os projetos dessa expansão estão prontos, guardados na gaveta de algum diretor da Petrobras. Essa medida não resultaria no avanço da autossuficiência brasileira no refino e no aumento da arrecadação do ICMS aplicado sobre o combustível resultante do mesmo refino, por Minas Gerais? Por que não briga o governo mineiro por essa medida? Será porque a privatização da Petrobras interessa ao liberalismo do Partido Novo?

DIVULGAÇÃO

Energia solar. O deputado estadual Gil Pereira; expansão do modelo em Minas é a grande perspectiva que o Estado tem de geração de emprego

Energia no Norte e Noroeste

Pela informação do deputado estadual Gil Pereira, os municípios que receberão a construção de linhas de transmissão e subestações para atender à licitação de 13 lotes a serem liberados pela Aneel no próximo dia 30 serão Buritizeiro, Jaíba, Janaúba, Pirapora, Várzea da Palma, Presidente Juscelino, Arinos e Paracatu. A expansão da energia solar em Minas é a grande perspectiva que o Estado tem de geração de emprego e ICMS nos próximos anos.

Comprando e comprando

A Prefeitura de Nova Lima, aquela que comprou por mais de R$ 15 milhões em tablets e notebooks para os alunos, mas não demonstrou como estes serão utilizados nem tampouco os conteúdos que terão, firmou no mesmo momento contrato com uma empresa do sul do país, a Baby Gim-Franquias e Participações, para "prestar serviços de assessoramento, treinamento, consultoria e desenvolvimento para implementação de salas psicomotoras nas creches nas unidades escolares da rede municipal de ensino". O valor: 2.077.518,52. A publicação da assinatura não fala o que será na realidade oferecido, em que prazo, quantos professores serão assessorados e treinados. Tampouco o que são "salas psicomotoras". Contratos de assessoramento e consultoria, quando firmados pelo serviço público, geralmente geram dúvidas, de tão amplos que podem ser seus objetos. Cabe às Câmaras Municipais e ao Tribunal de Contas investigar essas contratações.

Só promessas

Professores e funcionários da educação de Nova Lima já não entendem mais as razões da protelação do pagamento, pelo município, das verbas legais relativas ao Prêmio Ideb, conforme o Projeto de Lei 2.129/2022, aprovado no início do ano e não sancionado pelo prefeito João Marcelo. O mesmo tratamento, quer dizer, de tanto descaso, não teve o aditivo ao contrato firmado pelo município com a empresa de ônibus Via Ouro, que sempre ganha as licitações para o transporte escolar. O aditivo dos dois últimos anos foi de mais de R$ 7 milhões cada um.

"Trago seu ministro de volta"

Com a revelação, no final de semana, das conversas contidas nas gravações feitas pela PF entre o ex-ministro Milton Ribeiro e sua filha, contando sobre pressentimentos do presidente Bolsonaro, o que mais ficou evidenciado nas rodas políticas em Brasília, ontem, foram as qualidades de vidente que nosso mandatário tem. Pressentiu, falou, e tiro e queda. Faltou pouco para Ribeiro viajar de São Paulo para Brasília na classe especial do avião preto da PF. Isso não estava no pressentimento.

Planos de saúde

Não se sente por parte dos governos, em qualquer instância, federal ou estadual, uma interferência na relação dos planos de saúde com seus filiados. É verdade que é uma opção de quem contrata. E os que já contrataram, que vira e mexe são surpreendidos com aumentos, demoras na marcação de cirurgias, serviços que não podem ser prestados? E os que não têm opção? A quem recorrer? À Justiça?

Fórum de Lisboa

Ontem (27), teve início o X Fórum Jurídico de Lisboa. Realizado na Faculdade de Direito, participaram do evento cinco ministros do STF, cinco ministros do STJ, a presidente do TST, o presidente do TCU, do Banco Central, além de presidentes de tribunais regionais, estaduais e importantes advogados brasileiros. Na abertura, o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco, falou da constante necessidade de preservação das instituições brasileiras. Ex-primeiro-ministro de Portugal, Durão Barroso ressaltou a gravidade do momento para a União Europeia em razão da guerra na Ucrânia. E o novo corregedor nacional do CNJ, ministro Luiz Felipe Salomão, falou da importância do seminário como centro de discussão científica, no ano em que a independência do Brasil completa 200 anos.

Fake news. Apenas 13 dos 33 líderes convidados pelo tribunal endossaram compromisso contra desinformação

Acordo do TSE tem baixa adesão de religiosos

BRASÍLIA. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) convidou 33 líderes ou representantes de entidades religiosas para assinar um acordo contra fake news nas eleições, mas conseguiu apoio efetivo de apenas 13 nomes.

A ideia do tribunal era receber a assinatura de aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL), como o empresário Carlos Wizard, além do líder da bancada evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante (União Brasil-RJ), mas eles não endossaram o acordo.

Também foram convidados, mas não apoiaram o termo de cooperação, representantes de grandes igrejas evangélicas.

O TSE buscou, entre outros nomes, o bispo Abner Ferreira, presidente da Assembleia de Deus, Ministério de Madureira, o pastor Samuel Câmara, presidente da Convenção da Assembleia de Deus do Brasil (CADB), e o bispo Eduardo Bravo, presidente da Unigrejas. Bravo chegou a afirmar à "Folha de S.Paulo", dias antes do evento, que assinaria o documento.

Depois, em nota, o presidente da Unigrejas disse que resolveu ficar como observador, pois havia "temas sensíveis em pauta, como o chamado combate à desinformação". Já o deputado Sóstenes afirmou que não participou por "razões pessoais". As listas dos convidados e de quem assinou o documento foram entregues pelo tribunal à "Folha" via Lei de Acesso à Informação.

Procurado, o TSE não se manifestou sobre os pedidos rejeitados de apoio ao termo. O tribunal recebeu apoio de entidades de juristas evangélicos, islâmicos e espíritas. Também participaram do evento em 6 de junho e assinaram o documento representantes dos adventistas, judeus, budistas e de religiões afro-brasileiras.

SERMÕES. No acordo, as lideranças religiosas se comprometeram a promover a "exclusão da violência durante as pregações, sermões e homilias, ou ainda em declarações públicas ou publicações que venham a fazer". A ideia do TSE é reduzir a resistência ao sistema de voto, no momento em que Bolsonaro realiza ataques às urnas e faz ameaças. **(Mateus Vargas/Folhapress)**

PAULO SERGIO/CAMARA DOS DEPUTADO – 22.6.2022

Deputado Sóstenes Cavalcante (UB-RJ) não assinou acordo do TSE

Economia

Dólar (Valores em R$) 27/06/2022	comercial	paralelo	turismo
COMPRA	5,233	5,37	5,330
VENDA	5,234	5,47	5,436

27/06/2022	
Ouro	303,00
Euro	5,539
Bovespa	2,12%
Pontos	100.763

TEL: (31) 2101-3926
Editor: Karlon Aredes
karlon.aredes@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838

Alívio. Expectativa é que, com corte nos impostos federais, haja novas reduções de preços nos próximos dias

Litro da gasolina é encontrado a R$ 7,14 em postos da capital

Justificativa é que combustível nas bombas hoje foi comprado antes

SIMON NASCIMENTO

Motoristas de Belo Horizonte já estão pagando mais barato para abastecer os veículos após o corte de impostos federais que incidem sobre os preços dos combustíveis. Na avenida Tereza Cristina, no perímetro entre os bairros Camargos e Padre Eustáquio, o litro da gasolina chegou ontem ao preço de R$ 7,14. O valor está sendo praticado por vários postos localizados na Via Expressa.

As cifras também já são encontradas em estabelecimentos da avenida Antônio Carlos, na região da Pampulha. A queda no preço da gasolina, segundo informou o supervisor de um posto à reportagem de **O TEMPO**, é efeito direto dos cortes nos impostos federais que incidem sobre os combustíveis.

De acordo com o administrador, o preço deve continuar caindo nos próximos dias, tendo em vista que o repasse pelo abatimento dos tributos federais, que deve chegar a R$ 0,68 somente para a gasolina, está sendo feito de maneira gradativa aos postos pelas distribuidoras.

A rede Ipiranga, por exemplo, já reduziu R$ 0,34 desde o dia 24 de junho, enquanto a BR abateu R$ 0,41 do preço final, segundo informou o representante do setor à reportagem.

A expectativa é que, nos próximos dias, sejam dados novos descontos até que se chegue ao valor de R$ 0,68. "A justificativa é que ainda estão vendendo combustível que foi comprado com preço antigo", explicou o supervisor. Mas, apesar de ainda longe do ideal desejado, os motoristas já celebram o alívio no bolso. O vendedor Ricardo Luiz da Silva, 50, abastece diariamente. Para ele, a gasolina compensa mais pelo consumo do veículo.

Silva relatou que o gasto mensal com combustível quase dobrou neste ano e já chega a R$ 500. "Ainda está com valor bem acima do que a gente esperava, gostaria que houvesse mais queda dos preços, porque trabalho de carro", diz ele, que ficou surpreso com o novo preço. "Se a tendência é cair mais, bom pra gente", comemora.

ETANOL. Já para o empresário Rodney Matos, 49, a queda do preço da gasolina ainda não resultou no aumento do consumo. Ontem, ele abasteceu com etanol, que também estava mais barato: R$ 4,75, ante os R$ 4,89 praticados na última semana. "Ainda vou fazer o cálculo, mas, se continuar reduzindo, vou passar a abastecer com gasolina, sim", projetou.

No caso do etanol, o desconto previsto com o corte dos impostos federais é de R$ 0,24, conforme avaliação do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo de Minas Gerais (Minaspetro).

Pesquisa divulgada nesta segunda-feira pelo site Mercado Mineiro mostra que, entre os dias 21 e 25 de junho, o motorista que abasteceu seu carro com o derivado da cana já pagou até R$ 0,20 a menos em Belo Horizonte e região metropolitana.

FOTOS VIDEOPRESS PRODUTORA

Alívio. Medidas do governo federal começam a surtir efeito; postos de combustíveis de BH já estão reajustando seus preços para baixo

Botijão

Gás. O preço médio do botijão de 13 kg do gás de cozinha em BH caiu nos últimos dois meses. Está sendo vendido a preço médio de R$ 122,36, segundo o Mercado Mineiro.

Caminhoneiro Autônomo tem que arcar com custos

O caminhoneiro autônomo tem motivos de sobra para se preocupar. Além do preço do diesel, que ultrapassou o da gasolina nos postos do Brasil pela primeira vez, o profissional tem de arcar com outros custos que pesam no bolso.

Ser o próprio chefe possibilita a escolha de horários de trabalho, de quantidade de viagens e tipos de fretes a negociar. Por outro lado, também implica ser responsável com gastos que vão desde a manutenção do veículo e legalização da atividade até a contabilidade e captação de fretes, com negociação de valores e prazos. Só para se ter uma ideia, o caminhão deve passar por manutenções preventivas a cada três meses. O serviço varia de acordo com o ano e modelo do veículo, mas calcula-se que o transportador tenha que gastar cerca de R$ 4.000, o que representa um gasto mensal de aproximadamente R$ 1.000. Segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), operam no mercado hoje cerca de 847 mil transportadores autônomos de cargas. **(Nubya Oliveira)**

PEC dos Combustíveis deverá ser votada nesta quarta-feira

BRASÍLIA. O senador Fernando Bezerra Coelho adiou para hoje a entrega do texto final da chamada PEC dos Combustíveis, que, como pontos principais, deve incluir o aumento de benefícios como o Auxílio Brasil e o Auxílio-Gás. Com isso, a votação, antes prevista para esta terça, vai ficar para amanhã (29). Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), é necessário o voto de 49 dos 81 senadores para aprovação.

Conforme o senador, o prazo foi postergado devido à "necessidade de conclusão das avaliações técnicas e jurídicas sobre os temas relacionados à PEC". Com objetivo inicial de compensar os Estados que aceitassem zerar impostos sobre combustíveis e gás de cozinha, o texto sofreu várias alterações pedidas pelo governo.

Rodney Matos pode voltar a usar gasolina caso o preço siga caindo

Bolsonaro espera que Petrobras evite o reajuste dos preços

BRASÍLIA. O presidente Jair Bolsonaro espera que Caio Mário Paes de Andrade, novo presidente da Petrobras, busque evitar reajuste nos preços dos combustíveis, sobretudo durante a campanha eleitoral.

Para isso, aliados do novo gestor da companhia dizem que um dos argumentos que ele deve explorar é o de que a empresa precisa reforçar a parte social de sua pauta ESG (sigla em inglês para meio ambiente, sustentabilidade e governança).

A senha já foi dada na semana passada pelo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, durante audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Ele defendeu que as empresas devem "pensar na reputação da marca em longo prazo", não só em curto prazo.

Novo comando. Governo tem pressionado gestores para evitar reajustes nos preços

Petrobras confirma Paes de Andrade na presidência

Trata-se do quarto presidente da estatal no governo de Jair Bolsonaro

RIO DE JANEIRO. O Conselho de Administração da Petrobras confirmou ontem a nomeação de Caio Paes de Andrade para a presidência da companhia. Ele foi eleito também para integrar o colegiado, precondição para que passe a chefiar a estatal. Com o resultado, ele está apto a tomar posse na empresa. A nomeação para presidente teve votos contrários de três conselheiros: Francisco Petros, Marcelo Mesquita e a representante dos empregados, Rosângela Buzanelli. Presidente do comitê que avalia os currículos dos indicados, Petros já havia votado pela rejeição do nome na última sexta-feira.

Na reunião de sexta, o conselheiro disse que o currículo de Paes de Andrade está "muito aquém das necessidades de governança e gestão da Petrobras". Assim como os sindicatos, Petros alega que Paes de Andrade não cumpre os requisitos estabelecidos pelo estatuto da companhia.

Baseado na Lei das Estatais, o estatuto exige formação acadêmica compatível e experiência de dez anos em empresas do mesmo setor ou de porte semelhante ao da Petrobras. Paes de Andrade é formado em comunicação social e fez carreira em uma empresa de tecnologia. "A experiência mais constante no tempo e relevante do ponto de vista da formação de conhecimento gerencial do candidato foi realizado em empresas cuja complexidade é substancialmente menor que a da Petrobras", afirmou Petros.

Paes de Andrade será o quarto presidente da Petrobras no governo Jair Bolsonaro – sem considerar o presidente interino, Fernando Borges, que assumiu o cargo após a renúncia de José Mauro Coelho, na semana passada. Coelho havia sido demitido pelo presidente da República pouco mais de um mês após tomar posse, em meio a pressões contra reajustes nos preços dos combustíveis, mas se recusava a deixar o cargo, até ceder a pressões do governo e aliados.

Antes dele, Bolsonaro já havia demitido o general Joaquim Silva e Luna e Roberto Castello Branco, o primeiro executivo a comandar a estatal em seu governo. Em todos os casos, as demissões foram motivadas pela escalada nos preços.

Em resposta ao comitê interno que avaliou seu nome, porém, Paes de Andrade disse que não recebeu qualquer orientação do governo para mexer na política de preços dos combustíveis. Segundo a Petrobras, ele foi eleito para um mandato até abril de 2023. **(Folhapress/Nicola Pamplona)**

Conselho

Desafio. Concluída mais uma troca na direção da Petrobras, o governo tem agora o desafio de renovar o Conselho de Administração caso queira ampliar a interferência em sua gestão.

WASHINGTON COSTA/MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Sob nova direção. Paes de Andrade tem a missão de conter constantes reajustes de preços da Petrobras

Plano de desinvestimento

Estatal vai vender três refinarias

No mesmo dia em que o novo presidente, Caio Paes de Andrade, teve seu nome aprovado para assumir a companhia, a Petrobras anunciou a reabertura do processo de venda de três refinarias da estatal.

Em comunicado divulgado no início da noite, a petroleira afirmou que reiniciou os processos para a alienação das refinarias de Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul.

Ativos logísticos integrados a essas refinarias também serão vendidos.

"O plano de desinvestimento em refino da Petrobras representa, aproximadamente, 50% da capacidade de refino nacional, totalizando 1,1 milhão de barris por dia de petróleo processado, e considera a venda integral dos seguintes ativos: Refinaria Abreu e Lima (Rnest), Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), Refinaria Landulpho Alves (RLAM), Refinaria Gabriel Passos (Regap), Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), Refinaria Isaac Sabbá (Reman) e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), bem como os ativos logísticos integrados a essas refinarias", explica a Petrobras.

OBSTÁCULO. O processo de venda dessas oito refinarias encontrou como obstáculo a falta de interessados nessas três unidades específicas que tiveram as vendas suspensas desde o ano passado e que serão retomadas agora. Sobre as demais, os processos estão concluídos ou adiantados, diz a nota. **(Da Redação)**

Carestia

Pior fase da inflação já passou, diz o BC

BRASÍLIA. O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que o Brasil ainda tem fatores de aceleração da inflação, como o componente fiscal, embora os últimos dois dados tenham sido, pela primeira vez, dentro da expectativa. "Acreditamos que o pior momento da inflação já passou. Temos algumas medidas desenhadas pelo governo que precisamos entender qual é o impacto no processo inflacionário, ainda não está claro", disse.

Campos Neto ainda comentou que a inflação brasileira hoje se situa na média dos últimos 20 anos em relação aos países desenvolvidos. "O Brasil sempre trabalhou com inflação acima do mundo desenvolvido. Inflação hoje está até abaixo da mediana. Ao contrário dos últimos anos, em que era inflação brasileira, há um componente global muito forte da inflação", afirmou. "Obviamente temos que combater a inflação. Não vamos usar isso como desculpa, mas é importante entender os componentes da inflação", disse. Segundo ele, no mundo, já se observa uma indexação de salários, mas que ainda não se vê isso na inflação brasileira.

POLÍTICA MONETÁRIA. Campos Neto assegurou que a política monetária adotada pela autarquia é capaz e vai frear o processo inflacionário no Brasil e avaliou que a maior parte do processo já ocorreu. "Acreditamos que a ferramenta disponível é capaz e vai frear o processo inflacionário. Acreditamos que a maior parte do processo já foi feita", disse. "Precisamos fazer trabalho de ancorar expectativas, é muito importante", afirmou.

Hidrelétricas. Nível dos reservatórios pode adiar cobrança de taxa extra

Aneel mantém bandeira verde em julho

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira tarifária verde em julho para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Nela, não há acréscimos sobre a tarifa da energia.

É o terceiro anúncio de bandeira verde desde o fim da bandeira escassez hídrica, que durou de setembro de 2021 até abril deste ano. Segundo a Aneel, a bandeira verde foi escolhida devido às condições favoráveis de geração de energia elétrica.

Também em julho começam a valer os novos valores de bandeiras tarifárias amarela e vermelha, reajustados em até 64%. A expectativa do mercado, porém, é que as taxas extras não sejam necessárias em 2022, diante da recuperação dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas.

A bandeira amarela, mais barata, terá reajuste de 59,4% e passará a custar R$ 2,989 para cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos. Já a vermelha nível 1 sobe 63,8%, para R$ 6,50; e a nível 2, mais cara, aumenta 3,2%, para R$ 9,795.

O sistema de bandeiras tarifárias foi adotado em 2015 para indicar, na conta de luz, os custos da geração de energia elétrica. Já as tarifas de energia são a maior parte da conta e servem para cobrir os custos de geração, transmissão e distribuição da energia elétrica, além dos encargos setoriais. **(Felipe Nunes/Folhapress)**

Brasil

Aras revoga trabalho do MP

Dez dias após o anúncio de que o Conselho Nacional do Ministério Público acompanharia as investigações das mortes do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, o grupo de trabalho foi revogado pelo procurador geral da República, Augusto Aras.

Oceanos são a bola da vez

Embora cubram mais de 70% da superfície da Terra e absorvam 91% do aquecimento do planeta, os oceanos não costumam protagonizar os debates ambientais. A ONU quer inverter essa maré durante a 2ª Conferência dos Oceanos, realizada em Lisboa até 1º de julho.

Defasagem. IBGE orçou gastos com o litro a R$ 4 e, após dois cancelamentos, precisa recompor o caixa

Alta da gasolina inviabiliza Censo

Pesquisa está prevista para ter início em 1º de agosto no país

RIO DE JANEIRO. Com a alta dos preços de itens como gasolina e aluguel de veículos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pretende buscar uma recomposição para o orçamento do Censo Demográfico 2022. Em seminário com a participação da imprensa, o diretor de pesquisas Cimar Azeredo disse ontem que o órgão vai procurar o Ministério da Economia para tentar levantar recursos adicionais.

O orçamento do Censo foi projetado em R$ 2,3 bilhões, mas a inflação de itens como o combustível força uma ampliação no valor, segundo Azeredo. O início da coleta das informações do levantamento está previsto para 1º de agosto.

"Houve um aumento expressivo da gasolina. A gente orçou o Censo com a gasolina em cerca de R$ 4 (por litro). Então, vai ter de fazer um trabalho de recomposição do orçamento", afirmou Azeredo. O preço médio do litro da gasolina no país, ontem, era de R$ 7,29.

O Censo costuma ser feito a cada dez anos. Os dados apurados funcionam como base para uma série de políticas públicas nas áreas de saúde e educação e decisões de investimento de empresas.

As informações também balizam o rateio do Fundo de Participação dos Municípios, fonte de renda para prefeituras. E ainda são usadas em levantamentos como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do próprio IBGE, que faz um raio-x do mercado de trabalho, e até para pesquisas eleitorais.

O diretor disse que o IBGE está "bastante tranquilo" quanto à liberação de mais recursos. Segundo Azeredo, o instituto já havia recebido uma sinalização positiva por parte do Ministério da Economia no final do ano passado. A quantia adicional que seria necessária ainda está em análise.

Consultado pela "Folha", o Ministério da Economia disse que "a Secretaria de Orçamento Federal se manifesta somente acerca de créditos orçamentários cuja proposta já esteja formalizada e seus efeitos tornados públicos".

Inicialmente, as operações do Censo foram estimadas em mais de R$ 3 bilhões. A pesquisa iria a campo em 2020, mas foi cancelada à época em meio às restrições ao deslocamento de pessoas na pandemia. Em 2021, o que acabou inviabilizando novamente a pesquisa foi o corte de recursos por parte do governo federal – o orçamento sancionado previa valor de apenas R$ 53 milhões. Dois concursos públicos para contratação de mais de 200 mil trabalhadores temporários tiveram que ser cancelados. A verba de R$ 2,3 bilhões para 2022 só foi liberada após o Supremo Tribunal Federal (STF) ser acionado. **(Leonardo Vieceli/Folhapress)**

Cronograma

Seleção. O IBGE tem um cronograma apertado. O resultado do último processo de seleção deve sair dia 30, com edital de convocação em 11 de julho, e treinamentos de 18 a 22.

RICARDO BENICHIO/FOLHAPRESS - 3.10.2019

Censo 2022. Após pesquisas experimentais, mais de 200 mil estão sendo recrutados e treinados

Gênero

Instituto derruba novo questionário

RIO DE JANEIRO. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conseguiu derrubar decisão da Justiça Federal do Acre que obrigava o instituto a incluir no questionário do Censo 2022 uma pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero.

O desembargador federal José Amilcar Machado, presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), acolheu os argumentos do IBGE de falta de tempo hábil, de metodologia adequada e de recursos financeiros.

No último dia 9, o instituto informou ter recorrido da liminar dada pelo juiz Herley da Luz Brasil, da 2ª Vara Federal Cível e Criminal do Acre, atendendo a pedido do Ministério Público Federal (MPF), sob o argumento de que a falta de estatísticas dificulta o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+.

Estupro. Responsável legal diz não ter sido ouvida pela Justiça, que ignorou direito da filha e a enviou ao abrigo

'Me senti um nada', diz mãe sobre negativa de aborto

FLORIANÓPOLIS. "Eu me senti um nada, porque eu não podia tomar uma decisão pela vida da minha filha, pela ida dela para casa", disse a mãe da menina de 11 anos que foi estuprada e chegou a ter o aborto legal negado pela Justiça. "Eu não fui ouvida". A mulher, que não teve identidade revelada, deu entrevista ao "Fantástico", que foi veiculada no último domingo.

A Justiça de Santa Catarina havia negado que a menina realizasse o aborto legal, permitido em casos de estupro, risco de vida para a mãe e anencefalia do feto.

Em despacho de 1º de junho, a juíza Joana Ribeiro Zimmer, da 1ª Vara Cível de Tijucas, decidiu pela ida da criança para um abrigo para mantê-la afastada do possível autor da agressão sexual e também para impedir que a mãe dela e responsável legal levasse a cabo o aborto.

O caso ganhou repercussão nacional no dia 20, após divulgação da gravação da audiência do dia 9 de maio, quando a mãe pede a volta da filha para casa. "Foi muito difícil. Chorei, me desesperei, gritei dentro do Fórum".

No vídeo vazado, a juíza pergunta à menina se ela "suportaria" manter a gravidez por mais algumas semanas. "Eu deveria responder por ela. Se queriam preservar tanto a minha filha, era algo que não deveria ser perguntado a ela".

No dia 21, a menina recebeu autorização para voltar para casa. No dia seguinte, teve a gestação interrompida. "Eu sou grata pela saúde da minha filha, que está bem. Não vou falar que eu estou feliz. A gente está passando por um processo bem complicado ainda".

Conduta

Apuração. Tanto o Tribunal de Justiça quanto o Ministério Público, ambos de Santa Catarina, afirmaram que a Corregedoria Geral de cada órgão investiga os fatos.

Trem descarrila nos EUA

Vários vagões de um trem descarrilaram ontem no Estado do Missouri, nos EUA, com relatos iniciais de feridos entre os quase 250 passageiros, informou a companhia ferroviária. O trem da empresa Amtrak, que viajava de Los Angeles para Chicago, colidiu contra um caminhão de lixo.

Castillo 'foge' de comissão

O presidente do Peru, Pedro Castillo, recusou-se a receber uma comissão do Congresso que deveria interrogá-lo ontem sobre um caso de suposta corrupção que pode desencadear em impeachment. O Ministério Público investiga Castillo por supostos crimes de tráfico de influência.

Mundo

Inadimplência. Kremlin põe a culpa nas sanções internacionais pela falta de pagamento

Rússia dá calote pela 1ª vez em mais de cem anos

Valor de US$ 100 mi em juros se refere a uma dívida expirada no dia 27 de maio

MOSCOU, RÚSSIA. Pela primeira vez em mais de cem ano, a Rússia entrou em default (deu calote nos credores), como resultado das sanções cada vez mais duras impostas por países ocidentais e que fecharam as vias para pagamento a credores no exterior.

Ao longo de meses, Moscou encontrou vias para contornar as penalidades impostas após a invasão da Ucrânia pela Rússia. No último domingo (26), porém, venceu o período de carência para o pagamento de cerca de US$ 100 milhões em juros de uma dívida que expirou em 27 de maio. Esse prazo, quando não cumprido, formaliza a inadimplência.

A Rússia negou ontem que está em situação de inadimplência, embora tenha admitido que, devido às sanções internacionais, dois pagamentos não chegaram aos seus credores até o prazo-limite.

"O não recebimento do dinheiro pelos investidores não é resultado de um não pagamento, mas é causado pela ação de terceiros, algo que não é considerado diretamente inadimplência", insistiu o Ministério das Finanças em comunicado.

"As alegações sobre uma cessação do pagamento russo são absolutamente ilegítimas", enfatizou o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, referindo-se às informações divulgadas por agências de notícias financeiras, que indicaram que a Rússia incorreu em inadimplência.

Por causa das sanções ordenadas em resposta à sua ofensiva na Ucrânia, a Rússia não pode mais fazer transferências em moedas ocidentais para pagar os juros de sua dívida externa adquirida em dólares ou euros.

Em 20 de maio, a Rússia anunciou que pagou juros sobre duas dívidas, de US$ 71,25 milhões e € 26,5 milhões, respectivamente, ou seja, sete dias antes da data prevista para evitar que essas transferências fossem bloqueadas devido às sanções, que entraram em vigor cinco dias depois.

Na semana passada, o ministro das Finanças russo, Anton Siluanov, chamou a situação de "piada". "Não se trata de um calote do nosso país, mas sim do colapso artificial e deliberado do sistema internacional de pagamentos", denunciou o vice-presidente da Câmara Alta do Parlamento, Konstantin Kosachev, em declarações à agência Ria Novosti.

O calote anterior da Rússia remonta a 1918, quando Lênin decidiu não pagar as dívidas do regime czarista.

THIBAULT CAMUS/AFP

Impactos. Por causa das sanções, a Rússia não pode mais fazer transferências em moedas ocidentais

Mais de 300 mil soldados

BRUXELAS, BÉLGICA. **Os líderes da Otan vão decidir na cúpula de Madri, que começa amanhã, transformar sua Força de Resposta e aumentar de 40 mil soldados para "bem acima" de 300 mil os soldados em alto nível de prontidão para enfrentar a ameaça representada pela Rússia, anunciou ontem o secretário geral da aliança.**

"Acredito que os aliados deixarão claro que consideram a Rússia como a maior e mais direta ameaça", declarou o norueguês Jens Stoltenberg.

Míssil russo atinge shopping na Ucrânia e mata ao menos 13

KIEV, UCRÂNIA. **O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, classificou ontem como "ato terrorista" o ataque com mísseis russos que destruiu um shopping center na cidade de Kremenchuk, no centro da Ucrânia. Pelo menos 13 pessoas morreram e mais de 40 ficaram feridas.**

"O ataque russo de hoje contra um shopping center em Kremenchuk é um dos atos terroristas mais escancarados da história europeia. Uma cidade pacífica, um centro comercial comum, onde havia mulheres, crianças, civis comuns", disse Zelensky no Telegram.

O governador regional, Dmytro Lunin, denunciou um "crime de guerra" e um "crime contra a humanidade", bem como um "ate de terror não dissimulado e cínico contra a população civil". O Conselho de Segurança da ONU se reunirá com urgência hoje, a pedido de Kiev, para avaliar os últimos bombardeios russos contra objetivos civis na Ucrânia.

Transição

G-7 quer priorizar energia limpa

SÃO PAULO. Os líderes do G-7 reunidos ontem na cidade de Elmau, na Alemanha, concordaram em trabalhar juntos para acelerar uma transição "limpa e justa" no setor de energia, almejando a neutralidade no clima, mas também garantindo a segurança dele.

Em comunicado, o G-7 diz que as autoridades reconheceram as "imensas oportunidades" para desenvolvimento social e econômico nessa transição, além de reafirmar o compromisso com o Acordo de Paris e o Pacto Climático de Glasgow, para limitar a alta na temperatura global abaixo de 2°C e inclusive almejando que essa alta seja limitada a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Os líderes se comprometeram a trabalhar para acelerar a descarbonização das economias.

O G-7 também prometeu intensificar sanções contra a Rússia pelo que classificou como "brutal e injustificável guerra de agressão" na Ucrânia. Em comunicado, o G-7 disse que continuará explorando novas formas de isolar a Rússia no mercado global e reduzir suas receitas, inclusive a do ouro.

Mais apoio

Neste ano. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, pediu que o G-7 amplie apoio militar, político e financeiro para encerrar guerra com Rússia antes que o inverno comece.

AFP PHOTO/ECUADOR PRESIDENCY

Guillermo Lasso está encurralado pelas manifestações e pela oposição

Equador. Protestos podem interromper produção de petróleo em 48 horas

Lasso reduz os preços dos combustíveis

QUITO, EQUADOR. O presidente do Equador, Guillermo Lasso, reduziu o preço dos combustíveis, o que deu origem aos protestos indígenas, mas sem satisfazer os manifestantes, ontem, completando 15 dias de bloqueios de estradas no país, o que deixou a produção de petróleo em uma situação crítica. Se os protestos continuarem, o país pode parar de produzir petróleo nas próximas 48 horas, segundo o governo.

"Essa decisão é insuficiente, é insensível", expressou a poderosa Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), depois que Lasso anunciou no domingo (26) uma redução de US$ 0,10, que deixa o diesel em US$ 1,80 e a gasolina em US$ 2,45. Os manifestantes exigem do governo que reduza os preços a US$ 1,50 para o galão de diesel e US$ 2,10 para o de gasolina.

Lasso, no poder há um ano, está encurralado pelas manifestações e pela oposição. O Congresso discute sua possível destituição pelo segundo dia consecutivo.

Depois de sete horas de deliberações no último domingo, a sessão foi adiada para hoje. Vinte deputados ainda pretendiam falar, de um total de 84 inscritos para discursar. A destituição do presidente precisa de 92 dos 137 votos possíveis no Congresso, no qual a oposição tem maioria, mas está fragmentada. Após a conclusão dos debates, os deputados terão prazo máximo de 72 horas para votar.

turismo

TEL: (31) 2101-3937
Editor: Paulo Campos
e-mail: paulo.campos@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838

Vale do Aço. Rota reúne empreendedores que descortinaram no turismo de experiência uma fonte de renda

Ipatinga Rural oferece vivências e diversifica a economia local

Roteirização foi feita pelo Sebrae Minas em parceria com a prefeitura da cidade

■ PAULO CAMPOS
PAULO.CAMPOS@OTEMPO.COM.BR

O projeto não é tão novo, mas os resultados são. Em uma região siderúrgica, o turismo rural vem abrindo nova perspectiva de trabalho e renda para muita gente e consolidando o primeiro produto turístico da capital do Vale do Aço. É o turismo de experiência brotando da terra, das histórias, das tradições, dos ofícios e da natureza. No roteiro Ipatinga Rural, magia é mergulhar em um universo cheio de mineiridade.

No circuito, estão a arte do mosaico e da cerâmica pelas mãos de Belinha, o exuberante parque com cachoeiras e trilhas do Jayme, a cozinha democrática e interativa da Cidinha, a produção de queijo artesanal de Néia e Juninho, a agricultura familiar de Janete e Zaca, a produção de cogumelos de Luana e Élcio, os pomares e jardins da Cida, o processo de produção da rapadura e do açúcar mascavo da Maria José.

Tudo começou em 2015, quando a Prefeitura de Ipatinga contratou uma consultoria para realizar um diagnóstico da área rural, mapeando as propriedades e criando um catálogo de produção associada ao turismo. Não se sabia, por exemplo, o que cada um oferecia, como se chegava aos empreendimentos, o horário de funcionamento etc.; as informações eram escassas. Quatro anos depois, o Sebrae entrou no projeto para dar um novo rumo.

REDES SOCIAIS. Uma empresa de marketing foi contratada para estruturar as redes sociais – Instagram, Facebook, LinkedIn e Google Business – de cada empreendedor. "A gente tinha mídia social, mas não sabia como lidar, misturava pessoal com trabalho", conta Jamil dos Santos, 54, o Juninho, proprietário do Empório da Serra. Com o negócio estruturado, as redes sociais trataram de tornar Juninho mais conhecido e impulsionar suas vendas.

O passo seguinte, segundo Alessandro Lima Challub, analista do Sebrae, foi uma divulgação coletiva – nova logomarca, repaginação do site (ipatingarural.com.br) e entrelaçamento dos empreendedores. "A gente aprendeu a trabalhar o coletivo para fortalecer o roteiro. Para o turismo é fundamental ter mais de um atrativo na região, ninguém se sustenta sozinho", reconhece Aparecida Sampaio, 60, a Cidinha, da Cozinha & Arte.

A participação em duas feiras regionais – a Ruraltures, em Venda Nova do Imigrante (ES), e a Feiraço, em Ipatinga – também gerou intercâmbio de experiências, networking e visibilidade. "Depois da Feiraço, mais de cem pessoas vieram ao restaurante no domingo: faltaram mesa, cadeira, comida", lembra Juninho. Já a Ruraltures serviu como uma referência em qualificação profissional.

FOTOS TATIANA BISPO/DIVULGAÇÃO

Cozinha & Arte. Por trás da textura, cheiro, sabor ou cor, há o trabalho e empenho da proprietária Cidinha Sampaio para causar sensações

Saiba mais

Ateliê Feito à Mão. Funciona 6ª e sábado, das 9h às 18h e domingo, das 10h às 16h. Reserva para oficina: 15 dias de antecedência. (31) 98633-03 64. @belinhaateliefeitoamao

Coisas do Rancho. Funciona 6ª, sábado e domingo, das 8h às 17h. (31) 98427-7033, @coisasdoranchoperdido

Clube Parque das Cachoeiras. Funciona de 4ª a domingo, das 8h às 17h. R$ 25 (dia de semana), R$ 30 (finais de semana e feriados) e R$ 10 (crianças de 6 a 12 anos e idosos). @clubeparquedascachoeiras (31) 98850-3883 ou clubeparque.com.br

Cozinha & Arte. Reserva com cinco dias antes: (31) 98514- 6877. Preço de acordo com serviço. @cozinhaearteipatinga

Empório da Serra. Funciona sábado, domingo e feriado, das 12h às 16h. É preciso reserva. R$ 40 (almoço) e R$ 29 a R$ 99 o kg (queijos). (31) 99773-2794, @emporiodaserra_ipatinga

Fazenda da Zaca. Funciona de 3ª a domingo, das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h. Reserva com sete dias de antecedência. R$ 30 (almoço) e R$ 20 (café da manhã), (31) 99966-1320 ou @fazendadozaca.

Gaia Eco Garden. (31) 9952-5280 ou @gardengaiaipatinga

Outeiros de Minas. R$ 30 (caminhada rural) e R$ 15 (vivência rural). Reserva com sete dias antes. (31) 98865-5212 ou @outeirosdeminas.

Quem leva. Ana Cleide Eventos Exclusivos, telefone (31) 98790-3061. R$ 190 por pessoa. Até 10 anos pagam apenas R$ 95,

Nas prateleiras

Roteiro já é vendido por receptivos

Nos últimos meses, por conta da flexibilização das medidas sanitárias, a rota Ipatinga Rural ganhou fôlego. Duas agências de receptivo já formataram pacotes para serem comercializados, incluindo transporte, hospedagem, refeições e visitas.

"Estamos estudando a ampliação do circuito, captando novos empreendimentos que indiretamente estão se beneficiando da rota", conta Alessandro Challub. Ele destaca que falta ainda contratar uma consultoria para criar as placas de sinalização interna das propriedades.

O investimento no roteiro soma até agora cerca de R$ 200 mil. O sucesso do projeto tem levado o Sebrae a ser procurado por outros destinos, como Sete Lagoas. Ipatinga também foi nominada na categoria Marketing Territorial e Setores Econômicos do XI Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor. Não ganhou, mas provou na prática como gerar renda e emprego sem altos investimentos.

Na fazenda, os visitantes são recebidos pela família Zaca e podem colher suas próprias hortaliças e frutas

Banhos de cachoeira, trilhas na mata, piscinas naturais e confortáveis e chalés são as atrações do Parque das Cachoeiras

Experiências. Mais do que conhecer novos lugares, muitos turistas buscam vivências que agregam valor

O rural como um bom negócio

Muito além do aço, Ipatinga também quer ser reconhecida pela vida no campo

■ PAULO CAMPOS
PAULO.CAMPOS@OTEMPO.COM.BR

"O que vou fazer com vaca?", perguntou Irinéia Delfino, a Néia, 43, ao ganhar do marido, Jamil dos Santos, 54, no aniversário, quatro vacas de presente. Juninho tinha a resposta na ponta da língua: "Queijo". Néia retrucou que "não sabia fazer queijo". Mas ele insistiu: "Vai aprender, uai". Esse diálogo curto e bem-humorado foi a virada de chave na vida do casal, que se mudou há sete anos de Ipatinga para o sítio da família na área rural.

Na primeira viagem de férias, o casal, que produzia móveis, trocou a praia por um curso de queijo em São Paulo, até a mulher se apaixonar pelo ofício e mudar-se de vez para Ipaneminha. "Em 2016, fizemos 12 cursos sobre queijos!", conta Juninho. De volta à roça, improvisaram uma queijaria na despensa da casa e, na sequência, abriram um restaurante. A participação na primeira Feiraço fez os negócios engrenarem de vez.

No Empório da Serra, Juninho produz queijo frescal, parmesão, do reino, boursin, trancinha e gouda, além de derivados do leite como iogurte, manteiga e doce de leite. Em 2019, levou a medalha de prata com queijo curado durante 12 meses na Expoqueijo, em Araxá. "Agora quero a medalha de ouro", projeta. Ele também serve comida mineira no fogão a lenha e promove degustação de queijos nos finais de semana, recebendo, em média, mil turistas por mês.

Parceira na rota, Belinha, do Ateliê Feito à Mão, tem ajudado a ornamentar o sítio. Foi ela, por sinal, que bateu o pé para que Juninho se interessasse pelo projeto. "A visita que o Sebrae proporcionou ao Ralltures mudou nossa visão de turismo rural", salienta. A consultoria, acrescenta, também foi importante para "nossa organização e para nos ensinar a trabalhar em equipe".

COZINHA. Depois de oito anos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Ipatinga, a turismóloga Aparecida Pires Sampaio, 60, a Cidinha, aceitou a sugestão da irmã Belinha, comprou uma chácara ao lado do Ateliê Feito à Mão e montou a Cozinha & Arte, um espaço de culinária integrado a uma agrofloresta. Os visitantes podem colher os alimentos na hora, participar de oficinas gastronômicas e preparar o próprio jantar, almoço ou café da manhã com ingredientes frescos.

FOTOS TATIANA BISPO/DIVULGAÇÃO

Jamil e a esposa, Irinéia: um brinde à vida rural; produção é de 100 kg de queijos para cada 1.000 L de leite

Educação ambiental em caminhada

Quem integra o Ipatinga Rural tem uma boa noção do que é resiliência e companheirismo. Nas caminhadas pela zona rural, Maria José da Fonseca Diniz Oliveira, 52, conduz os visitantes pelas estradas de terra para contemplar a natureza, a igrejinha de São Vicente de Paulo (1752), tombada pelo patrimônio municipal, o ateliê de Belinha e a cozinha interativa de Cidinha.

Maria José aplica as vivências rurais aos visitantes no Sítio Recanto Vovô Teixeira, um casarão de 1930 preservado na zona rural de Tribuna, com a casa-sede construída com a técnica de pau a pique, o paiol e o engenho originais. No paiol, conta ela, funcionou a primeira escola rural de Ipatinga, entre 1969 e 1977.

Ateliê

Três irmãs. Quem visita a Cozinha & Arte aproveita para agendar uma oficina ao Ateliê Feito à Mão, para aprender a arte do mosaico com as suas mais diversas técnicas. O negócio está dando tão certo que a outra irmã, Antonieta, a Nieta, está construindo no terreno uma pousada com três suítes para hospedar os turistas que vêm de longe.

No ateliê, visitante pode confeccionar sua própria peça decorativa

O milho é triturado em antigos moinhos movidos a água e vira o fubá

Rudimentar

Outeiros de Minas. No roteiro, Maria José ensina o processo de produção do fubá, da rapadura e do açúcar mascavo. O turista pode participar de todo o processo. No moinho movido a água, a cana é moída, e o caldo vai para a tacha, onde é fervido. Na fornalha, é aquecido e secado até adquirir a consistência de uma rapadura. O restante do melado é batido no cocho para virar açúcar mascavo.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 05.232.978/0001-00
Sacramento e Santa Juliana - MG

Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. | CEMIG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia" ou "ESCEE") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$486 mil, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R$132.166 mil em 2021, em comparação ao resultado de R$56.255 mil em 2020, representando um aumento de 135%. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento da receita de prestação de serviços de intermediação de compra e venda de energia, devido a um acordo de terminação de contrato que gerou o recebimento antecipado de R$153.970 em 2021.

Essa receita refere-se ao cumprimento, também antecipado, das obrigações do Contrato de Prestação de Serviços de Intermediação celebrado entre o cliente e a Companhia, referente ao período de junho/2021 a dezembro/2027, com a aplicação da taxa de desconto de 5,00% ao ano sobre o fluxo financeiro que originalmente seria recebido.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R$17.861 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R$150.027 mil antes dos efeitos fiscais, representando 11,91% do lucro antes da tributação. Comparativamente, em 2020, a Companhia apurou o montante de R$7.715 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R$63.970 mil antes dos efeitos fiscais, representando 12,06% do lucro antes da tributação

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R$148.641 mil (R$62.872 mil em 2020) e a Margem do LAJIDA foi de 99,85% no mesmo período (99,59% no exercício de 2020), conforme demonstrado a seguir:

R$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado Liquido	**132.166**	**56.255**	**134,94**
Amortização	6	5	–
Despesa de IR e CS	17.861	7.715	131,51
Resultado Financeiro	(1.392)	(1.103)	26,20
LAJIDA	**148.641**	**62.872**	**136,42**

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022, que, ao Resultado do exercício de 2021, no montante de R$132.166 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R$125.000 mil de dividendos intermediários pagos; e
- R$7.166 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estende, também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixas	3	426	15.768
Títulos e Valores mobiliários	4	5.926	30.637
Clientes	5	335	5.735
Tributos compensáveis		22	12
TOTAL DO CIRCULANTE		**6.709**	**52.152**
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores mobiliários	4	1.219	6.889
Direito de Uso	6	154	145
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**1.373**	**7.034**
ATIVO TOTAL		**8.082**	**59.186**

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores		36	45
Impostos, Taxas e Contribuições		3	304
Imposto de Renda e Contribuição Social	7a	29	1.658
Dividendos a pagar	8		28.128
Transações com Partes Relacionadas	13	18	18
Passivo de Arrendamento	6	20	18
TOTAL DO CIRCULANTE		**106**	**30.171**
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7b	83	173
Passivo de Arrendamento	6	143	131
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**226**	**304**
TOTAL DO PASSIVO		**322**	**30.475**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
Capital Social		486	486
Reserva de Lucros		7.264	28.225
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**7.750**	**28.711**
PASSIVO TOTAL		**8.082**	**59.186**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	9	**148.869**	**63.133**
CUSTOS OPERACIONAIS	10		
Pessoal		(95)	(122)
DESPESAS OPERACIONAIS	10		
Amortização		(6)	(5)
Serviços de Terceiros	10a	(111)	(133)
Gastos Diversos		(22)	(6)
		(139)	**(144)**
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		**148.635**	**62.867**
Receita Financeira	11	1.511	1.121
Despesa Financeira	11	(119)	(18)
		1.392	**1.103**
Resultado Antes dos Impostos		**150.027**	**63.970**
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	12	(17.951)	(7.602)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	90	(113)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**132.166**	**56.255**
RESULTADO POR AÇÃO – R$		**271,95**	**115,75**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	132.166	56.255
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	–	–
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**132.166**	**56.255**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	132.166	56.255
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(90)	113
Juros Passivo de Arrendamento	19	15
Amortização	6	5
	132.101	56.388
(Aumento) Redução de Ativos		
Clientes	5.400	(139)
Tributos Compensáveis	(10)	
	5.390	(139)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(9)	2
Impostos, Taxas e Contribuições	(301)	204
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.182	6.290
Salários e contribuições		(4)
Transações com Partes Relacionadas		(11)
Outros	–	(1)
	14.872	6.480
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	152.363	62.729
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(16.811)	(6.072)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**135.552**	**56.657**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	30.381	(14.659)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**30.381**	**(14.659)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(181.255)	(27.679)
Arrendamentos pagos	(20)	(16)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(181.275)**	**(27.695)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(15.342)**	**14.303**
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	15.768	1.465
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	426	15.768
	(15.342)	**14.303**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reserva de Lucros – Reserva Legal	Reserva de Lucros – Retenção de lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**486**	**98**	**27.541**	–	**28.125**
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2019 (R$56,67 por ação)	–	–	(27.541)	–	(27.541)
Destinação do lucro proposta à AGO					
Resultado do Exercício	–	–	–	56.255	56.255
Dividendos Estatutários (R$57,88 por ação)	–	–	–	(28.128)	(28.128)
Dividendos Adicionais (R$57,87 por ação)			28.127	(28.127)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**486**	**98**	**28.127**	–	**28.711**
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2020 (R$57,87 por ação)			(28.127)		(28.127)
Dividendos intermediários (R$257,20 por ação)				(125.000)	(125.000)
Destinação do lucro proposta à AGO					
Resultado do Exercício	–	–	–	132.166	132.166
Dividendos Adicionais (R$14,71 por ação)	–	–	7.166	(7.166)	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**486**	**98**	**7.166**	–	**7.750**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia" ou "ESCEE"), sociedade anônima de capital fechado, anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, foi constituída em 25 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte - MG.

Os objetivos sociais previstos no Estatuto Social da Companhia são os seguintes:

- Prospectar junto ao mercado, potenciais clientes interessados em adquirir energia elétrica de geradores e produtores independentes e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica;
- Prospectar junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes;
- Prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica;
- Prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica;
- Desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado; e,
- Representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

Covid-19

Contexto geral

Desde março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Em 2021, os desafios e alertas quanto ao desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia foram mantidos e as ações críticas de preparação, prontidão, precisão, confiabilidade e resposta para o Covid-19, avaliadas e implementadas.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, desde a criação, em 23 de março de 2020, do Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que se tornou mais abrangente, complexo e sistêmico.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez, implementando medidas, conforme autorização legal, dando atenção especial a eventos ligados à continuidade dos negócios.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos relevantes na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Clientes (contas a receber não faturado);
- Nota 9 – Receita (Não faturada);

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 05.232.978/0001-00
Sacramento e Santa Juliana - MG

Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.

CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 Ativo imobilizado Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 Instrumentos financeiros Efeitos das comissões e taxas no Teste "de 10%" para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, fornecedores e passivo de arrendamento.

Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor do serviço prestado, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

Receita

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

A Companhia reconhece a receita como agente, pois não tem exposição a riscos e benefícios significativos associados com a venda de energia, sendo seu ganho predeterminado por uma comissão em relação ao megawatt faturado ao cliente.

As receitas são reconhecidas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais vigentes no momento da interveniência da Companhia na transação da comercialização de energia entre os agentes.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e juros do passivo de arrendamento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Bancos Conta Movimento	41	50
Certificado de Depósitos Bancários	104	14.153
Overnight	281	1.565
	426	**15.768**

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 99% em 31 de dezembro de 2021 (variou entre 65% e 99% em 2020), conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,89% em 2020), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	347	4.980
Letras Financeiras - Bancos	4.894	18.931
Letras Financeiras do Tesouro	616	6.672
Debêntures	69	54
	5.926	**30.637**
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	1.202	6.663
Debêntures	17	226
	1.219	**6.889**
	7.145	37.526

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 107,24% em 31 de dezembro de 2021 (variou entre 106% e 110% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação.

As Letras Financeiras Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxas de remuneração que variaram entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 99,5% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneraçãoque variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2021 (entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2020).

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na Nota Explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

5. CLIENTES

	Saldos a vencer Não Faturado	Total 2021	Total 2020
Clientes	335	335	5.735
Total	**335**	**335**	**5.735**

A Companhia não constituiu provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa pelo fato de a Administração não considerar que haja riscos significativos de perdas na realização destas contas a receber.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig.

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
De 6 a 20 anos	13,17	1,04

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-
Adição	146	146
Remensuração	4	4
Amortização	(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**145**	**145**
Amortização	(6)	(6)
Remensuração	15	15
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**154**	**154**

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	-
Adição	146
Remensuração	4
Juros incorridos	15
Arrendamentos pagos	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**149**
Juros incorridos	19
Arrendamentos pagos	(19)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	15
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**163**
Passivo circulante	**20**
Passivo não circulante	**143**

A análise de vencimento do passivo de arrendamento está demonstrada na nota explicativa nº 14.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Circulante		
Contribuição Social	29	548
Imposto de Renda	-	1.110
Total	**29**	**1.658**

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Não Circulante		
Contribuição Social diferido	22	46
Imposto de Renda diferido	61	127
Total	**83**	**173**

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R$486, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. Cemig GT.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2021	2020
Reserva Legal	98	98
Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais	7.166	28.127
	7.264	**28.225**

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal, pois o saldo dessa reserva encontra-se no limite de constituição permitido de 20% sobre o capital social.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R$7.166 em 2021, referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos estatutários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2021	2020
Resultado do Exercício	**132.166**	**56.255**
Valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios	66.083	28.128
Dividendos Propostos		
Dividendos intermediários pagos	125.000	
Dividendos Obrigatórios	-	28.128
Dividendos Adicionais referentes ao exercício	7.166	28.127
Total dos dividendos propostos	**132.166**	**56.255**

Destinação do Resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022, que, ao Resultado do exercício de 2021, no montante de R$132.166, seja dada a seguinte destinação:

- R$125.000 de dividendos intermediários pagos; e
- R$7.166 para pagamento de dividendos adicionais.

9. RECEITA

	2021	2020
Prestação de Serviço	165.056	67.488
Prestação de Serviços Não Faturados	(5.400)	138
Deduções à Receita Operacional (a)	(10.787)	(4.493)
Receita Operacional Líquida	**148.869**	**63.133**

a) Deduções à Receita Operacional

	2021	2020
COFINS	(4.793)	(2.028)
PIS-PASEP	(1.039)	(440)
ISSQN	(4.955)	(2.025)
Total	**(10.787)**	**(4.493)**

10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	95	122
Serviços de Terceiros (a)	111	133
Depreciação e Amortização	6	5
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	22	6
Total	**234**	**266**
Custo	(95)	(122)
Despesas	(139)	(144)
Total	**(234)**	**(266)**

a) Serviços de Terceiros

	2021	2020
Manutenção/Conservação de Móveis e Utensílios	34	62
Auditoria Externa	38	38
Publicações Legais	29	12
Tecnologia da Informação	6	18
Outros	4	3
Total	**111**	**133**

11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	1.511	1.121
Total das Receitas Financeiras	**1.511**	**1.121**
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(19)	(15)
Outras despesas financeiras	(100)	(3)
Total das Despesas Financeiras	(119)	(18)
Resultado Financeiro	**1.392**	**1.103**

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

2021	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Serviços prestados	159.656	159.656
Percentual de Presunção	32%	32%
	51.090	51.090
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.777	1.777
Base de Cálculo - Lucro Presumido	52.867	52.867
Alíquota	**15%**	**9%**
IR e CS – Lucro Presumido	7.930	4.758
Adicional 10% valor superior a R$240	5.263	-
IR e CS - Lucro Presumido	**13.193**	**4.758**
Rendas Aplicadas não resgatadas (realização)	(265)	(265)
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	(66)	(24)
Corrente	**13.193**	**4.758**
Diferido	**(66)**	**(24)**

2020	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Serviços prestados	67.626	67.626
Percentual de Presunção	32%	32%
	21.640	21.640
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	789	789
Base de Cálculo - Lucro Presumido	22.429	22.429
Alíquota	**15%**	**9%**
IR e CS Lucro Presumido	3.364	2.019
Adicional 10% valor superior a R$240	2.219	-
	5.583	**2.019**
Rendas não resgatadas	331	331
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	83	30
IR e CS - Lucro Presumido	**5.666**	**2.049**
Corrente	**5.583**	**2.019**
Diferido	**83**	**30**

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 05.232.978/0001-00
Sacramento e Santa Juliana - MG

Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.

CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO 31/12/2021	ATIVO 31/12/2020	PASSIVO 31/12/2021	PASSIVO 31/12/2020	RECEITA Jan a Dez/2021	RECEITA Jan a Dez/2020	DESPESA Jan a Dez/2021	DESPESA Jan a Dez/2020
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento[1]	–	–	18	18	–	–	(55)	(107)
Dividendos				28.128				
FIC Pampulha								
Circulante								
Equivalentes de Caixa	281	1.565	–	–	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários	5.926	30.637	–	–	239	484	–	–
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.219	6.889						

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

[1] Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,33% em 31 de dezembro de 2021 (0,90% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	50	36
Participação nos resultados	7	11
Total	**57**	**47**

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021 Valor Contábil	2021 Valor Justo	2020 Valor Contábil	2020 Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado [1]					
Clientes	2	335	335	5.735	5.735
Títulos e Valores Mobiliários	2	3.750	3.750	10.947	10.947
		4.085	**4.085**	**16.682**	**16.682**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	385	385	15.718	15.718
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB		347	347	4.979	4.979
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	2.432	2.432	14.928	14.928
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	616	616	6.672	6.672
		3.780	3.780	42.297	42.297
		7.865	**7.865**	**58.979**	**58.979**
Passivos					
Custo amortizado [1]					
Fornecedores	2	(36)	(36)	(45)	(45)
Passivo de Arrendamento	2	(163)	(163)	(149)	(149)
		(199)	**(199)**	**(194)**	**(194)**

[1] Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e passivo de arrendamento está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento	2	4	13	78	389	486
Fornecedores	36	–	–	–	–	36
TOTAL	**38**	**4**	**13**	**78**	**389**	**522**

* * * * * * *

Dimas Costa
Director-Presidente

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
CRC-SP1 242451/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Frederico Amaral e Silva

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 09.568.947/0001-78
Belo Horizonte - MG

Baguari Energia S.A. | CEMIG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Baguari Energia S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, era de R$186.573 mil dividido em 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e de 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (69,38%) e a Furnas Centrais Elétricas S.A. (30,62%).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R$44.778 mil em 2021, em comparação a R$32.874 mil em 2020. O aumento do resultado deve-se, principalmente, ao reconhecimento do ganho com repactuação do risco hidrológico, no valor de R$17.764 mil (vide nota explicativa nº 7).

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta foi de R$86.844 mil em 2021, em comparação a R$82.819 mil em 2020, um aumento de 4,86% decorrente, principalmente, do aumento da receita de suprimento a outras concessionárias.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R$26.883 mil em 2021, em comparação a R$24.008 mil em 2020, um aumento de 11,98% decorrente, principalmente, do reconhecimento em 2020 de recuperação de despesas no valor de R$5.189 (vide nota explicativa nº 16).

***Resultado financeiro** líquido*

O resultado financeiro em 2021 foi uma receita financeira líquida de R$401 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R$1.216 mil em 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo reconhecimento das despesas de variação monetária das condicionantes ambientais e pela redução da atualização do ativo de repactuação do risco hidrológico, parcialmente compensadas pelo aumento da renda de aplicações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R$23.031 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33,96% em relação ao lucro de R$67.809 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente ao mesmo período em 2020, a Companhia apurou o montante de R$16.899 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33,95% em relação ao lucro de R$49.773 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R$78.502 mil (R$59.583 mil em 2020) e a margem do LAJIDA foi de 102,58% no mesmo período (82,11% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado	44.778	32.874	36,21
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	23.031	16.899	36,29
Depreciação e amortização	11.094	11.026	0,62
Resultado Financeiro	(401)	(1.216)	(67,02)
LAJIDA	**78.502**	**59.583**	**31,75**

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento de dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências ("PAE") específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

No ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

- Ação de cadastro de economias (telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
- Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
- Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O Grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o "Programa Proximidade" disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do Grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021, o Grupo Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo Grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

Em 2021 foi concluída a implantação dos avisos sonoros (sirenes) na ZAS (zona de autossalvamento) previsto no Plano de Atendimento a Emergências (PAE), componente do Plano de Segurança de Barragem (PSB) da Uhe Baguari.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$44.778 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R$2.239 mil para constituição de reserva legal;
- R$21.270 mil para pagamento de dividendos estatutários; e,
- R$21.269 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3.245	10.425
Títulos e valores mobiliários	4	57.535	41.199
Concessionárias e permissionárias	5	10.867	9.669
Tributos Compensáveis		107	107
Repactuação do risco hidrológico	6	–	2.052
TOTAL DO CIRCULANTE		**71.754**	**63.452**
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	11.834	9.264
Imposto de renda e contribuição social diferidos			152
Depósitos judiciais		23	22
Imobilizado	7	170.354	176.871
Intangível	7	35.852	22.070
Direito de uso		138	198
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**218.201**	**208.577**
ATIVO TOTAL		**289.955**	**272.029**

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	720	1.894
Impostos, Taxas e Contribuições	10	922	972
Imposto de Renda e Contribuição Social	11a	11.869	12.385
Dividendos a pagar	14	21.270	15.615
Concessões a pagar	12	428	391
Provisões	9	5.938	5.622
Encargos setoriais	13	1.325	837
Passivo de arrendamento		63	80
Outras Obrigações		81	76
TOTAL DO CIRCULANTE		**42.616**	**37.872**
NÃO CIRCULANTE			
Concessões a pagar	12	3.135	2.870
Provisões	9	16.121	16.470
Encargos setoriais	13	750	1.115
Passivo de arrendamento		85	126
Imposto de Renda e Contribuição Social	11b	5.779	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**25.870**	**20.581**
TOTAL DO PASSIVO		**68.486**	**58.453**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	14	186.573	186.573
Reservas de Lucros		34.896	27.003
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**221.469**	**213.576**
PASSIVO TOTAL		**289.955**	**272.029**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	15	**76.527**	**72.565**
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda		(3.048)	(6.332)
Custos Repactuação do risco hidrológico		(2.920)	(2.794)
Encargos de uso da rede de transmissão		(3.275)	(3.043)
		(9.243)	**(12.169)**
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Serviços de terceiros		(6.513)	(6.990)
Depreciação e Amortização		(11.094)	(11.026)
Provisões (reversões)		105	(7)
		(17.502)	**(18.023)**
CUSTO TOTAL	16	**(26.745)**	**(30.192)**
LUCRO BRUTO		**49.782**	**42.373**
DESPESA OPERACIONAL	16		
Recuperação de despesas			5.189
Outras (despesas) receitas operacionais		(138)	995
		(138)	**6.184**
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	7	17.764	
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		**67.408**	**48.557**
Receitas financeiras	17	3.978	2.168
Despesas financeiras	17	(3.577)	(952)
Resultado antes dos impostos		**67.809**	**49.773**
IR e Contribuição Social	18	(17.100)	(16.985)
IR e Contribuição Social Diferidos	18	(5.931)	86
RESULTADO DO PERÍODO		**44.778**	**32.874**
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R$		**1,7119**	**1,2568**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	44.778	32.874
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**44.778**	**32.874**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	**44.778**	**32.874**
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 18)	5.931	(86)
Repactuação do risco hidrológico (Nota 6)	2.052	2.202
Variação monetária – Concessão onerosa (Nota 17)	741	515
Depreciação e Amortização (Nota 7)	11.094	11.026
Provisões (Nota 16)	(105)	7
Juros Passivo de Arrendamento	20	25
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	(17.764)	–
Variação Monetária provisão condicionantes ambientais	2.572	
Outros	–	(1.030)
	49.319	**45.533**
(Aumento) Redução de Ativos		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(1.184)	(477)
Tributos Compensáveis	–	(13)
Outros créditos		(87)
	(1.184)	**(577)**
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	(1.174)	1.148
Impostos, Taxas e Contribuições	(50)	203
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.640	24.026
Encargos setoriais	123	(17)
Concessões a pagar (Nota 12)	(439)	(419)
Provisões	(739)	–
Outras obrigações	5	2
	14.366	**24.943**
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	**62.501**	**69.899**
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(17.156)	(23.821)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**45.345**	**46.078**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários	(18.906)	(5.767)
Imobilizado	(2.303)	(2.302)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(21.209)**	**(8.069)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(31.230)	(30.668)
Arrendamentos pagos	(86)	(88)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(31.316)**	**(30.756)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(7.180)**	**7.253**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.425	3.172
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.245	10.425
	(7.180)	**7.253**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

		Reservas de Lucros			
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de Retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**186.573**	**9.744**	**15.334**	–	**211.651**
Aprovação de dividendos adicionais Propostos 2019 (R$0,5862 por lote de mil ações)	–	–	(15.334)	–	(15.334)
Resultado do Exercício	–	–	–	32.874	32.874
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					–
Constituição da reserva legal	–	1.644	–	(1.644)	–
Dividendos mínimos obrigatórios (R$0,5970 por lote de mil ações)				(15.615)	(15.615)
Dividendos adicionais propostos (R$0,5970 por lote de mil ações)			15.615	(15.615)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**186.573**	**11.388**	**15.615**	–	**213.576**
Aprovação de Dividendos adicionais propostos 2020 (R$0,5970 por lote de mil ações)	–	–	(15.615)	–	(15.615)
Resultado do Exercício	–	–	–	44.778	44.778
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal		2.239		(2.239)	
Dividendos Obrigatórios (R$0,8132 por lote de mil ações)				(21.270)	(21.270)
Dividendos Adicionais Propostos (R$0,8131 por lote de mil ações)	–	–	21.269	(21.269)	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**186.573**	**13.627**	**21.269**	–	**221.469**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 09.568.947/0001-78
Belo Horizonte - MG

Baguari Energia S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), com cota-parte de 69,38%, e Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), com cota-parte de 30,62%, constituíram a Sociedade de Propósito Específico-SPE Baguari Energia S.A. ("Companhia") em 03 de abril de 2008, sociedade anônima de capital fechado, na forma de subsidiária, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar ala A2, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131. O controle da Companhia é compartilhado entre Cemig GT e Furnas, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, majoritária ou minoritariamente, em especial no Consórcio UHE Baguari, do qual a Companhia detém 49%, constituído para a exploração do Contrato de Concessão da Usina Hidrelétrica Baguari, de nº 001/2006, com prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura.

A Companhia tem a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Baguari, a qual foi concedida em setembro de 2009, com validade até setembro de 2042.

A Usina Hidrelétrica de Baguari é um empreendimento localizado no Rio Doce, no estado de Minas Gerais, próximo à cidade de Governador Valadares. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce está situada na região Sudeste, compreendendo uma área de drenagem de cerca de 83.400 km², dos quais 86% pertencem ao estado de Minas Gerais e o restante ao estado do Espírito Santo (não auditados). Limita-se ao sul com a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a oeste com a Bacia do Rio São Francisco, e, em pequena extensão com a do Rio Grande. Ao Norte, limita-se com a Bacia dos Rios Jequitinhonha e Mucuri e a noroeste com a Bacia do Rio São Mateus.

O aproveitamento é de 140 MW de potência instalada distribuídos em quatro grupos hidrogeradores, utilizando turbinas tipo Bulbo com potência unitária nominal de 35,9 MW, e energia assegurada de 84,7 MW-médios. (Não auditados)

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 11 de dezembro de 2015, através da Resolução Normativa nº 684, a Companhia optou pela Repactuação do Risco Hidrológico. A ANEEL autorizou a celebração do termo de repactuação através do Despacho nº 227, de 27 de janeiro de 2016. Os impactos financeiros estão demonstrados na nota explicativa nº 6.

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.932/2021.

Em 16 de novembro de 2021 foi protocolado na ANEEL o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos Relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, visando a prorrogação do prazo da concessão da usina para março de 2046.

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 08.

Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou como pandemia a situação de disseminação da Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança de sua força de trabalho do Consórcio UHE Baguari, incluindo a restrição a viagens nacionais e internacionais, o uso de meios remotos de comunicação, a condição de *home-office* para todos os empregados próprios, o escalonamento de horário dos colaboradores terceirizados que prestam serviços contínuos na usina para reduzir aglomerações na planta e a exigência do uso de máscara para acesso e permanência na usina.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger sua liquidez, implementando ações de contingenciamento de investimentos e redução de despesas.

Tendo em vista que a receita da Companhia advém de contratos de venda no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a condição das restrições impostas pela pandemia não teve impacto, significativo, nestas demonstrações financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Concessionárias e permissionárias (Suprimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 7 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 9 Provisões;
- Nota 12 Concessões a pagar;
- Nota 15 – Receita (Suprimento não faturado de energia elétrica);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 Ativo imobilizado Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 Instrumentos financeiros Efeitos das comissões e taxas no Teste "de 10%" para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Concessionárias e permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

c) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes ao contrato de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

e) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de suprimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O suprimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no suprimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem a variação monetária e ajuste a valor presente de concessão onerosa e despesas bancárias.

h) Determinação do ajuste a valor presente - concessão onerosa

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre as obrigações oriundas de seu contrato de concessão onerosa. Foi utilizada taxa de desconto compatível com o custo de captação de recursos da acionista Cemig Geração e Transmissão S.A. em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, na estimativa da Administração, um percentual de 12,50% a.a., incluindo a inflação prevista.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas Bancárias	393	131
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	121	8.190
Overnight	2.731	2.104
TOTAL	**3.245**	**10.425**

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação CETIP, que variou entre 99% a 100,50% do CDI em 2021 (entre 50% e 88,5% do CDI em 2020), conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14 a.a. em 2021 (foi de 1,89% a.a. em 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	3.371	6.696
Letras Financeiras - Bancos	47.514	25.458
Letras Financeiras do Tesouro	5.981	8.972
Debêntures	669	73
	57.535	**41.199**
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	11.671	8.960
Debêntures	163	304
	11.834	**9.264**
	69.369	**50.463**

Os Certificados de Depósitos Bancários CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 107,24% do CDI em 2021 (entre 106% e 110% do CDI em 2020), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variaram entre 105% e 130% do CDI em 2021 (entre 99,5% a 130% do CDI em 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxas de remuneração que variaram entre TR 1% e 109% do CDI em 2021 e 2020.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19 destas Demonstrações Financeiras.

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos a Vencer	Saldos Vencidos		Total	
Classe de Consumidor	**Não Faturado**	**Até 90 dias**	**Mais de 90 dias**	**2021**	**2020**
Suprimento a Outras Concessionárias	7.630	2.601	452	10.683	9.433
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	184			184	250
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	–	(14)
Total	**7.814**	**2.601**	**452**	**10.867**	**9.669**

6. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Em 3 de novembro de 2015, a Companhia optou pela Repactuação do Risco Hidrológico nos termos da Lei nº 13.203, de 9 de dezembro de 2015, através da Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e as condições da repactuação. A ANEEL autorizou a celebração do Termo de Repactuação através do Despacho nº 227, de 27 de janeiro de 2016.

A contrapartida desta Repactuação refere-se ao prêmio de risco a ser pago, juntamente com a cessão de direitos e obrigações à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária CCRBT, considerando o fator f de 3, para a classe de produto SP97.

A Companhia deverá recolher mensalmente à CCRBT o resultado multiplicado do montante mensal de 37,73MW médios de energia vinculado aos contratos do 1º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos – LEN (Produto 2010 – H30), pelo Prêmio Unitário do produto SP97, de R$6,50/MWh, referindo-se à data-base de janeiro de 2015. O valor do prêmio de risco unitário será reajustado em janeiro de cada ano a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA. O recolhimento do valor mensal se dará a partir de 1º de outubro de 2021.

Considerando as condições da repactuação do risco hidrológico, a Companhia mensurou os efeitos correspondentes entre janeiro de 2015 e setembro de 2021 e reconheceu o montante de R$9.208 mil em 2015, acrescido da receita financeira de cada exercício e amortizado pelas parcelas referentes aos 12 meses de cada exercício, sendo registrado o ativo circulante e o ativo não circulante de acordo com o período de sua realização.

O saldo do ativo relacionado à repactuação do risco hidrológico realizada em 2015 é como segue:

	2021	2020
Repactuação do risco hidrológico	–	2.052
	–	2.052
Circulante	–	**2.052**
Não circulante	–	–

A movimentação do ativo de repactuação é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	**2.052**	**4.254**
Despesa	(2.178)	(2.794)
Atualização financeira	126	592
Saldo final	–	**2.052**

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 09.568.947/0001-78
Belo Horizonte - MG

Baguari Energia S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado

		2021			2020		
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido
Imobilizado							
Em serviço		**262.313**	**(98.307)**	**164.006**	**262.298**	**(89.487)**	**172.811**
Terrenos, obras civis, benfeitorias e edificações	3,35	15.394	(5.602)	9.792	15.394	(5.085)	10.309
Reservatórios, barragens e adutoras	3,3	147.430	(53.333)	94.097	147.430	(48.465)	98.965
Máquinas e equipamentos	3,43	99.278	(39.253)	60.025	99.263	(35.839)	63.424
Veículos	14,29	106	(62)	44	106	(47)	59
Móveis utensílios	6,25	105	(57)	48	105	(51)	54
Em curso		**6.348**	–	**6.348**	**4.060**	–	**4.060**
Total do Imobilizado		**268.661**	**(98.307)**	**170.354**	**266.358**	**(89.487)**	**176.871**

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições	Transferências	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Imobilizado						
Em serviço	**262.298**	–	**15**	**262.313**	**(98.307)**	**164.006**
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	15.394	–	–	15.394	(5.602)	9.792
Reservatórios, barragens e adutoras	147.430	–	–	147.430	(53.333)	94.097
Máquinas e equipamentos	99.263		15	99.278	(39.253)	60.025
Veículos	106			106	(62)	44
Móveis utensílios	105	–	–	105	(57)	48
Em curso	**4.060**	**2.303**	**(15)**	**6.348**	–	**6.348**
Total do Imobilizado	**266.358**	**2.303**	–	**268.661**	**(98.307)**	**170.354**

	Valor bruto em 31/12/2019	Adições	Valor bruto em 31/12/2020	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2020
Imobilizado					
Em serviço	**262.298**	–	**262.298**	**(89.487)**	**172.811**
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	15.394		15.394	(5.085)	10.309
Reservatórios, barragens e adutoras	147.430	–	147.430	(48.465)	98.965
Máquinas e equipamentos	99.263		99.263	(35.839)	63.424
Veículos	106		106	(47)	59
Móveis utensílios	105	–	105	(51)	54
Em curso	**2.531**	**1.529**	**4.060**	–	**4.060**
Total do Imobilizado	**264.829**	**1.529**	**266.358**	**(89.487)**	**176.871**

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, na Resolução Normativa nº 674/15, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior à data de término da concessão, conforme estabelecido no Decreto nº 2003/96, que estabelece que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão.

De acordo com os arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

A taxa média de depreciação em 2021 é de 3,36% a.a (3,33% a.a em 2020).

Intangível

	2021			2020		
	Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível						
Em serviço	**40.675**	**(4.973)**	**35.702**	**24.686**	**(2.766)**	**21.920**
Direito de exploração da concessão	1.912	(738)	1.174	1.912	(678)	1.234
Custos ambientais licença de operação	20.999	(4.175)	16.824	22.774	(2.088)	20.686
Ativos da Concessão - GSF	17.764	(60)	17.704			
Em curso	150	–	150	150	–	150
Total do Intangível	**40.825**	**(4.973)**	**35.852**	**24.836**	**(2.766)**	**22.070**

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível						
Em serviço	**24.686**	**17.764**	**(1.775)**	**40.675**	**(4.973)**	**35.702**
Direito de exploração da concessão	1.912	–		1.912	(738)	1.174
Custos ambientais licença de operação	22.774	–	(1.775)	20.999	(4.175)	16.824
Ativos da Concessão – GSF	–	17.764	–	17.764	(60)	17.704
Em curso	150	–	–	150	–	150
Total do Intangível	**24.836**	**17.764**	**(1.775)**	**40.825**	**(4.973)**	**35.852**

	Valor bruto em 31/12/2019	Adições	Valor bruto em 31/12/2020	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2020
Intangível					
Em serviço	**1.912**	**22.774**	**24.686**	**(2.766)**	**21.920**
Direito de exploração da concessão	1.912		1.912	(678)	1.234
Custos ambientais licença de operação	–	22.774	22.774	(2.088)	20.686
Em curso	**150**	–	**150**	–	**150**
Total do Intangível	**2.062**	**22.774**	**24.836**	**(2.766)**	**22.070**

O ativo intangível relacionado ao direito de exploração de concessão é amortizado pelo método linear, considerando o prazo remanescente do contrato de concessão, após a entrada em operação da usina.

Custos ambientais - licença de operação

Em janeiro de 2020, foi concedida ao Consórcio UHE Baguari a renovação da sua licença de operação com vigência de 10 anos. Assim, a Companhia registrou um ativo intangível, a ser amortizado pelo prazo de vigência da licença, em contrapartida ao reconhecimento de provisão referente ao custo estimado das condicionantes ambientais necessárias para manutenção da licença.

Em 2021, a Companhia reavaliou a estimativa dos custos ambientais e a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente, e aplicou o efeito do aumento da taxa de desconto na remensuração do passivo, em contrapartida a uma baixa no intangível (vide nota explicativa nº 9).

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga da Companhia, por meio da Resolução Homologatória nº 2.932/2021, prorrogando o prazo para março de 2046.

Em 12 de novembro de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para a usina do Contrato de Concessão da Companhia. Com essa aprovação, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico", no montante de R$17.764.

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi registrado considerando-se os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, conforme apresentado na tabela abaixo.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Baguari Energia	17.764	14/08/2041	1.678	19/03/2046

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seu ativo intangível.

8. FORNECEDORES

	2021	2020
Encargos de uso da rede de transmissão	321	286
Suprimento de energia elétrica – CCEE	250	1.590
Materiais e Serviços	149	18
TOTAL	720	1.894

9. PROVISÕES

	2021	2020
Circulante		
Custos ambientais (a)	5.938	5.622
Não circulante		
Custos ambientais (a)	16.121	16.379
Trabalhistas (b)	–	91
Total	**22.059**	**22.092**

a) Provisões para custos ambientais

Conforme Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou provisão referente ao custo estimado das condicionantes ambientais necessárias para a manutenção da licença de operação concedida ao Consórcio UHE Baguari, devido à renovação da licença por mais 10 anos, em contrapartida ao ativo intangível reconhecido no mesmo período.

Em 2021, a Companhia reavaliou a estimativa dos custos ambientais e a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente. Em atendimento ao CPC 25, que estabelece que a taxa de desconto deve refletir as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia considerou como base da avaliação as taxas de mercado livre de risco de longo prazo disponíveis na economia brasileira. Considerando que a variação da NTN-B foi significativa, a Companhia aplicou o efeito do aumento da taxa de desconto na remensuração do passivo, em contrapartida ao intangível.

A movimentação do passivo é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**22.001**
Variação Monetária	2.572
Pagamentos	(739)
Remensuração	(1.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**22.059**

b) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, há ações de natureza trabalhista no montante de R$101 cuja expectativa de perda é considerada possível. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de perda dessas ações era considerada provável, no montante de R$91.

Adicionalmente, em 2021 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2021	2020
Circulante		
ICMS	205	356
COFINS	588	504
PASEP	126	109
Outros	3	3
TOTAL	**922**	**972**

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2021	2020
Circulante		
Imposto de Renda	8.812	9.188
Contribuição Social	3.057	3.197
TOTAL	**11.869**	**12.385**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2021	2020
Não Circulante		
Imposto de Renda	4.249	–
Contribuição Social	1.530	–
TOTAL	**5.779**	

12. CONCESSÕES A PAGAR

Na obtenção da concessão para construção do empreendimento de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor nominal em 2021	Valor presente em 2021	Período de amortização	Índice de atualização
Baguari (Consórcio)	9.206	3.563	09/2009 a 09/2042	IPCA

A concessão a ser paga ao Poder Concedente prevê parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, é registrada a partir da assinatura do contrato pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes à usina de Baguari em 2021 correspondem a R$439 (R$418 em 2020).

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R$428 (R$391 em 2020), valor nominal de R$454 (R$414 em 2020).

13. ENCARGOS SETORIAIS

	2021	2020
Circulante		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	19	17
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	27	28
Pesquisa e Desenvolvimento e Pesquisa Expansão Sistema Energético	833	426
Fundo Nac. Desenvol.Cient.Tecnológico	53	55
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	377	311
CDE sobre P&D	16	–
	1.325	**837**
Não Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	750	1.115
	2.075	**1.952**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R$186.573 dividido em 13.078.650.139 (treze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e de 13.078.650.139 (tre-

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 09.568.947/0001-78
Belo Horizonte - MG

Baguari Energia S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ze bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta mil, cento e trinta e nove) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (69,38%) e a Furnas Centrais Elétricas S.A. (30,62%).

	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Preferenciais**	**%**	**Total**	**%**
Cemig GT	9.073.967.466	69,38	9.073.967.466	69,38	18.147.934.932	69,38
Furnas	4.004.682.673	30,62	4.004.682.673	30,62	8.009.365.346	30,62
Total	**13.078.650.139**	**100,00**	**13.078.650.139**	**100,00**	**26.157.300.278**	**100,00**

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	**2021**	**2020**
Reserva Legal	13.627	11.388
Retenção de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	21.269	15.615
	34.896	**27.003**

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R$2.239 de reserva legal em 2021, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

A Companhia registrou na conta reservas de lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no estatuto social, no exercício de 2021, no valor de R$21.269, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2021	**2020**
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	44.778	32.874
(-) Reserva Legal	(2.239)	(1.644)
	42.539	**31.230**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios 50%	21.270	15.615
Dividendos Adicionais Propostos	21.269	15.615
Total	**42.539**	**31.230**

Destinação do resultado de 2021 Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$44.778, seja dada a seguinte destinação:

- R$2.239 para constituição de reserva legal;
- R$21.270 para pagamento de dividendos estatutários; e,
- R$21.269 para pagamento de dividendos adicionais.

15. RECEITA

	2021	**2020**
Suprimento a outras concessionárias (a)	86.844	82.819
Deduções à receita operacional (b)	(10.317)	(10.254)
Receita operacional líquida	**76.527**	**72.565**

a) Suprimento a outras concessionárias

	2021	**2020**
Suprimento a outras concessionárias	83.252	73.104
Suprimento não faturado	670	6.960
Transações com Energia na CCEE	2.922	2.755
Total	**86.844**	**82.819**

b) Deduções à receita operacional

	2021	**2020**
COFINS	6.600	6.372
PIS-PASEP	1.433	1.384
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	183	291
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	306	291
Empresa de Pesquisa e Expansão Sistema Energético - EPE/MME	153	145
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	227	210
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.292	1.561
CDE sobre P&D	123	
	10.317	**10.254**

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	**2020**
Serviços de Terceiros (a)	6.574	6.990
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	3.048	6.332
Repactuação do risco hidrológico	2.920	2.794
Depreciação e amortização	11.094	11.026
Encargos Uso Rede Básica de Transmissão	3.275	3.043
Perda estimada (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(14)	
Provisão (reversão) para contingências	(91)	7
(-) Recuperação de despesas [2]	–	(5.189)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	77	(995)
	26.883	**24.008**
Custo Total	**26.745**	**30.192**
Despesas Operacionais	**138**	**(6.184)**
TOTAL	**26.883**	**24.008**

[2] Em dezembro de 2020, foi efetuada, pelo Consórcio UHE Baguari, a restituição à Companhia de saldo remanescente de aportes não utilizados para cobertura de despesas, no montante de R$5.189.

a) **Serviços de terceiros**

	2021	**2020**
Manutenção e Conservação de Instalações	5.410	5.074
Auditoria Externa	38	38
Publicações legais	19	42
Meio Ambiente	93	900
Outros	1.014	936
TOTAL	**6.574**	**6.990**

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	**2020**
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	4.041	1.658
PASEP e COFINS incidente s/Rec. Financ.	(194)	(106)
Atualização financeira Repactuação do risco hidrológico	126	592
Outras	5	24
	3.978	**2.168**
Despesas Financeiras		
Variação monetária e ajuste a valor presente da concessão onerosa	(741)	(515)
Variação monetária P&D e PEE	(64)	(42)
Juros Passivo de Arrendamento	(20)	(25)
Despesas tributárias	(152)	(353)
Variação Monetária provisão condicionantes ambientais	(2.572)	–
Outras	(28)	(17)
	(3.577)	**(952)**
RESULTADO FINANCEIRO	**401**	**1.216**

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2021
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	67.809
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	23.031
Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Efetiva	**23.031**
Alíquota Efetiva	**34**
Corrente	**17.100**
Diferido	**5.931**

	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	49.773
Imposto de renda e contribuição social - Despesa nominal - 34%	16.899
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	**16.899**
Alíquota efetiva	**34**
Corrente	**16.985**
Diferido	**(86)**

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Controladores								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Operações com energia elétrica [1]	–	–	6	7	–	–	(154)	(166)
Serviços prestados [2]	–	–	–	–	–	–	(691)	(775)
Dividendos	–	–	14.757	10.834	–	–	–	–
Recursos destinados a aumento de capital						1.030		
Furnas								
Circulante								
Operações com energia elétrica [1]			28	39			(416)	(450)
Dividendos			6.513	4.781				
Controlada em conjunto								
Consórcio Baguari								
Circulante								
Serviços prestados [2]	–	120	131	–	–	689	(131)	–
Custeio de despesas [3]	–	–	–	–	–	–	(9.528)	(4.101)
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica [1]	909	429			8.825	8.410		
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica [1]			31	19			(238)	(197)
FIC Pampulha								
Circulante								
Equivalentes de caixa	2.731	2.104	–	–	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários	57.535	41.199	–	–	2.241	815	–	–
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	11.834	9.264	–	–	–	–	–	–

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

[1] As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS");

[2] Refere-se a contrato de prestação de serviço de planejamento elétrico e energético, operação remota e de segurança de barragens, nas instalações e redes associadas à usina;

[3] A Companhia cobre despesas realizadas pelo consórcio, principalmente relacionadas à manutenção e conservação de equipamentos da usina, despesas administrativas, monitoramento dos reservatórios e meio ambiente.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados nas rubricas "Equivalentes de caixa" e "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, de 3,24% em 31 de dezembro de 2021 (1,21% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

		2021		2020	
Ativos	**Nível**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Custo amortizado [1]					
Consumidores e Revendedores	2	10.867	10.867	9.669	9.669
Títulos e Valores Mobiliários	2	36.406	36.406	16.912	16.912
		47.273	**47.273**	**26.581**	**26.581**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.852	2.852	10.294	10.294
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	3.371	3.371	4.505	4.505
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	23.611	23.611	20.074	20.074
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	5.981	5.981	8.972	8.972
		35.815	**35.815**	**43.845**	**43.845**
		83.088	**83.088**	**70.426**	**70.426**
Passivos					
Custo amortizado [1]					
Fornecedores	2	(720)	(720)	(1.894)	(1.894)
Concessões a pagar	3	(3.563)	(3.563)	(3.261)	(3.261)
Passivo de arrendamento	2	(148)	(148)	(206)	(206)
		(4.431)	**(4.431)**	**(5.361)**	**(5.361)**

[1] Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 09.568.947/0001-78
Belo Horizonte - MG

Baguari Energia S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixadas						
Concessões a pagar	37	74	325	1.464	2.624	4.524
Pré-fixadas						
Fornecedores	720	–	–	–	–	720
Passivo de arrendamento	7	14	45	58	208	332
TOTAL	764	88	370	1.522	2.832	5.576

* * * * * * *

Cibele Soares Dias dos Anjos
Diretor Administrativo Financeiro

Luiz Antonio Gouvêa de Albuquerque
Diretor Técnico Comercial

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC – MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Baguari Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Nelson Tamietti
Paulo Roberto de Brito Mosqueira
Cláudio Rocha Bueno

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Baguari Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baguari Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baguari Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo comas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações quecompreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobreesse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorçãorelevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstraçõesfinanceiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil epelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessabase contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenhanenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidadepela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras,tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoriasempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismoprofissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maiordo que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos daCompanhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade dasestimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeirasou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representamas correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas noscontroles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

LICENÇA AMBIENTAL

BETIM I INCORPORAÇÃO SPE S.A.., por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi solicitada através do Processo Administrativo nº 37.005/2022, a Revalidação da Licença Ambiental – LAC 2, para a atividade de Distrito Industrial e Zona Estritamente Industrial , Comercial e Logístico, localizada na BR-262, Km 360, Parque Industrial de Betim – Betim-MG, CEP: 32631-036.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Torna público o edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 020/2022. Processo Licitatório nº 048/2022. Objeto: Contratação de empresa de Assessoria e Consultoria em Administração Pública direcionada aos serviços de Controle Interno para atender o municipio de Juramento/MG. Data da sessão: 11.07.2022 às 09h00min horas, na Sala de Licitação, Avenida Antônio Maia Sobrinho, 43, Centro, Juramento/MG, CEP: 39590-000. Maiores informações e retirada do edital pelo e-mail: juramentolicitacao.mg@gmail.com ou na sede do Município de segunda a sexta feira de 08:00 as 11:30 horas e 13:00 as 17:00 horas.

July France Silveira Fonseca – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLARO DOS POÇÕES/MG

A Prefeitura Municipal de Claro dos Poções/MG, por meio do Presidente da CPL, informa a todos os interessados, o resultado do julgamento da Proposta da **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022** - Processo Licitatório nº 022/2022 cujo objeto é a **Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obras de Construção de Praça Pública no Bairro Nossa Senhora de Fatima no Municipio de Claro dos Poções-MG, conforme Projetos Básicos, Memoriais Descritivos, Planilhas de Preço, Cronogramas Físico Financeiro e Anexo deste Edital.** Foi declarada VENCEDORA do certame a empresa CONSAN CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA, CNPJ: 28.209.305/0001-27, com proposta no valor de R$ 84.724,83 (oitenta e quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos), conforme Ata da sessão pública lavrada em 27/06/2022. Data da sessão pública de julgamento: 27/06/2022 às 09h00min. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, relativo à fase de julgamento das propostas, a contar da data de notificação via e-mail. A ata da sessão encontra-se disponível no site www.clarodospocoes.mg.gov.br. Esclarecimentos: E-mail: licitaclaro@gmail.com. Claro dos Poções, 27 de junho de 2022. Vicente Ferreira Neto - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ-MG

Torna público a **Licitação 086/2022- Pregão Presencia - ARP 025/2022**. Objeto: Aquisição de Bens permanentes, sendo móveis de escritório e equipamentos eletrônicos e utensílios, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Abertura: 112/07/2022, às 13:00h. O edital encontra-se no site: www.mariadafe.mg.gov.br . Maria da Fé/MG, 27/06/2022. Carlos Alberto Lemes- Pregoeiro da Prefeitura Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME/MG, por meio da sua Assessoria de Licitações e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico 18/2022, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos destinados a Secretaria Municipal de Obras. A abertura está prevista para o dia 11/07/2022, às 09:30 horas. Cópias do Edital poderão ser adquiridas até o dia 10/07/2022, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h, ao preço de R$ 10,00 e/ou gratuitamente pelo site www.mateusleme.mg.gov.br. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805.

Mateus Leme, 26 de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO Nº 025/2022
RP Nº 020/2022

A PMCL/MG torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO que se destina a Contratação de empresa, com utilização do sistema de Registro de Preços, para prestação de serviço de manutenção de ruas, lotes vagos e terrenos urbanos, através de roçagem com recolhimento de material, construção de passeio, cercamento e instalação de meios-fios, em atendimento à Lei Municipal nº 5.106/2009, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital. Data de recebimento das propostas/documentação: de 28/06/2022, às 12:00h, até 11/07/2022, às 09:29h. Data de abertura: 11/07/2022, às 09:30h, na plataforma www.bbmnetlicitacoes.com.br. Esclarecimentos pelo telefone (31) 99239-2003 ou e-mail: licita.lafaiete@gmail.com. O edital poderá ser retirado nos sites: www.conselheirolafaiete.mg.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br.

Conselheiro Lafaiete, 27/06/2022
Alisson Dias Laureano – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

O Município de Juramento, torna público o extrato do contrato nº065/2022 referente à Licitação na Modalidade Tomada de Preços nº. 003/2022 - Processo Licitatório nº. 040/2022, objetivando Contratação de Empresa Especializada para Execução de Serviços de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente - C.B.U.Q, nas Ruas Hermínio Nogueira, Rua Professora Maria Isma, Rua da Cigana, Rua da Copasa e Rua Thiago Quirino, com fornecimento de materiais e mão de obra, neste município de Juramento/MG. Empresa contratada Rodrigues Construções e Transporte Eireli-ME, CNPJ: 26.861.341/0001-45, Valor global: R$334.149,69. Assinatura: 23.06.2022. Vigência: 90 dias.

Marlene de Lourdes Silveira Moreira – Prefeita municipal.

EDITAL DE LICITAÇÃO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG. Aviso Edital De Licitação Processo Licitatório Nº 069/2022 – Pregão Presencial "Menor Preço" Item Estimado - Ampla Disputa. O Diretor Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar o Processo Licitatório nº 069/2022, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL" do tipo "Menor Preço" Item - Estimado, no dia 13 de julho de 2022 às 09h00min, no Auditório de Licitações do DMAE, Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, Bairro Tibery, CEP nº 38.405-142, que tem por objeto a contratação de empresas para fornecimento de equipamentos de proteção individual – EPIs (avental de raspa, bota de PVC injetado, botina em vaqueta, conjunto contra chuva, calçado de segurança tipo tênis, protetor facial de segurança, respirador purificador de ar, lente branca para máscara de solda, capacete de motoqueiro, luva para motoqueiro, vestimenta de proteção individual), em atendimento à Diretoria Administrativa, estando o edital à disposição dos interessados, no endereço eletrônico www.dmae.mg.gov.br ou na Diretoria de Suprimentos, das 09h00min às 16h00min. Uberlândia/MG, 27 de junho de 2022. Adicionaldo dos Reis Cardoso - Diretor Geral do DMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ/MG

Aviso de abertura de licitação – Pregão Presencial nº 064/2022 – Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de Cestas Básicas a ser fornecida às famílias em situação de vulnerabilidade social emergencial, através do benefício eventual, em atendimento a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social no Município de Muriaé. Fica marcada a data de abertura da sessão de licitação para o dia 12/07/2022 às 08:30 hs na sala de reuniões do Depto. de Licitações, situado na Av. Maestro Sansão, 236/3º andar, Ed. Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves", Centro, Muriaé/MG - O edital poderá ser obtido no site https://muriae.mg.gov.br/ e no Depto. de Licitações, no horário de 13 h às 17 h – Informações: (32) 3696-3317

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.286.083/0001-95
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Salto Grande S.A.

CEMIG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Salto Grande S.A. ("Companhia" ou "Salto Grande") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CEMIG GERAÇÃO SALTO GRANDE

A Cemig Geração Salto Grande S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram em 08 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R$405.268 mil, dividido em 405.267.607 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R$106.881 mil em 2021, em comparação ao resultado de R$58.511 mil em 2020.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015.

A Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida a um ganho no resultado, no montante de R$40.079.

Em razão disso, o resultado de 2021 foi significativamente superior ao de 2020.

Receita

A Cemig Geração Salto Grande S.A. é concessionária de geração de energia elétrica na concessão da Usina Hidrelétrica Salto Grande, conforme o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 9/2016 ME UHE Salto Grande, celebrado em 9 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, 70% da garantia física de energia é alocada no regime de cotas e 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

A Companhia tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita reconhecida no exercício de 2021 foi de R$85.419 mil, em comparação a R$86.497 mil em 2020.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R$90.360 mil em 2021 (R$59.183 mil em 2020), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

O aumento da atualização financeira se deve pela variação do IPCA. Terminamos 2020 com uma inflação (IPCA) abaixo de 5%. Entretanto, chegamos ao fim de 2021 com uma inflação acima de 10%.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R$36.869 mil em 2021 (R$35.924 mil em 2020).

Apesar da redução dos custos com compra de energia para revenda, a Companhia teve um aumento nos custos com serviços de terceiros.

O contrato de prestação de serviço de operação e manutenção da usina teve seu início no segundo semestre de 2020, tendo uma despesa parcial lançada no resultado. Considerando que, em 2021, a despesa foi reconhecida durante todo o exercício, há uma percepção de aumento nos gastos com serviços de terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R$53.836 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 33,50% em relação ao resultado de R$160.717 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2020, a Companhia apurou despesas no montante de R$29.221 mil, representando 33,31% em relação ao lucro de R$87.732 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R$160.033 mil (R$88.289 mil em 2020) e a margem do LAJIDA foi de 102,64% no mesmo período (71,20% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado líquido	106.881	58.511	82,67
Despesa com IR e CS	53.836	29.221	84,24
Depreciação e amortização	899	211	326,07
Resultado financeiro	(1.583)	346	-
LAJIDA	**160.033**	**88.289**	**81,26**

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do grupo, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências ("PAE") específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

O ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
2. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
3. Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação(ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o "Programa Proximidade" disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021 a Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$106.881 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R$5.344 mil para constituição de reserva legal;
- R$26.000 mil de dividendos obrigatórios; e,
- R$75.537 mil para constituição de reserva especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Salto Grande é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.413	1.623
Títulos e valores mobiliários	4	27.889	20.271
Consumidores e revendedores	5	10.198	11.270
Ativo financeiro da concessão	7	48.182	43.989
Outros créditos		25	140
TOTAL DO CIRCULANTE		**87.707**	**77.293**
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	5.736	4.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	1.144
Tributos compensáveis	6	2.642	256
Depósitos vinculados a litígios		48	-
Ativo financeiro da concessão	7	448.971	410.267
Imobilizado	8	17.264	4.830
Intangível	9	39.452	-
Direito de uso	**10**	**79**	**149**
Outros créditos		**-**	**25**
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**514.192**	**421.229**
ATIVO TOTAL		**601.899**	**498.522**

PASSIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	1.268	8.997
Encargos regulatórios	12	1.610	1.320
Impostos, taxas e contribuições	14	2.540	944
Imposto de renda e contribuição social	14	34.821	26.038
Dividendos	16	43.793	7.793
Transações com partes relacionadas	21	948	1.016
Passivo de arrendamento	10	10	89
Outras obrigações		-	2
TOTAL DO CIRCULANTE		**84.990**	**46.199**
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	12	-	932
Imposto de renda e contribuição social	14	12.262	-
Passivo de arrendamento	10	73	67
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	13	3.798	3.637
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**16.133**	**4.636**
TOTAL DO PASSIVO		**101.123**	**50.835**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16**		
Capital social		405.268	405.268
Reservas de lucros		95.508	42.419
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**500.776**	**447.687**
PASSIVO TOTAL		**601.899**	**498.522**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**405.268**	**11.701**	**29.349**	**-**	**446.318**
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R$0,0724 por ação)	-	-	(29.349)	-	(29.349)
Resultado do exercício	-	-	-	58.511	58.511
Dividendos intermediários (R$0,0494 por ação)	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	2.926	-	(2.926)	-
Dividendos obrigatórios (R$0,0192 por ação)	-	-	-	(7.793)	(7.793)
Dividendos adicionais propostos (R$0,0686 por ação)	-	-	27.792	(27.792)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**405.268**	**14.627**	**27.792**	**-**	**447.687**
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R$0,0686 por ação)	-	-	(27.792)	-	(27.792)
Resultado do exercício	-	-	-	106.881	106.881
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	5.344	-	(5.344)	-
Dividendos obrigatórios (R$0,0642 por ação)	-	-	-	(26.000)	(26.000)
Reserva especial	-	-	75.537	(75.537)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**405.268**	**19.971**	**75.537**	**-**	**500.776**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	17	**155.924**	**124.002**
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	18		
Encargos de distribuição		(3.037)	(1.936)
Energia elétrica comprada para revenda		(15.804)	(22.539)
		(18.841)	(24.475)
CUSTO	18		
Materiais		(255)	(147)
Serviços de terceiros		(10.171)	(5.771)
Depreciação e amortização		(821)	(142)
Outros custos		(17)	(17)
		(11.264)	(6.077)
CUSTO TOTAL		**(30.105)**	**(30.552)**
LUCRO BRUTO		**125.819**	**93.450**
DESPESA OPERACIONAL	18		
Despesas gerais e administrativas		(5.142)	(4.122)
Outras despesas operacionais		(1.622)	(1.250)
		(6.764)	(5.372)
Ganho com ressarcimento do GSF		40.079	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**159.134**	**88.078**
Receitas financeiras	19	2.095	970
Despesas financeiras	19	(512)	(1.316)
		1.583	(346)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**160.717**	**87.732**
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(40.429)	(30.363)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(13.407)	1.142
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**106.881**	**58.511**
Resultado básico e diluído por ação – R$		**0,2637**	**0,1444**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**106.881**	**58.511**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**106.881**	**58.511**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	106.881	58.511
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	821	142
Amortização do direito de uso (Nota 10)	78	69
Impostos diferidos (Nota 20)	13.407	(1.142)
Juros passivo de arrendamento (Nota 19)	14	19
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	161	3.637
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 7)	(90.360)	(59.183)
Ganho com ressarcimento do GSF	(40.079)	-
	(9.077)	2.053
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	1.072	(2.695)
Tributos compensáveis (Nota 6)	(2.386)	(256)
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)	47.463	45.085
Depósitos vinculados a litígios	(48)	-
Outros créditos	132	69
	46.233	42.203
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 11)	(7.729)	6.256
Impostos, taxas e contribuições (Nota 14)	1.596	(987)
Imposto de renda e contribuição social	40.387	30.515
Encargos regulatórios (Nota 12)	(642)	796
Transações com partes relacionadas (Nota 21)	(68)	105
Outras obrigações	1	84
	33.545	36.769
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**70.701**	**81.025**
Imposto renda e contribuição social pagos	(31.604)	(32.352)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**39.097**	**48.673**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(8.796)	1.226
No imobilizado	(12.628)	(265)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(21.424)**	**961**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(17.793)	(49.349)
Arrendamentos pagos	(90)	(87)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(17.883)**	**(49.436)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(210)**	**198**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.623	1.425
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.413	1.623
	(210)	**198**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.286.083/0001-95
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Salto Grande S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Salto Grande S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG CEP 30.190 131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.845/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Salto Grande da Cemig GT para a Cemig Geração Salto Grande S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 09/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Salto Grande possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de Garantia Física. Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Salto Grande, por meio da Receita Anual de Geração RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2020 a 30 de junho de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.746/2020. Cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatoria Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.931 de 2021. A Companhia teve prazo de extensão igual ao máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias).

Vide mais informações na Nota Explicativa nº 09.

a) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavirus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato "in loco" com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos com seus consumidores livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram bascados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (Contas a receber não faturado);
- Nota 7 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 10 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 Ativo imobilizado Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste "de 10%" para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros da concessão, fornecedores e passivo de arrendamento.

b) Consumidores e revendedores

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

e) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	89	588
Aplicações financeiras		
Overnight	1.324	1.035
TOTAL	**1.413**	**1.623**

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que varia entre 8,87% e 9,14% em 31 de dezembro de 2021 (1,89% em 31 de dezembro de 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1.634	3.294
Letras Financeiras Bancos - LFs	23.032	12.526
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	2.899	4.415
Debêntures	324	36
	27.889	**20.271**
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	5.657	4.408
Debêntures	79	150
	5.736	**4.558**
Total	**33.625**	**24.829**

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 106% e 110% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (entre 99,5% e 130% em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre Taxa Referencial (TR) – 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 21 dessas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer: Faturado	Saldos a vencer: Não faturado	Saldos vencidos: Até 90 dias	Saldos vencidos: 91 até 360 dias	Saldos vencidos: Mais de 361 dias	Total 2021	Total 2020
Fornecimento industrial	-	3.481	-	-	-	**3.481**	**5.135**
Suprimento a outras concessionárias	-	6.687	-	-	-	**6.687**	**6.135**
CCEE	-	30	-	-	-	**30**	-
Total	-	**10.198**	-	-	-	**10.198**	**11.270**

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
Não circulante		
PIS/Pasep (1)	471	46
Cofins (1)	2.171	210
	2.642	**256**

(1) Créditos oriundos, principalmente, da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos.

7. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Salto Grande, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Salto Grande para a Cemig Geração Salto Grande – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016 a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física ("CGF" ou "regime de cotas"). Desde janeiro de 2017 a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	454.256	440.158
Recebimentos	(47.463)	(45.085)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	90.360	59.183
Saldo final	**497.153**	**454.256**
Circulante	**48.182**	**43.989**
Não circulante	**448.971**	**410.267**

8. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de deprec. %	2021: Valor bruto	2021: Deprec. Acum.	2021: Valor líquido	2020: Valor bruto	2020: Deprec. Acum.	2020: Valor líquido
Em serviço		**17.451**	**(445)**	**17.006**	**4.774**	**(251)**	**4.523**
Custo Histórico	3,28%	17.451	(445)	17.006	4.774	(251)	4.523
Em curso		**258**	-	**258**	**307**	-	**307**
Geração		258	-	258	307	-	307
TOTAL AIC + AIS		**17.709**	**(445)**	**17.264**	**5.081**	**(251)**	**4.830**

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Liquidas = (A) - (B) + (C)	Deprec. acum.	Valor Liquido em 31/12/2021
Em serviço	**4.774**	-	-	**12.677**	**17.451**	**12.677**	**(445)**	**17.006**
Edificações, obras civis e benfeitorias	175	-	-	-	175	-	(19)	156
Máquinas e equipamentos	4.599	-	-	12.677	17.276	12.677	(426)	16.850
Em curso	**307**	**12.628**	-	**(12.677)**	**258**	**(49)**	-	**258**
Total	**5.081**	**12.628**	-	-	**17.709**	**12.628**	**(445)**	**17.264**

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2021, a taxa média de depreciação anual foi de 3,28% (3,10% em 2020).

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.286.083/0001-95
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Salto Grande S.A.

CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração de sua controladora autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Companhia e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração de sua controladora da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico", no montante de R$40.079, conforme tabela abaixo:

	Taxas anuais médias de amortização %	2021			2020		
		Valor bruto	Amort. Acum.	Valor líquido	Valor bruto	Amort. Acum.	Valor líquido
Em serviço		**40.079**	**(627)**	**39.452**	-	-	-
Ativos da concessão - GSF		40.079	(627)	39.452	-	-	-
Em curso		-	-	-	-	-	-
Total		**40.079**	**(627)**	**39.452**	-	-	-

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2021	Amort. Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	**40.079**	**40.079**	**(627)**	**39.452**
Ativos da concessão - GSF	-	40.079	40.079	(627)	39.452
Em curso	-	-	-	-	-
Total	-	**40.079**	**40.079**	**(627)**	**39.452**

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Salto Grande	**40.079**			
Cemig Geração Salto Grande	40.079	05/01/2046	7,0	03/01/2053

10. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	133	133
Adição	76	-	76
Remensuração	2	7	9
Amortização	(3)	(66)	(69)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	75	74	149
Remensuração	7	1	8
Amortização	(3)	(75)	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	79	-	79

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	139
Adição	76
Juros incorridos	19
Arrendamentos pagos	(82)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156
Juros incorridos	14
Arrendamentos pagos	(90)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Passivo circulante	10
Passivo não circulante	73

11. FORNECEDORES

	2021	2020
Suprimento e transporte de energia	66	6.597
Materiais e serviços	1.202	2.400
TOTAL	**1.268**	**8.997**

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2021	2020
Passivo		
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	129
Pesquisa Expansão Sistema Energético	38	54
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	76	107
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	603	577
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	893	1.385
	1.610	**2.252**
Circulante	**1.610**	**1.320**
Não circulante	-	**932**

13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que em 2016 a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R$3.637 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$3.798. A Companhia aguarda orientação do órgão regulador Aneel sobre o mecanismo de devolução.

14. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições sociais

	2021	2020
Circulante		
ICMS	1	-
Cofins	1.705	460
PIS/Pasep	620	352
INSS	163	120
Outros	51	12
TOTAL	**2.540**	**944**

b) Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	25.657	19.198
Contribuição social	9.164	6.840
	34.821	**26.038**
Não circulante		
Imposto de renda	9.016	-
Contribuição social	3.246	-
	12.262	-
TOTAL	**47.083**	**26.038**

15. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021 há ações de natureza trabalhista no montante de R$586 (R$67 em 2020) e de relações de consumo R$16 (R$0 em 2020), cuja expectativa de perda é considerada possível. Adicionalmente, em 2021 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R$405.268, subscrito e integralizado, dividido em 405.267.607 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2021	2020
Reserva legal	19.971	14.627
Reserva especial (Dividendos não distribuídos)	75.537	-
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	-	27.792
	95.508	**42.419**

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R$5.344 de reserva legal em 2021, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R$75.537, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	106.881	58.511
Reserva legal	(5.344)	(2.926)
	101.537	**55.585**
Dividendo obrigatório	50.769	27.793
Reserva especial	75.537	-
Dividendos intermediários	-	20.000
Dividendos obrigatórios	26.000	7.793
Dividendos adicionais propostos	-	27.792
Total dos dividendos	**26.000**	**55.585**

Destinação do resultado de 2021 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$106.881 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R$5.344 para constituição de reserva legal;
- R$26.000 para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R$75.537 para constituição de reserva especial.

17. RECEITA

	2021	2020
Fornecimento industrial	37.548	3.836
Fornecimento não faturado - Industrial	3.481	-
Transações com energia na CCEE	5.244	13.205
Suprimento Cotas - Geração própria	85.997	80.991
Suprimento comercial - Geração própria	5.111	31.041
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria	636	(2.626)
Suprimento não faturado - Geração própria	(5.135)	5.135
Realização do ativo financeiro da bonificação pela outorga	(47.463)	(45.085)
Fornecimento bruto de energia elétrica	**85.419**	**86.497**
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	(2.762)
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	90.360	59.183
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(19.855)	(18.916)
	155.924	**124.002**

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes, vide nota explicativa nº 6 destas Demonstrações Financeiras.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2021	2020
Tributos sobre a receita		
ICMS	414	1.027
Cofins	12.698	10.783
PIS/Pasep	2.757	2.341
	15.869	**14.151**
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	444	440
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	444	440
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	222	220
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	776	912
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	2.100	2.753
	3.986	**4.765**
Total	**19.855**	**18.916**

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	2.610	2.412
Materiais	277	162
Serviços de terceiros (a)	12.701	7.482
Encargos de distribuição (b)	3.037	1.936
Energia elétrica comprada para revenda	15.804	22.539
Depreciação e amortização	899	211
Subvenções e doações	1.197	888
Outros custos e despesas operacionais líquidos	344	294
	36.869	**35.924**
Custo total	**30.105**	**30.552**
Despesa operacional	**6.764**	**5.372**
TOTAL	**36.869**	**35.924**

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Convênio de operação e manutenção	6.052	2.466
Manutenção, conservação e instalações	3.599	3.074
Tecnologia da informação	346	420
Vigilância	312	284
Conservação e limpeza de prédios	878	830
Meio ambiente	361	84
Consultoria	912	56
Outros	241	268
TOTAL	**12.701**	**7.482**

b) Energia elétrica comprada para revenda

	2021	2020
Energia de curto prazo - CCEE	1.790	17.349
Energia adquirida no ambiente livre	15.925	7.487
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.911)	(2.297)
	15.804	**22.539**

Encargos de distribuição

Referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da ANEEL.

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	1.722	932
Acréscimos moratórios de contas de energia	-	85
PIS/Pasep e Cofins incidente sobre receita financeira	(124)	(47)
Atualização crédito PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	312	-
Outras	185	-
	2.095	**970**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Variações monetárias - Restituição a concessionárias	(161)	(875)
Outras variações monetárias	(47)	(32)
Juros passivo de arrendamento	(14)	(19)
Outras despesas financeiras	(290)	(390)
	(512)	**(1.316)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**1.583**	**(346)**

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	160.717	87.732
Imposto de renda e contribuição social Despesa nominal	54.620	29.805
Contribuições e doações indedutíveis	407	302
Incentivos fiscais	(1.197)	(888)
Gratificações administradores	6	2
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	**53.836**	**29.221**
Alíquota efetiva	**33,50%**	**33,31%**
Corrente	**40.429**	**30.363**
Diferido	**13.407**	**(1.142)**

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO 2021	ATIVO 2020	PASSIVO 2021	PASSIVO 2020	RECEITA 2021	RECEITA 2020	DESPESA 2021	DESPESA 2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	948	1.016	-	-	(3.053)	(3.156)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	595	1.974	-	-	(6.323)	(2.466)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	-	(3.320)
Dividendos	-	-	43.793	7.793	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	614	523	-	-	7.041	6.549	(3.412)	(2.135)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.324	1.035	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	27.889	20.271	-	-	420	176	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	5.736	4.558	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.286.083/0001-95
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Salto Grande S.A.

CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;

(3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;

(4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e valores mobiliários" no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,57% em 31 de dezembro de 2021 (0,60% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	99	97
Participação nos resultados	18	32
Previdência privada	9	7
Planos de saúde e odontológico	1	1
Total	**127**	**137**

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como seguem:

		2021		2020	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores	2	10.198	10.198	11.270	11.270
Títulos e valores mobiliários	2	17.647	17.647	8.321	8.321
Ativos financeiros da concessão	3	497.153	497.153	454.256	454.256
		524.998	**524.998**	**473.847**	**473.847**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.324	1.324	1.035	1.035
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	1.634	1.634	2.216	2.216
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	11.445	11.445	9.877	9.877
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.899	2.899	4.415	4.415
		17.302	**17.302**	**17.543**	**17.543**
		542.300	**542.300**	**491.390**	**491.390**
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(1.268)	(1.268)	(8.997)	(8.997)
Arrendamentos (2)	2	(83)	(83)	(156)	(156)
		(1.351)	**(1.351)**	**(9.153)**	**(9.153)**

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	4.215	4.782	-	-	-	**8.997**
Passivo de arrendamentos	1	2	8	44	208	**263**
TOTAL	**4.216**	**4.784**	**8**	**44**	**208**	**9.260**

DIRETORIA

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Salto Grande S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluff

Guilherme Augusto Duarte de Faria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Salto Grande S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Salto Grande S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Salto Grande S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.263.197/0001-10
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Três Marias S.A.

CEMIG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Três Marias S.A. ("Companhia" ou "Três Marias") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A CEMIG GERAÇÃO TRÊS MARIAS

A Cemig Geração Três Marias S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. Suas atividades operacionais iniciaram em 08 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R$1.291.423 mil, subscrito e integralizado, dividido em 1.291.423.369 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R$318.792 mil em 2021, em comparação ao resultado de R$177.542 mil em 2020.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015.

A Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida a um ganho no resultado, no montante de R$115.831.

Em razão disso, o resultado de 2021 foi significativamente superior ao de 2020.

Receita

A Cemig Geração Três Marias S.A. detém a concessão da Usina Hidrelétrica Três Marias, conforme o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº8/2016 – ME – UHE Três Marias, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, 70% da garantia física de energia é alocada no regime de cotas e 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

A Cemig Geração Três Marias S.A. tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2021 foi de R$281.679 mil, em comparação a R$266.093 mil em 2020.

A Cemig Geração Três Marias S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R$287.009 mil em 2021 (R$187.746 mil em 2020), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

O aumento da atualização financeira se deve pela variação do IPCA. Terminamos 2020 com uma inflação (IPCA) abaixo de 5%. Entretanto, chegamos ao fim de 2021 com uma inflação acima de 10%.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R$125.948 mil em 2021, comparado a R$102.385 mil em 2020. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda e um aumento nos custos com serviços de terceiros.

O contrato de prestação de serviço de operação e manutenção da usina teve seu início no segundo semestre de 2020, tendo uma despesa parcial lançada no resultado. Considerando que, em 2021, a despesa foi reconhecida durante todo o exercício, há uma percepção de aumento nos gastos com serviços de terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R$162.016 mil referente ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R$480.808 mil antes dos efeitos fiscais, representando 33,70% de alíquota efetiva. Comparativamente, no mesmo período de 2020, a Companhia apurou o montante de R$89.355, em relação ao resultado de R$266.897 mil antes dos efeitos fiscais, representando 33,48% de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R$479.161 mil (R$268.189 mil em 2020) e a margem do LAJIDA foi de 79,56% no mesmo período (72,44% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado líquido	318.792	177.542	79,56
Despesa com IR e CS	162.016	89.355	81,32
Depreciação e amortização	2.326	335	594,33
Resultado financeiro	(3.973)	957	(515,15)
LAJIDA	**479.161**	**268.189**	**78,67**

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências ("PAE") específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

No ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

- Ação de cadastro de economias (telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
- Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
- Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O Grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o "Programa Proximidade" disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas do Grupo Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021, o Grupo Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pelo Grupo Cemig propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$318.792 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R$15.940 mil para constituição de reserva legal;
- R$110.000 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R$192.852 mil para constituição de reserva especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Três Marias é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.275	5.721
Títulos e valores mobiliários	4	66.216	50.236
Consumidores e revendedores	5	44.441	49.775
Tributos compensáveis	6	988	1.036
Ativo financeiro da concessão	7	152.828	139.527
Outros créditos		152	329
TOTAL DO CIRCULANTE		**268.900**	**246.624**
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	13.619	11.296
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	6.733
Tributos compensáveis	6	7.516	815
Consumidores e revendedores	5	114	2.006
Ativo financeiro da concessão	7	1.430.891	1.307.682
Imobilizado	9	13.795	12.708
Intangível	10	114.034	16
Direito de uso	8	78	147
Outros créditos		-	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**1.580.047**	**1.341.482**
ATIVO TOTAL		**1.848.947**	**1.588.106**

PASSIVO

	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	8.352	30.397
Encargos regulatórios	12	1.741	4.167
Impostos, taxas e contribuições	13	5.972	5.618
Imposto de renda e contribuição social	13	102.186	77.202
Dividendos	16	138.000	34.333
Transações com partes relacionadas	21	3.582	3.712
Passivo de arrendamento	8	10	89
Outras obrigações		41	16
TOTAL DO CIRCULANTE		**259.884**	**155.534**
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	12	-	3.017
Imposto de renda e contribuição social	13	34.529	-
Passivo de arrendamento	8	73	67
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	14	12.117	11.604
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**46.719**	**14.688**
TOTAL DO PASSIVO		**306.603**	**170.222**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Capital social		1.291.423	1.291.423
Reservas de lucros		250.921	126.461
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.542.344**	**1.417.884**
PASSIVO TOTAL		**1.848.947**	**1.588.106**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**1.291.423**	**33.252**	**80.698**	**-**	**1.405.373**
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R$0,0625 por ação)	-	-	(80.698)	-	(80.698)
Resultado do exercício	-	-	-	177.542	177.542
Dividendos intermediários (R$0,0387 por ação)	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	8.877	-	(8.877)	-
Dividendos obrigatórios (R$0,0266 por ação)	-	-	-	(34.333)	(34.333)
Dividendos adicionais propostos (R$0,0653 por ação)	-	-	84.332	(84.332)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**1.291.423**	**42.129**	**84.332**	**-**	**1.417.884**
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R$0,0653 por ação)	-	-	(84.332)	-	(84.332)
Resultado do exercício	-	-	-	318.792	318.792
Dividendos intermediários (R$0 por ação)	-	-	-	-	-
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	15.940	-	(15.940)	-
Dividendos obrigatórios (R$0,0852 por ação)	-	-	-	(110.000)	(110.000)
Reserva Especial	-	-	192.852	(192.852)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**1.291.423**	**58.069**	**192.852**	**-**	**1.542.344**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	17	**486.952**	**370.239**
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	18		
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(34.312)	(31.841)
Energia elétrica comprada para revenda		(50.541)	(37.999)
		(84.853)	(69.840)
CUSTO	18		
Materiais		(1.071)	(523)
Serviços de terceiros		(20.465)	(12.035)
Provisões operacionais		-	(4.521)
Depreciação		(2.249)	(266)
		(23.785)	(17.345)
CUSTO TOTAL		**(108.638)**	**(87.185)**
LUCRO BRUTO		**378.314**	**283.054**
DESPESA OPERACIONAL	18		
Despesas gerais e administrativas		(12.334)	(11.332)
Outras despesas operacionais		(4.976)	(3.868)
		(17.310)	(15.200)
Ganho com ressarcimento do GSF	10	115.831	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		**476.835**	**267.854**
Receitas financeiras	19	5.477	3.069
Despesas financeiras	19	(1.504)	(4.026)
		3.973	(957)
Resultado antes dos impostos		**480.808**	**266.897**
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(120.755)	(90.994)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(41.261)	1.639
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**318.792**	**177.542**
Resultado básico e diluído por ação – R$		**0,2469**	**0,1375**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**318.792**	**177.542**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**318.792**	**177.542**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	318.792	177.542
Ajustes por:		
Depreciação	2.249	266
Amortização do direito de uso (Nota 8)	77	69
Tributos diferidos	41.261	(1.639)
Juros passivo de arrendamento (Nota 8)	(9)	19
Provisões operacionais	-	4.521
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	513	11.604
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 7)	(287.009)	(187.746)
Ganho com ressarcimento do GSF	(115.831)	-
	(39.957)	4.636
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	7.226	(17.253)
Tributos compensáveis (Nota 6)	(6.653)	(815)
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)	150.499	142.962
Outros créditos	248	(128)
	151.320	124.766
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 11)	(22.045)	22.043
Impostos, taxas e contribuições (Nota 13)	354	2.569
Imposto de renda e contribuição social	120.171	91.114
Encargos regulatórios (Nota 12)	(5.443)	2.758
Transações com partes relacionadas (Nota 21)	(130)	311
Outras obrigações	52	99
	92.959	118.894
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**204.322**	**248.296**
Imposto renda e contribuição social pagos	(95.187)	(89.593)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**109.135**	**158.703**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(18.303)	(22.122)
No imobilizado	(1.523)	(1.731)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(19.826)**	**(23.853)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(90.665)	(133.322)
Arrendamentos pagos	(90)	(86)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(90.755)**	**(133.408)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(1.446)**	**1.442**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	5.721	4.279
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.275	5.721
	(1.446)	1.442

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.263.197/0001-10
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Três Marias S.A.

CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Três Marias S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.847/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Três Marias da Cemig GT para a Cemig Geração Três Marias S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 08/2016 MME, ocorrida em 08 de junho de 2016.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Três Marias possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de Garantia Física. Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Três Marias, por meio da Receita Anual de Geração - RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022, conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.902, de 20/07/2021.

Cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre ACL.

Em 31 dezembro de 2021, a UHE Três Marias operava com todos seus 06 geradores disponíveis para Sistema Interligado Nacional – SIN, se perspectiva de intervenções relevantes ao longo de 2022.

a) Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Revolução Homologatória 2.932 de 2021. Para a UHE Três Marias, o prazo de extensão foi o *máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias)*, com fim da concessão previsto para 05/01/2046.

Vide mais informações na nota explicativa número 10.

b) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato "in loco" com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos com seus consumidores livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021, não se espera impactos significativos no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 Consumidores e revendedores (Contas a receber não faturado);
- Nota 7 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 8 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 Ativo Biológico, CPC 27 Ativo Imobilizado, CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste "de 10%" para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Consumidores e revendedores

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

d) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

e) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Contas bancárias	45	470
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.088	2.685
Overnight	3.142	2.566
TOTAL	4.275	5.721

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), variou de 50% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (70% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 8,87%a.a a 9,14%a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,89% em 31 de dezembro de 2020).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	3.879	8.164
Letras Financeiras Bancos - LFs	54.683	31.042
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	6.884	10.940
Debêntures	770	90
	66.216	50.236
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	13.431	10.925
Debêntures	188	371
	13.619	11.296
	79.835	61.532

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que foi de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (106% e 110% do CDI em 31 de dezembro de 2020)

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 105,00% a 130,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99,5% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (Taxa Referencial (TR) 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 21 dessas Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Saldos a vencer		Saldos vencidos			Total	
Classe de consumidor	**Faturado**	**Não faturado**	**Até 90 dias**	**91 até 360 dias**	**Mais de 361 dias**	**2021**	**2020**
Fornecimento industrial	7.302	8.487	5.737	-	1.670	**23.196**	**30.997**
Suprimento a outras concessionárias	1.933	21.096	-	-	-	**23.029**	**29.867**
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(1.670)	**(1.670)**	**(9.083)**
Total	9.235	29.583	5.737	-	-	44.555	51.781

A Companhia busca judicialmente a recuperação dos valores vencidos para os quais foram constituídas as provisões para perdas.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Impostos, taxas e contribuições a compensar

	2021	2020
Circulante		
ICMS	203	251
PIS/Pasep (1)	139	139
Cofins (1)	646	646
	988	1.036
Não circulante		
PIS/Pasep (1)	1.340	145
Cofins (1)	6.176	670
	7.516	815
TOTAL	8.504	1.851

(1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos.

7. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Três Marias, cuja concessão era anteriormente pertencente à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Três Marias para a Cemig Geração Três Marias S.A., Sociedades de Propósitos Específicos SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016, a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") no Sistema de Cota de Garantia Física ("CGF" ou "regime de cotas"). Desde janeiro de 2017 a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre – ("ACL").

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	1.447.209	1.402.425
Recebimentos	(150.499)	(142.962)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	287.009	187.746
Saldo final	1.583.719	1.447.209
Circulante	152.828	139.527
Não circulante	1.430.891	1.307.682

8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

	2021	2020
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.263.197/0001-10
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Três Marias S.A.

CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	133	133
Adição	74	-	74
Remensuração	2	7	9
Amortização	(2)	(67)	(69)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74	73	147
Remensuração	7	1	8
Amortização	(3)	(74)	(77)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	78	-	78

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do grupo Cemig. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	140
Adição	74
Juros incorridos	19
Arrendamentos pagos	(81)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156
Juros incorridos	14
Arrendamentos pagos	(90)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Passivo circulante	10
Passivo não circulante	73

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de depreciação %	2021 Valor bruto	2021 Deprec. acum.	2021 Valor líquido	2020 Valor bruto	2020 Deprec. acum.	2020 Valor líquido
Em serviço		12.149	(954)	11.195	10.114	(518)	9.596
Custo Histórico	3,68	12.149	(954)	11.195	10.114	(518)	9.596
Em curso		2.600	-	2.600	3.112	-	3.112
Geração		2.600	-	2.600	3.112	-	3.112
TOTAL AIC + AIS		14.749	(954)	13.795	13.226	(518)	12.708

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A) + (B)	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	10.114	-	-	2.035	12.149	2.035	(954)	11.195
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	925	925	925	(17)	908
Edificações, obras civis e benfeitorias	120	-	-	50	170	50	(8)	162
Máquinas e equipamentos	9.994	-	-	1.060	11.054	1.060	(929)	10.125
Em curso	3.112	1.523	-	(2.035)	2.600	(512)	-	2.600
Total	13.226	1.523	-	-	14.749	1.523	(954)	13.795

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2021, a taxa média de depreciação anual foi de 3,68% (3,63% em 2020).

10. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico – 14.052/20", no montante de R$115.831, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de depreciação (%)	2021 Custo	2021 Depreciação acumulada	2021 Valor líquido	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Valor líquido
Em serviço		115.847	(1.813)	114.034	-	-	-
Ativos da concessão - GSF	20	115.831	(1.811)	114.020	-	-	-
Outros		16	(2)	14	-	-	-
Em curso		-	-	-	16	-	16
Total		115.847	(1.813)	114.034	16	-	16

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transf. (C)	Adições Líquidas = (A) -(B)+ (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	115.831	-	16	115.847	115.847	(1.813)	114.034
Ativos da concessão - GSF	-	115.831	-	-	115.831	115.831	(1.811)	114.020
Outros	-	-	-	16	16	16	(2)	14
Em curso	16	-	-	(16)	(16)	-	-	-
Total	16	115.831	-	-	115.831	115.847	(1.813)	114.034

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Três Marias	115.831			
UHE Três Marias	115.831	05/01/2046	7,0	03/01/2053

11. FORNECEDORES

	2021	2020
Suprimento e transporte de energia	4.603	23.772
Materiais e serviços	3.749	6.625
TOTAL	8.352	30.397

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2021	2020
Passivo		
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	356
Pesquisa Expansão Sistema Energético	117	149
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	234	297
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.146	2.103
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	174	4.279
CDE sobre P&D	70	-
	1.741	7.184
Circulante	1.741	4.167
Não circulante	-	3.017

13. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2021	2020
Circulante		
ICMS	1.893	1.512
COFINS	3.128	3.230
PASEP	677	701
INSS	164	160
Outros	110	15
TOTAL	5.972	5.618

b) Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	75.929	57.348
Contribuição social	26.257	19.854
	102.186	77.202
Não circulante		
Imposto de renda	25.389	-
Contribuição social	9.140	-
	34.529	-
TOTAL	136.715	77.202

14. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R$11.604 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$12.117. A Companhia aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução.

15. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021 há ações de natureza ambiental no montante de R$272 (R$154 em 31 de dezembro de 2020), cuja expectativa de perda é considerada possível. Adicionalmente, em 2021 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R$1.291.423, subscrito e integralizado, dividido em 1.291.423.369 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2021	2020
Reserva legal	58.069	42.129
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	-	84.332
Reserva Especial	192.852	-
	250.921	126.461

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R$15.940 de reserva legal em 2021, correspondendo a 5,00% do lucro líquido apurado no exercício.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R$192.852, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2021 e 2020 foi feito conforme abaixo:

	2021	2020
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	318.792	177.542
Reserva legal	(15.940)	(8.877)
	302.852	168.665
Dividendo obrigatório	151.426	84.333
Reserva Especial	192.852	-
Dividendos intermediários	-	50.000
Dividendos obrigatórios	110.000	34.333
Dividendos adicionais propostos	-	84.332
Total dos dividendos	110.000	168.665

Destinação do resultado de 2021 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício de 2021, no montante de R$318.792, seja dada a seguinte destinação:

- R$15.940 para constituição de reserva legal;
- R$110.000 para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R$192.852 para constituição de reserva especial.

17. RECEITA

	2021	2020
Fornecimento industrial	116.928	88.689
Fornecimento não faturado - Industrial	6.554	6.017
Transações com energia na CCEE	18.117	18.006
Suprimento Cotas - Geração própria	275.319	262.636
Suprimento comercial - Geração própria	22.761	32.597
Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria	1.637	(4.098)
Suprimento não faturado - Geração própria	(9.292)	5.208
Realização do ativo financeiro da bonificação pela outorga	(150.499)	(142.962)
Outras Receitas	154	-
Fornecimento bruto de energia elétrica	281.679	266.093
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	(8.813)
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	287.009	187.746
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(81.736)	(74.787)
	486.952	370.239

a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes, vide nota explicativa nº 6 dessas Demonstrações Financeiras.

b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2021	2020
Tributos sobre a receita		
ICMS	22.365	17.028
COFINS	36.757	32.554
PIS-PASEP	7.980	7.068
	67.102	56.650
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	817	1.302
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.378	1.302
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	689	651
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.138	2.538
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	9.051	12.344
CDE sobre P&D	561	-
	14.634	18.137
	81.736	74.787

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	8.269	7.666
Materiais	1.082	544
Serviços de terceiros (a)	24.517	15.679
Depreciação e amortização	2.326	335
Encargos de uso da rede básica de transmissão (b)	34.312	31.841
Energia elétrica comprada para revenda	50.541	37.999
Provisões operacionais	-	4.521
Subvenções e doações	3.704	2.653
Outros custos e despesas operacionais líquidos	1.197	1.147
	125.948	102.385
Custo total	108.638	87.185
Despesa operacional	17.310	15.200
TOTAL	125.948	102.385

a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Convênio de operação e manutenção	17.660	6.466
Manutenção, conservação e instalações	1.980	4.936
Tecnologia da informação	1.097	1.333
Vigilância	627	570
Conservação e limpeza de prédios	1.614	1.455
Auditoria externa	55	53
Meio ambiente	356	198
Outros	1.128	668
TOTAL	24.517	15.679

b) Energia elétrica comprada para revenda

	2021	2020
Energia de curto prazo - CCEE	22.436	39.112
Energia adquirida no ambiente livre	33.257	2.760
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(5.152)	(3.873)
	50.541	37.999

c) Encargos de uso da rede básica de transmissão

Referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANE

EL por meio de resolução.

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	3.893	2.016
Acréscimos moratórios de contas de energia	836	815
Variações monetárias	-	373
PASEP e COFINS incidente sobre receita financeira	(267)	(150)
Atualização crédito PASEP/COFINS sobre ICMS	895	-
Outras	120	15
	5.477	3.069
DESPESAS FINANCEIRAS		
Variações monetárias - Restituição a concessionárias	(513)	(2.791)
Juros Passivos de Arrendamento	(9)	(18)
Outras variações monetárias	(21)	(88)
Atualização Financeira - Apuração IR/CSLL por estimativa	(850)	(963)
Outras despesas financeiras	(111)	(166)
	(1.504)	(4.026)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	3.973	(957)

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.263.197/0001-10
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Três Marias S.A.

CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	480.808
Imposto de renda e contribuição social Despesa nominal	163.451
Contribuições e doações indedutíveis	1.259
Incentivos fiscais	(2.714)
Gratificações administradores	20
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	**162.016**
Alíquota efetiva	**33,70**
Corrente	**120.755**
Diferido	**41.261**

	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	266.897
Imposto de renda e contribuição social Despesa nominal – 34%	90.721
Contribuições e doações indedutíveis	903
Incentivos fiscais	(2.274)
Gratificações administradores	5
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	**89.355**
Alíquota efetiva	**33,48%**
Corrente	**90.994**
Diferido	**(1.639)**

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
EMPRESAS	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	3.010	3.212	-	-	(9.647)	(10.032)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	1.789	5.183	-	-	(17.813)	(6.466)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	-	(5.444)
Operações com energia elétrica (4)	-	-	437	461	-	-	(5.356)	(5.037)
Dividendos	-	-	138.000	34.333	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	1.959	1.722	-	-	22.488	21.233	(62)	-
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	242	170	-	-	(2.185)	(1.857)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	3.143	2.566	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	66.216	50.235	-	-	857	421	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	13.619	11.296	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

(1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

(2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;

(3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;

(4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e valores mobiliários" no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 3,73% em 31 de dezembro de 2021 (1,48% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	314	308
Participação nos resultados	58	102
Previdência privada	29	23
Planos de saúde e odontológico	3	3
Total	**404**	**436**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

		2021		2020	
	Nível	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores	2	44.555	44.555	51.781	51.781
Títulos e valores mobiliários	2	41.898	41.898	20.623	20.623
Ativos financeiros da concessão	3	1.583.719	1.583.719	1.447.209	1.447.209
		1.670.172	**1.670.172**	**1.519.613**	**1.519.613**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	4.230	4.230	5.251	5.251
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	3.879	3.879	5.492	5.492
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	27.174	27.174	24.477	24.477
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	6.884	6.884	10.940	10.940
		42.167	**42.167**	**46.160**	**46.160**
		1.712.339	**1.712.339**	**1.565.773**	**1.565.773**
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(8.352)	(8.352)	(30.397)	(30.397)
Arrendamentos (2)	2	(83)	(83)	(156)	(156)
		(8.435)	**(8.435)**	**(30.553)**	**(30.553)**

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores, buscando reduzir a inadimplência. São estabelecidas negociações que levam em consideração o contexto em que se encontra o cliente e ajustadas condições que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso. Ao mesmo tempo, a Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência, levando em conta parâmetros específicos. Com o devido cuidado ao realizar julgamento em condições de incerteza, se constatada a evidência da perda de receita, ou um elevado risco da sua ocorrência, a Companhia constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	8.196	156	-	-	-	8.352
Passivo de arrendamento	1	2	8	44	208	263
TOTAL	**8.197**	**158**	**8**	**44**	**208**	**8.615**

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela Usina de Três Marias. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água do reservatório, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

O período de outubro de 2020 a abril de 2021 registrou o pior regime de chuvas dos últimos 91 anos, resultando na necessidade de produção de energia de fontes térmicas para compensar o baixo nível dos reservatórios com a consequência no aumento do preço de energia no mercado de curto prazo e uma maior exposição das geradoras em função da redução da sua energia firme disponível para atendimento aos seus contratos por redução do fator de ajuste de geração GSF (Generation Scaling Factor).

DIRETORIA

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Três Marias S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.
Felipe Oliveira de Carvalho
Paulo César Teodoro Bechtlufft
Ronald Gastão Andrade Reis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Três Marias S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Três Marias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Três Marias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS

TOMADA DE PREÇOS 016/22-SEPOP-

A Comissão de Licitações da Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, torna público que às 13:00 horas do dia 15 de julho de 2022, na Secretaria acima citada, situada na rua Senador Salgado Filho, s/nº, Bairro Country Club, realizar-se-á a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta, visando à contratação de empresa especializada para a execução de obras de reforma e adequação na Escola Municipal Sérgio de Freitas Pacheco, localizada na Praça Dércilio de Souza e Silva nº 1, bairro Vila Togni. O referido Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.pocosdecaldas.mg.gov.br.

TOMADA DE PREÇOS 012/22-SEPOP-

A Comissão de Licitações da Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, torna público que às 13:00 horas do dia 14 de julho de 2022, na Secretaria acima citada, situada na rua Senador Salgado Filho, s/nº, Bairro Country Club, realizar-se-á a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta, visando à contratação de empresa especializada para a execução de obras de reforma da Escola Municipal Irmão José Gregório, situada à rua Pedro Barbosa nº 650, bairro Jardim Formosa. O referido Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.pocosdecaldas.mg.gov.br.

TOMADA DE PREÇOS 014/22-SEPOP (Republicação)

A Comissão de Licitações da Secretaria Municipal de Projetos e Obras Públicas da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, torna público que às 13:00 horas do dia 19 de julho de 2022, na Secretaria acima citada, situada na rua Senador Salgado Filho, s/nº, Bairro Country Club, realizar-se-á a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta, visando à contratação de empresa especializada para a execução de serviços para construção e recuperação de calçadas em diversos locais do Município. O novo Edital com alterações encontra-se à disposição dos interessados no site www..pocosdecaldas.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUERI/MG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022. Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada (aquisição de 01 (um) caminhão carroceria 3/4 aberta, com grade baixa para carga seca). Prefeitura Municipal de Jequeri/MG: Av. Getúlio Vargas, nº 71, Centro, Jequeri/MG. Abertura: 08/07/2022, às 09h00min. Edital pode ser obtido no local de segunda à sexta, das 13h00min às 16h00min, e-mail: licitacao@jequeri.mg.gov.br ou no site: www.jequeri.mg.gov.br. Jequeri, 24/06/2022. Paulo Lopes T. Júnior - Pregoeiro.

O MUNICÍPIO DE ALFENAS através da sua Pregoeira, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº053/2022, do tipo MENOR POR ITEM**, objetivando o registro de preço, para futura e eventual aquisição de peixes congelados. A Sessão será dia 11 de Julho de 2022, às 14h. Edital completo na Divisão de Licitação desta Prefeitura, ou pela Internet no endereço: www.alfenas.mg.gov.br. Alfenas, 27 de Junho de 2022. Anna Carolina Silvério Martins, Pregoeira.

COMARCA DE JOÃO PINHEIRO — MG Serviço Registral de Imóveis
Praça Coronel Hermógenes, 125 — Centro — CEP 38.770-000 — Tel. (38) 3561-2933

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTE

JOSÉ EDUARDO SIMÕES MENDONÇA, na condição de Oficial Titular do Serviço Registral de Imóveis da circunscrição única da Comarca de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, na forma do disposto na parte final do § 32 do artigo 213 da Lei 6.015/73, vem NOTIFICAR as pessoas: 1) ANTONIO HUMBERTO DE SOUZA; 2) EDUARDO BRENNER, inventariante do ESPÓLIO DE HENRIQUE BRENNER, que encontram-se ausentes ou em endereço não sabido e incerto, para que tome conhecimento do procedimento extrajudicial de estremação com retificação de área e divisas e certificação do INCRA do imóvel da matrícula nº. **14.079**, denominado Fazenda BOA ESPERANÇA, situado no distrito de Veredas, município e comarca de João Pinheiro-MG, de propriedade de LUIZ CARLOS DE SOUSA, uma vez que não há sua declaração de reconhecimento de limite como confrontante, podendo, caso queira, a partir da publicação do presente, impugnar fundamentadamente, ou anuir expressamente, em **15 (quinze) dias**, ou ainda, deixar transcorrer este prazo, o que implicará em anuência tácita da referida retificação.

Esclareço, finalmente, que eventuais falhas que venham a ser comprovadas no futuro não impedirão novo procedimento retificatório e não vincularão a(s) pessoa(s) que anuiu/anuíram os presentes trabalhos, estando resguardados os seus direitos reais nos termos da legislação civil, exceto nos casos de usucapião (artigo 214, § 52 da Lei 6.015/7p3).

João Pinheiro (MG), 18 de janeiro de 2022.

Atenciosamente,

JOSÉ EDUARDO SIMÕES MENDONÇA
Oficial Titular

IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS – MINISTÉRIO BELO HORIZONTE

CNPJ.17.428.079/0001-59

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE MEMBROS

A Igreja Assembleia de Deus – Ministério Belo Horizonte, inscrita no CNPJ sob nº 17.428.079/0001-59, sediada na Rua São Paulo, 1.341, Bairro de Lourdes, em Belo Horizonte/MG, por meio do Pastor Celso Modesto Venâncio, brasileiro, casado, Ministro Evangélico, portador da Carteira de Identidade n.º M.5.592.935-SSP/MG, CPF.376.573.569-87, na qualidade de Decano do Colégio de Pastores Regionais, conforme ata de Reunião do Ministério datada de 15/06/2022, e em conformidade com o art. 21, e art. 42, § 3º e art. 46, I, de seu Estatuto Social, convoca os senhores membros e ministros em comunhão desta Instituição para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 07 **de julho de 2022, às 19:00h em primeira convocação e 19:15h, em segunda convocação, na sede da Igreja na Rua São Paulo, 1.341, Bairro de Lourdes, em Belo Horizonte/MG**, a fim de deliberarem sobre o seguinte assunto:

a) Referendo da indicação para o cargo de Pastor Presidente da Igreja Assembleia de Deus Ministério Belo Horizonte.

Belo Horizonte/MG, 27 de junho de 2022.

IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS – MINISTÉRIO BELO HORIZONTE
Celso Modesto Venâncio, Pr
Decano do Colégio de Pastores Regionais

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA

PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAPA torna público o Pregão Eletrônico **Nº 020/2022**, cujo objeto é a Contratação de Empresa para Confecção e Instalação de Cortinas na Escola Municipal Filinha Gama, necessário para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Educação, **agendada para o dia 12/07/2022 às 13:00h.** Informações e cópia do edital completo no site www.saojosedalapa.mg.gov.br.
Cyntia Alves de Souza - Pregoeira.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DOS CAMPOS DAS VERTENTES - AMVER

Torna público: Pregão Eletrônico nº 007/2022. Objeto: Registro de Preços com vistas à futura e eventual aquisição de materiais de papelaria e escritório para manutenção das atividades desenvolvidas pela AMVER, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência. Abertura: 08/07/2022, às 8h00min, pelo site: http://amver.pregaonet.com.br/. O Edital encontra-se disponível no site: www.amver.org.br. Mais informações pelo telefone: (32) 3371-7100, de 08h00min às 16h30min. Att. Fuvio Olímpio de Oliveira Pinto - Presidente da AMVER.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ-MG

Torna público a Licitação 084/2022- Tomada de Preço 007/2022. Objeto: Contratação empresa especializada em Construção Civil para serviços de calçamento de Ruas no Bairro Vila Felicidade e Vila Isabel, na zona urbana de Maria da Fé, com prestação de serviços e fornecimentos de materiais (bloquetes, meios-fios, colchão de areia ou pó de pedra) conforme projetos, planilhas e cronogramas, anexos no Edital, com recursos oriundos de transferência Especial, Resolução nº 21 da SEGOV, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas. Abertura: 18/07/2022, às 13:00h. O edital encontra-se no site: www.mariadafe.mg.gov.br . Maria da Fé/MG, 27/06/2022. Carlos Alberto Lemes- Pregoeiro da Prefeitura Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório n.º 132/2022, Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 038/2022. Objeto: Aquisição de equipamentos médico hospitalares, odontológicos e mobiliário de escritório para atender as demandas do setor da Atenção Primária à Saúde, Saúde Bucal e para adequação do espaço para funcionamento da descentralização da Farmácia dos medicamentos especializados, pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde. Recebimento das Propostas: a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros até as 08:59 horas do dia 12/07/2022. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:00 horas do dia 12/07/2022, no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br, horário de Brasília - DF. Cópia completa do edital também pode ser obtida no endereço eletrônico www.diamantina.mg.gov.br. Diamantina, 24 de junho de 2022. Juliana Dias Pereira da Silva - Pregoeira Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

O Município de Juramento, torna público o extrato do contrato nº066/2022 referente à Licitação na Modalidade Tomada de Preços nº. 004/2022 - Processo Licitatório nº. 041/2022, objetivando Contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Recapeamento Asfáltico em PMF em vias públicas, Rua Antônio Corrêa e Rua Hermínio Nogueira, com fornecimento de materiais e mão de obra, neste município de Juramento/MG. Empresa contratada Rodrigues Construções e Transporte Eireli-ME, CNPJ: 26.861.341/0001-45, Valor global: R$63.385,41. Assinatura: 23.06.2022. Vigência: 60 dias. Marlene de Lourdes Silveira Moreira – Prefeita municipal.

LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADALAS 0

A/O **TAIANE AUGUSTA SOARES CORDEIRO**. EMPRESA: TAIANE AUGUSTA SOARES CORDEIRO 07633455632, CNPJ: 13165992000159, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi solicitado através do Processo Administrativo nº 5452010771, a Licença AMBIENTAL SIMPLIFICADO – LAS – CLASSE 0, para a atividade OFICINA MECÂNICA, localizada AVENIDA DAS AMERICAS, Nº 392, BAIRRO FILADELFIA, BETIM/MG, CEP: 32.670-025

EDITAL DE CITAÇÃO

PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS.

01115 - 5018973-71.2019.8.13.0079
Autor : Lord Distribuidora de Racoes Eireli; Réu/Ré
Mixx Brasil Ltda. Adv - Adriana de Fatima San Juan, Carlos Antonio Rocha Fonseca Diário do Judiciário Eletrônico / TJMG Contagem Quarta-feira, 04 de maio de 2022
Edição nº: 78/2022 Página: 55 de 99

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS/MG

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS/MG**, torna público o **PROCESSO Nº 118/2022, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022**, objetivando a aquisição de medicamentos. A sessão pública ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.portaldecompraspublicas.com.br, às 9h do dia 11/07/2022. Edital e anexos no site www.salinas.mg.gov.br.

Salinas/MG, 27/06/2022. Cledson Pereira - Pregoeiro.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 230/2022 DECORRENTE DO CHAMAMENTO PÚBLICO 006/2022, PROCESSO Nº 158/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALFENAS E A ASSOCIAÇÃO DE JIU-JÍTSU DE ALFENAS – AJJA. O presente termo de colaboração, decorrente do chamamento público nº 006/2022 tem por objeto, a formalização de Termo de Colaboração com a OSC - ASSOCIAÇÃO DE JIU-JÍTSU DE ALFENAS – AJJA, para Oportunizar a prática de outros esportes saudáveis, com princípios, disciplina e respeito ao próximo para jovem ou adolescente em situação de risco. Composto por equipe multidisciplinar o programa oferecerá aulas de Jiu-Jítsu, Yoga, Capoeira, campeonatos, e palestras sobre a importância do esporte na prevenção ao uso de drogas. Em linhas gerais transforma a prática consciente do esporte em um instrumento transformador, sócio esportivo e psicossocial e a cidade de Alfenas em um Polo Esportivo e de referência em Políticas Sociais, com recurso específico para esse fim, realizado com ênfase na cidadania que promova a metodologia de trabalho com os atendidos, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo. FÁBIO MARQUES FLORENCIO – Prefeito; Pela OSC: MANOEL PEDRO DOS SANTOS LIMA - Presidente. Valor da Parceria: R$ 96.000,00 (Noventa e seis mil Reais). Alfenas, 24 de Junho de 2022.

ABANDONO DE EMPREGO

Após diversas tentativas de localização e esgotados nossos recursos na tentativa de obter outros endereços, tendo em vista encontrar-se em local não sabido convidamos a **ANDREIA FERNANDES DAR'C DE CASTRO** portadora do RG nº MG 6.077.901, a comparecer a empresa **Construtora Neves Alcântara Ltda**, em nosso escritório à Rua José Félix Martins, 888 B. Mantiqueira, a fim de retornar ao emprego ou justificar as faltas que vem ocorrendo desde 12/05/2022.

COMARCA DE SABARÁ - EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Oficial do Registro Imobiliário da Comarca de Sabará, MG, com base no §4º do art. 26 da Lei nº 9.514/97, vem INTIMAR a requerimento da Credora COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAÚNA E REGIÃO LTDA – SICOOB CENTRO-OESTE, a(s) Firma **HI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME**, CGC nº 26.516.700/0001-27, com sede na Rua Ivolina Gonçalves, nº 86, Bairro Chácara do Quitão, Itaúna/MG, representada pela sócia administradora, Sra. Carla Lúcia Rabelo Trindade, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para satisfazer, no prazo de quinze (15) dias, contados a partir da 3ª publicação deste, o encargo no valor de R$ 43.115,14 (em 21/06/2022), acrescido de atualização monetária e juros de mora, até a data do efetivo pagamento, despesas de cobrança e os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo à alienação fiduciária registrada sob o R-7 da matrícula nº 13.017, referente ao imóvel constituído pelo **Terreno rural com área de 2,00.00 ha, situado no distrito de Mestre Caetano, deste município, designada por Fazendinha dos Marmeleiros, ou Gleba 35**. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAÚNA E REGIÃO LTDA – SICOOB CENTRO-OESTE. Local para Pagamento: Diretamente com o(a) Credor(a) ou com cheque administrativo ou visado, nominal à Credora, na sede desta Serventia, na Rua Mestre Ritinha nº 48, Centro, Sabará, Minas Gerais. Sabará, 21 de junho de 2022. A Oficial: (a) Maria de Lourdes Gusman Pereira.

Licença de Operação Corretiva

A **VALE - X FLORESTAL IMUNIZAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA**, por determinação do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo SLA nº 27/2022 e nº de Solicitação 2021.12.01.003.0000969, Licença de Operação Corretiva, para a atividade de Tratamento químico para preservação de madeira, no município de Paraopeba/MG.

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CORINTO

EDITAL DE LOTEAMENTO

(Lei Federal 6.766/1979)
Débora Freitas da Silveira Lamoca

Oficiala Interina de Registro de Imóveis da Comarca de Corinto, Estado de Minas Gerais-MG Faz saber a todos os interessados que a **CONSTRUTORA CCS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.122.218/0001-91, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 32111807201, com sede na Rua Oliveira Pena, nº 111, casa C, Bairro São José, Belo Horizonte-MG, CEP 31.275-130, endereço eletrônico: claudiojr@construtoraccs.com.br, representada pelo diretor executivo Cláudio Lúcio Magalhães Silveira Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade MG-11.542.865 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.014.796-02, residente e domiciliado à Rua Desembargador Paulo Mota, nº 945, apartamento 202, bloco B, Bairro Engenheiro Nogueira, Belo Horizonte-MG, CEP 31.320-000, DEPOSITARAM nesta Serventia, documentos necessários exigidos pelo Art. 18 da Lei Federal 6.766 de 19 de Dezembro de 1.979 para o registro do LOTEAMENTO denominado **"Empreendimento Estância dos Cristais"**, situado no perímetro urbano desta cidade de Corinto, referente ao imóvel com a área de **113.399,54m²** (cento e treze mil, trezentos e noventa e nove metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Victor Viana, Bairro Estância dos Cristais, nesta cidade de Corinto-MG, constante da matrícula 15.048 do Livro 2 de Registro Geral desta Serventia, loteado em 18 (dezoito) quadras, no total de 184 (cento e oitenta e quatro) lotes, e área verde com 13.623,03m² (treze mil, seiscentos e vinte e três metros e três centímetros quadrados), que será instituída na matrícula 15.045 do Livro 2 de Registro Geral desta Serventia, conforme planta e memorial descritivo aprovados pelo município, a área descrita na matrícula 15.048, será distribuída da seguinte maneira: área de lotes 69.660,41m² - 54,84%, área institucional 6.700,55m² - 5,28%, sistema viário 37.038,58m² - 29,16%, a área verde com 13.623,03m² equivalente a 10,72%, será locada na matrícula 15.045. O loteamento foi aprovado pelo município de Corinto através do Decreto 28 de 07 de Junho de 2.022, a área verde através do Decreto 29 de 07 de Junho de 2.022, devidamente assinados pelo Prefeito Municipal Evaldo Paulo dos Reis, e, a SEMAD - Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais, certificou a dispensa de licenciamento ambiental referente ao empreendimento. E, para que chegue ao conhecimento de todos expediu-se este edital, que será publicado no jornal em 3 (três) dias consecutivos, podendo o registro ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da última publicação, tudo nos termos do Art. 19 da Lei Federal 6.766/79. Corinto, 23 de Junho de 2.022. Eu, (a) Oficiala Interina do Serviço de Registro de Imóveis digitei e subscrevi.

A Oficiala Débora Freitas da Silveira Lamoca

GASMIG
Grupo Cemig

Extrato da Ata da 247ª Reunião do Conselho de Administração

Data, hora e local: 10/06/2022, às 14h00, por meio de videoconferência. Mesa: Presidente – Reynaldo Passanezi Filho / Secretário – Helder Pereira Sena. Sumário dos fatos ocorridos: I – O Conselho de Administração deliberou: 1) Eleger o Sr. Reynaldo Passanezi Filho como Presidente do Conselho de Administração e o Sr. José Reinaldo Magalhães como Vice-Presidente do Conselho de Administração; 2) Eleger, para mandato de 2 (dois) anos, ou seja, até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2024, ou até que seu sucessor devidamente eleito seja empossado, mediante a assinatura do respectivo termo de posse, os seguintes nomes para os cargos da Diretoria Executiva da Gasmig: a) Diretor-Presidente: Gilberto Moura Valle Filho, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente em Belo Horizonte/MG, Carteira de Identidade 6.958.838-7, SSP/SP, e CPF 975.999.058-04; b) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: André Luís da Costa Gaia, brasileiro, casado, engenheiro, residente em São Paulo/SP, Carteira de Identidade 04.833.475-9, SSP/RJ, e CPF 003.888.477-19; c) Diretor Administrativo e de Governança Corporativa: André Luís da Costa Gaia, cumulativamente com suas funções de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; d) Diretor Comercial: Henrique Pereira Dourado, brasileiro, casado, administrador, residente em Belo Horizonte/MG, Carteira de Identidade MG-5.244.114, SSP/MG, e CPF 742.611.006-06; e) Diretor Técnico: Rodrigo Solha Pazzini de Freitas, brasileiro, casado, engenheiro, residente em São Paulo/SP, Carteira de Identidade MG-3.358.877, SSP/MG, e CPF 637.139.346-49. A Diretoria Executiva ficou assim composta: Diretor-Presidente: Gilberto Moura Valle Filho; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: André Luís da Costa Gaia; Diretor Administrativo e de Governança Corporativa: André Luís da Costa Gaia, cumulativamente com suas funções de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Comercial: Henrique Pereira Dourado; e Diretor Técnico: Rodrigo Solha Pazzini de Freitas; 3) Aprovar a contratação da empresa KPMG Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria externa; 4) Aprovar a delegação de poderes à Diretoria Executiva da Gasmig para aprovação e assinatura de contratos relativos ao fornecimento de gás ou de uso de serviço de distribuição; 5) Aprovar a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao contrato CT-0005/09 entre a Gasmig e Ambev S.A.; 6) Aprovar a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao contrato CT-0017/16 entre a Gasmig e a Magnesita Refratários S.A.; 7) Aprovar a celebração do Contrato de Fornecimento de Gás Natural nº CT-0028/22 entre a Gasmig e a empresa Docol Indústria e Comércio Ltda.; 8) Aprovar a celebração do Contrato de Fornecimento de Gás nº CT-0029/22 entre a Gasmig e Nemak Alumínio do Brasil Ltda.; 9) Aprovar a celebração do Contrato de Fornecimento de Gás nº CT-0017/22, entre a Gasmig e a ArcelorMittal Brasil S.A.; 10) Aprovar a celebração do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Gás Natural nº CT-0017/17 entre a Gasmig e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas; 11) Aprovar a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Gás nº CT-0064/21 entre a Gasmig e a Vale S.A.; 12) Aprovar a celebração do Contrato de Serviço de Distribuição entre a Gasmig e a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras para a Usina Termelétrica Aureliano Chaves – UTE Ibiritermo; 13) Submeter à Assembleia de Acionistas a proposta de aprovação do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais entre a Gasmig e o Estado de Minas Gerais, com interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – SEDE; e 14) Aprovar a celebração do Aditivo nº 1 ao Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre a Gasmig e a Galp Energia Brasil S.A. – Galp; II – Participação dos Conselheiros: Reynaldo Passanezi Filho, Cláudia Silvia Zanchi Piunti, Heraldo Gilberto de Oliveira, José Reinaldo Magalhães e Welerson Cavalieri, e secretário da reunião: Helder Pereira Sena. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Certifico o registro sob o número: 9430220. Data: 24/06/2022 – Protocolo: 22/316.579-4 – Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO — MINISTÉRIO DA ECONOMIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Eletrônica com Proposta de Aquisição de Imóvel - PAI SPU nº 99/2022

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF), do dia 02 de agosto de 2022**, no endereço eletrônico https://imoveis.economia.gov.br, será realizada **sessão pública eletrônica** para venda de imóvel, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno do imóvel da União a seguir discriminado, nas condições em que se encontram. A licitação será na modalidade de CONCORRÊNCIA, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo a ele atribuído.

Item	Localidade	Endereço	Matrícula	Cartório	Descrição	Preço Mínimo
01	Barbacena/ MG	Rodovia BR 040, Km 697 - São Pedro	28.077	1º Ofício de Registro de Imóveis de Barbacena/MG	Terreno 12.219,89 m²	R$ 2.252.000,00

2. Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação obedecerão rigorosamente aos termos do Edital da Concorrência SPU nº 99/2022.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 24 de junho de 2022, das 14h30 às 17 horas, na Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais, localizada à Av. Afonso Pena, nº1316, Ala B, 11º andar - Centro - Belo Horizonte/MG, ou solicitadas por e-mail (alienacao.spumg@economia.gov.br) ou telefone, pelo número (31) 3218-6047. Mais informações estão disponíveis no site https://imoveis.economia.gov.br.

THALLYTA DE PAIVA LACERDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO AZUL/MG

Torna público o Processo nº 057/2022 - Tomada de Preços nº 005/2022. Objeto: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de reperfilamento e recapeamento asfáltico de vias públicas com asfalto PMF - Pré-Misturado a Frio na cidade de Campo Azul/ MG. Menor Preço Empreitada Global. Sessão: 14/07/2022, às 09h00min. Local: Departamento de Licitações/Prefeitura Municipal, na Avenida João Antônio de Almeida, nº 518, Centro, Campo Azul/MG. Informações, e-mail: licitacazul@gmail.com; Telefone: (38) 3231-8101. Site: www.campoazul.mg.gov.br. Jane de Cassia Soares de Souza - Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS/MG
PREGÃO ELETRÔNICO RP Nº 014/2022
Aviso de Republicação do Edital

O Município de Confins/MG comunica que realizará a republicação do Edital para o dia 08 de julho de 2022, às 09h00min, Licitação na modalidade Pregão Eletrônico RP Nº 014/2022, cujo Objeto é Registro de Preços para futura aquisição de materiais descartáveis para atendimento das demandas das diversas secretarias municipais da Prefeitura Municipal de Confins/MG, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo I do Edital. O Edital poderá ser adquirido nos links: https://www.confins.mg.gov.br/portal/editais/1 e (www.licitardigital.com.br). A abertura dos envelopes será às 09h30min do dia 08 de julho de 2022, na Plataforma de Licitações Licitar Digital. Tel. de contato: (31) 3665-7829.

Maria Aparecida de Oliveira
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG

Aviso de Resultado de Julgamento - Tomada de Preço nº 04/2022, do tipo Menor Preço, julgamento por item, sob Regime de Execução por Empreitada Global, cujo Objeto é a Contratação de Empresa do ramo da Engenharia Civil para Execução da Obra de Construção da Unidade Básica de Saúde - UBS Tipo II, na Rua Projetada G, S/N, Bairro Bela Vista II, neste Município. (Emenda Parlamentar 29940001-Proposta 00996.8490001/21-003). Sagrou-se vencedora do Certame a Empresa SOMAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, com o Valor Global de R$ 1.490.382,94 (um milhão, quatrocentos e noventa mil, trezentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos). Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir desta publicação, para interposição de Recurso, conforme previsto em Lei. Mais informações através do e-mail: licitacao@manhuacu.mg.gov.br ou através do site: www.manhuacu.mg.gov.br. Comissão Permanente de Licitação. Manhuaçu/MG, 27 de junho de 2022.

EDITAL DE CURATELA/INTERDIÇÃO

2ª VARA DE FAMÍLIA SOB JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CURATELA/ INTERDIÇÃO com prazo de 20 dias. PROCESSO M. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca Nº 5035640-35.2021.8.13.0024 MARIA LUIZA DE ANDRADE RANGEL PIRES., MM Juíza de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, e na forma da lei etc... FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 24 de Janeiro de 2022, foi decretada a interdição de MARIA DA GLORIA ALVARENGA MARQUES , por ser portador(a) de CID 10 ª REVISÃO (OMS –1993):I 61 -HEMORRAGIA INTRACEREBRAL (AVC HEMORRÁGICO);F01 -SÍNDROME DEMENCIAL, COMPATÍVEL COM DEMÊNCIA CEREBROVASCULAR , relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, tendo sido nomeado(a)-lhe curador(a) na pessoa de CAROLINA ALVARENGA MARQUES FURTADO DOS SANTOS, E para o conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se este edital que vai publicado e afixado no átrio do Fórum. Dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte/MG, aos 22 dias do mês de Março de 2022. Eu, VERA LÚCIA DE SOUZA ALMEIDA, Escrivã Judicial, subscrevo por ordem do MM. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte, Bacharel MARIA LUIZA DE ANDRADE RANGEL PIRES . Sob Justiça Gratuita. Certifico e dou fé haver expedido, enviado e afixado uma via do presente edital em local de costume. BH, 22/03/2022. ADV LARISSA FURTADO COSTA, OAB:113499 O(A) Escrivão(ã)

VALE

Vale S.A., por determinação do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, torna público que solicitou, por meio do Número de Solicitação nº (2022.06.01.003.0003650), Licença (LAC1), para Atividades e empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de Dezembro de 2006, exceto árvores isoladas - Supressão de Áreas Licenciadas, localizada na Mina de Viga, município de Congonhas.

O requerente informa que foram apresentados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e que o RIMA encontra-se à disposição dos interessados no site **http://www.vale.com/projetosmg**.

O requerente comunica que os interessados na realização da Audiência Pública deverão formalizar a sua solicitação, conforme o previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 225, de 24 de agosto de 2018, no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiência, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA/MG

Torna público **Pregão Presencial n.º 070/2022**, para contratação de empresa para execução do funcionamento do espaço denominado "Galpão Cultural" na 34ª Festa do Capelinhense Ausente em atendimento a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo. **Abertura: 08/07/2022 às 08:30 Hs**. Informações: Site: www.pmcapelinha.mg.gov.br. (33)3516-1348. Prefeito Municipal.

COMUNICADO

A exigência de pagamento antecipado de qualquer quantia para recebimento de empréstimos financeiros, carta de crédito de consórcio e venda de veículos automotores, pode ser indício de golpe contra o consumidor. Antes de fechar negócio, consulte o Procon de sua cidade, o Procon Estadual de Minas Gerais (31) 3335-8552 ou a Delegacia Especializada de Ordem Econômica (31) 3330-1757 e 3330-1798. Delegacia Especializada de Crimes Contra o Consumidor 3275-1887.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE MARTINHO CAMPOS LTDA. - SICOOB CREDIMAC
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE MARTINHO CAMPOS LTDA. - SICOOB CREDIMAC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto Social, CONVOCA os associados, que nesta data são de número de 4.164 (quatro mil, cento e sessenta e quatro) em condição de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada no dia 09 de julho de 2022, no Parque de Exposições, localizado na MG-164, perto do trevo da cidade de Martinho Campos/MG, às 17h (dezessete horas) em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número de associados, às 18h (dezoito horas) em segunda convocação, com a presença da metade mais um dos associados, ou em terceira e última convocação às 19h (dezenove horas) horas com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** **1.** Deliberação pela Assembleia (órgao de decisão suprema) acerca da destituição do Diretor Executivo de Negócios e Administrativo Marco Aurélio Arruda Duarte; **2.** Retificação de supostas decisões tomadas pelo Conselho de Administração quanto à possibilidade de destituição de Presidente do Conselho de Adminstração, em contrariedade ao parágrafo único do artigo 66 do Estatuto Social. **OBS.: 1.** A presente Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á em local diverso da sede social, por absoluta falta de espaço físico nesta Cooperativa. **2.** A votação será pessoal e presencial. Martinho Campos/MG, 27 de junho de 2022.

José Adelmo Lino da Silva
Presidente do Conselho de Administração - SICOOB CREDIMAC

O.PINIÃO

Editorial

A CULTURA DO ESTUPRO

O estupro de mulheres e meninas no Brasil é um crime que se beneficia da vergonha e do medo que impõe às vítimas. O tema ganhou destaque nas últimas semanas com os relatos de uma menina de 11 anos em Santa Catarina e da atriz Klara Castanho. Infelizmente, os casos delas não são a exceção: a cada dez minutos, as delegacias registram uma ocorrência de estupro no Brasil. E esses números são subnotificados.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública identificou 56.098 ocorrências no ano passado, sendo 3.889 em Minas Gerais. Os especialistas avaliam que a violência sexual contra mulheres tenha sido ainda maior devido à dificuldade de acesso às delegacias. Desde 1985, o Brasil possui unidades da Polícia Civil especializadas no atendimento às mulheres, mas, passados quase 40 anos, menos de 10% das mais de 5.000 cidades do país possuem uma delegacia do tipo.

Outro fator é a proximidade do agressor com a vítima. O Anuário de Segurança Pública aponta que pelo menos oito em cada dez agressões sexuais são cometidas por um parente ou conhecido, na maior parte das vezes, dentro de casa. E, ao tentar denunciar, a mulher ou a menina é submetida ao constrangimento da própria família para evitar exposição pública.

Não menos importante, ainda há o desconhecimento de que o estupro não se limita à agressão física. O Instituto Locomotiva revelou que um terço das mulheres não considera violência sexual o parceiro ou marido forçar relação sem o uso de preservativo e que uma em cada cinco pessoas acha normal sexo entre um homem e uma menina menor de 14 anos.

Romper essa cultura de violência, impunidade e preconceito deve ser trabalho e responsabilidade de todos para termos uma sociedade segura para mulheres e meninas desde já.

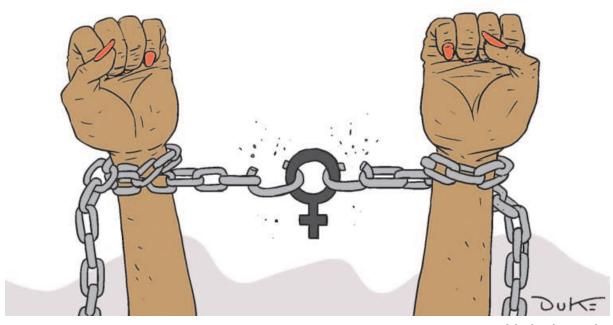
SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Marina Medioli
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE DE ASSINATURA Fernanda Rodrigues
GERENTE INDUSTRIAL Guilherme Reis
GERENTE COMERCIAL Ricardo Sapia
GERENTE DE CIRCULAÇÃO Isabel Santos
GERENTE ADMINISTRATIVO Edvaldo Camilo

EDITORES EXECUTIVOS
Renata Nunes Cândido Henrique Silva Juvercy Júnior

COORDENAÇÃO DE JORNALISMO
Flaviane Paixão

EDITORES
Primeira Isis Mota
Política Marina Schettini e Guilherme Ibrahim
Opinião Frederico Duboc
Economia/Brasil/Mundo Karlon Aredes e Carla Chein
Cidades Tatiana Lagôa
O Tempo Sports Frederico Jota e Geremias Sena
Magazine/Interessa Fabiano Fonseca e Ana Brant
Fotografia Daniel de Cerqueira

Duke

www.dukechargista.com.br

REGINALDO LOPES
Deputado federal (PT-MG)
dep.reginaldolopes@camara.leg.br

Despedida, agradecimento e esperança

Usei este espaço para debater ideias e propostas

Minhas palavras hoje são de despedida, agradecimento e esperança. Devo me afastar desta coluna, já que a legislação eleitoral exige que pré-candidatos não ocupem espaço nos meios de comunicação durante os 90 dias que antecedem o pleito. Agradeço à direção e à equipe de **O TEMPO** pela parceria e por abrir democraticamente suas páginas para que, semanalmente, nos últimos três anos, eu me expressasse sobre ideias e projetos que tenho para o país. Ao acolher as mais diversas opiniões, o jornal comprova seu compromisso com a democracia e a pluralidade.

Exerci aqui, nesta página, uma prática que iniciei junto com a vida política, pois foi escrevendo em jornais, ainda na adolescência, em Bom Sucesso, que difundia minhas ideias e visão de mundo, naquele Brasil que havia reconquistado recentemente a sua democracia. Ainda na escola secundária, ajudei a criar o "Liberdade de Expressão", um jornal escrito á mão e montado, letra por letra, numa máquina tipográfica.

Despedidas são momentos de fazer reflexões e balanços e prestar contas. Lembro-me do primeiro texto que aqui publiquei, no qual apresentava propostas para a reforma tributária que era debatida na época. Desde aquele artigo, apresentei aqui muitas ideias, opiniões, sempre buscando caminhos que o país tem que trilhar para retomar a construção de um projeto de nação.

O período em que fui colunista de **O TEMPO** coincidiu com os tempos mais difíceis da vida nacional. Com um déspota à frente do governo federal, os brasileiros e brasileiras sofrem cotidianos ataques em todos os níveis. E quis o destino que, justamente quando mais precisávamos dos serviços públicos, em função da pandemia, convivêssemos com um governo que negou a ciência, fez negociatas nas compras de vacinas, sucateou a saúde pública e foi diretamente responsável pela morte de mais de 670 mil pessoas.

> As eleições que se avizinham são as mais importantes das nossas vidas. Elas representam uma nova chance que o país tem de encontrar seu rumo.

Por isso, as eleições que se avizinham são as mais importantes das nossas vidas. Elas representam uma nova chance que o país tem de encontrar seu rumo, para a reconquista da democracia, da soberania nacional, dos empregos, da preservação do meio ambiente e dos direitos sociais, trabalhistas e econômicos do povo brasileiro. Recuperar a confiabilidade de uma política econômica que assegure investimentos produtivos por parte do empresariado, retomar as inversões do setor público em obras de infraestrutura, instituir um mercado interno que impulsione as atividades econômicas e gerar e distribuir renda.

Como disse Lula, hora de colocar "o coração junto com a razão" para construir um país livre da fome e na vanguarda da preservação do meio ambiente, em desenvolvimento sustentável e em geração de tecnologia de ponta para uma economia verde. Construir um país mais igualitário, com vida digna para todo o povo brasileiro.

Nestes dias em que estou rodando o Estado fazendo minha pré-campanha de deputado federal e coordenando a campanha de Lula e Kalil, tenho sentido a esperança voltar aos lares dos mineiros. Por meio do voto, nosso povo vai dar a resposta para aqueles que destruíram o país nos últimos anos.

A batalha eleitoral não será fácil, pois enfrentamos os que defendem a volta da ditadura e ameaçam o tempo todo com um possível golpe contra a democracia. Mas a força popular há de ser mais forte, e espero voltar a escrever neste espaço já no tempo de um novo Brasil, que dê oportunidades para seu povo ser feliz de novo. Aos meus leitores, um até breve.

entre aspas

"Quanto mais velho, menos o menino tende a revelar que sofreu violência."
Jean von Hohendorff
PROFESSOR DE PSICOLOGIA
Sobre violência sexual contra homens

"Não fossem as emendas parlamentares, não teria dinheiro para viaturas."
Heder Martins de Oliveira
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRAÇAS
Sobre volume de carros de polícia

Promessas de campanha e benefícios que não mudam pobreza

Paulo César de Oliveira
Jornalista e empresário
pco@vbcomunicacao.com.br

Até quando será assim?

"Mas, doutô, uma esmola a um homem qui é são. Ou lhe mata de vergonha, ou vicia o cidadão". Recorro novamente a Luiz Gonzaga, na música "Vozes da Seca", para manifestar minha indignação e, mais do que isso, chamar a atenção para a situação do Brasil, que, sem projeto para alavancar a economia, está enganando a população mais pobre com distribuição de benefícios.

Benefícios que pouco ou nada representam e que não conseguem nem mesmo aplacar a fome dos mais pobres. Benefícios como o "vale-gás", que corresponde à metade do valor do botijão. E de que adianta ter o gás se falta dinheiro para colocar a comida na panela?

É de assustar a constatação de que boa parte da parcela mais pobre da população tem renda suficiente para comprar apenas dois PFs por mês. Que mais de 20 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza. Que vem caindo a média salarial dos empregos que estão abertos no país. Mas assusta mesmo é o fato de que não existem sinais de que vamos começar a reverter essa situação em curto ou médio prazo.

É certo que o mundo passa por uma crise econômica. Mas é certo também que no Brasil a crise econômica é alimentada pela mediocridade dos nossos dirigentes.

Ouçam os discursos dos que pensam em disputar cargos políticos. Ninguém tem propostas para iniciar uma recuperação sustentável da economia, mesmo que em médio e, vá lá, longo prazo. Falam com orgulho sobre programas sociais que implantaram ou pretendem implantar, repassando parcos recursos, insuficientes para que o cidadão consiga pelo menos se alimentar. Um cidadão que já não tem casa, educação de qualidade, saúde.

O que estão fazendo não é campanha eleitoral. É campanha para comprar votos. E o pior: viciam o cidadão.

Nada indica que algo vai mudar nestas terras. Bem ao contrário. Faltam, em números redondos, cem dias para as eleições, e o que se vê é uma população omissa, que não procura colocar na pauta dos candidatos as suas necessidades, suas reivindicações. Até as urnas, vamos assistir a essa mediocridade política, que não é diferente nas campanhas estaduais, sem a apresentação de propostas para serem discutidas com a sociedade.

Com a omissão da população e a conivência da chamada "elite", que insiste em obter ganhos fáceis, esquecendo-se de buscar a melhoria das condições de vida do cidadão, vamos para uma disputa que premiará com o poder os mais espertos, os que se mostrarem mais convincentes em sua capacidade de prometer o paraíso em forma de benefícios sociais, cada dia mais insuficientes para aplacar a fome, o frio e a ansiedade dos que buscam um futuro melhor. Mas o risco maior é entregar o poder aos ativistas radicais que insistem em ameaçar a democracia.

É preciso corrigir rumos. É preciso dar ao povo a consciência de que nada mudará se ele não mudar.

Contratações com dinheiro público

Bruno Camargo da Silva
Advogado e patrono da Associação das Agências e Corretores Especializados em Publicidade Legal

Prêmio para transparência

O que dizer do gestor público que não é transparente com as contas públicas? Citando as normas que regem os processos licitatórios como exemplo, é salutar lembrar que o gestor público deve fazer publicar os avisos que noticiam as aberturas de processos para realização das compras públicas. Diz a máxima popular: "Propaganda é a alma do negócio". Essa lógica também se aplica às contratações públicas, na medida em que a licitação amplamente divulgada atrai um número maior de concorrentes, e, por lógica, os preços caem.

Outra importante divulgação é o resultado dos certames, que informa a toda a população os dados dos vencedores, os preços dos contratos e suas respectivas vigências. Inclusive, foi por meio da publicação de extrato de contrato em jornal que foi dada ampla divulgação dos custos dos shows de cantores sertanejos muito recentemente.

Sabemos que o agente público que não divulga os atos relacionados aos procedimentos de compra com dinheiro do povo está sujeito a uma série de sanções que vão desde a nulidade até ato de improbidade, uma vez que a Lei de Improbidade Administrativa diz que a negativa de publicidade dos atos oficiais é censurável e merece reprimenda (art. 11, IV, da Lei 8.429/1992).

E nem se diga que a publicidade em portais de transparência, portais de associações municipais ou pátio da sede do órgão é suficiente. As normas que cuidam do tema dizem que a publicidade dos atos oficiais deve ser efetivada em diários oficiais, jornais de grande circulação no Estado e, também, em jornal de circulação local ou regional. A lei não traz exceções à regra.

Por isso as sanções por negar a publicidade são "pesadas".

Mas, e aquele órgão que realiza adequadamente as publicações, noticiando amplamente como é gasto o dinheiro público?

Ele cumpre sua obrigação, obviamente, uma vez que a atividade dos gestores públicos deve ocorrer totalmente nos limites da lei.

Ainda assim, a título de reconhecimento, diversas entidades associativas se uniram e resolveram criar o Selo de Transparência. Isso mesmo, serão premiados os órgãos do poder público, prefeitos e membros de equipes de licitações que seguem à risca os comandos legais sobre o tema.

Uma comissão julgadora, que será composta por advogados, administradores e contadores públicos, vai analisar o histórico de publicações legais realizadas pelo órgão ao longo de um ano e definirá se a gestão foi plenamente transparente no uso de dinheiro público.

Os eleitos a receber o Selo de Transparência serão convocados a participar presencialmente da solenidade de premiação, em evento que contará com a participação de renomados palestrantes que abordarão temas relativos às diversas áreas da administração pública. As entidades envolvidas na premiação vão divulgar a data do congresso em nível nacional, que acontecerá até meados de 2023.

O Selo de Transparência será mais uma ferramenta para o cidadão se certificar do correto uso do dinheiro público e o ajudará a escolher um candidato transparente nas eleições seguintes.

LEITOR

E-MAIL
opiniao@otempo.com.br

Serra do Curral

Esmeralda A. Lacerda

O artigo "Esforço histórico da resiliente serra do Curral", de Wilson Campos (Opinião, 23.6), fala a verdade nua a crua, e acho que é porque com os anos os governantes foram ficando mais gananciosos e interessados no dinheiro das mineradoras para financiar suas campanhas eleitorais, e isso vale para vereadores, deputados estaduais, prefeitos, governadores, deputados federais e senadores de Minas, anos após anos. É só ver hoje como acontece.

Apoio social

Geraldo Toledo

Sobre a matéria "Torcedor alvinegro que comia ração ganha casa novinha e trabalho" (O Tempo Sports, 23.6), parabéns, Instituto Galo, pelas ações solidárias, que beneficiam pessoas em situação de vulnerabilidade social. O social no Brasil só existe para "a realeza e sua comitiva", que não desgrudam de suas tetas diversificadas e abastecidas por um fluxo contínuo de regalias e mordomias! Até quando, Brasil "brasileiro"?

O TEMPO

ENDEREÇO
Sede Comercial, Redação e Industrial
Av. Babita Camargos, 1.645, Cidade Industrial, Contagem-MG, CEP: 32.210-180
Fone (31) 2101-3050
www.otempo.com.br
comercial@otempo.com.br
grafica@otempo.com.br

PREÇO DE EXEMPLAR ANTIGO
Segunda a sábado: **R$ 6** Domingo: **R$ 10**

AGÊNCIAS NOTICIOSAS
France Press
Agência Globo
Folhapress e
Agência Estado

ATENDIMENTO AO ASSINANTE:
0800-7034001 (interior)
(31) 2101-3838 (Capital e Grande BH)
Horário de funcionamento:
Segunda a sexta-feira: 7h às 19h
Sábado, domingo e feriados: 7h às 13h
atendimento@otempo.com.br

FILIADO À ANJ
Associação Nacional
www.anj.org.br
Instituto Verificador de Comunicação IVC

PREÇO DA ASSINATURA: NORMAL MG
(consulte nossas promoções)

Anual	Semestral
R$ 936,00 à vista ou:	R$ 494,00 à vista ou:
2 X R$ 468,00	2 X R$ 247,00
3 X R$ 312,00	3 X R$ 164,67
4 X R$ 234,00	
5 X R$ 187,20	
6 X R$ 156,00	

REPRESENTANTES COMERCIAIS

SÃO PAULO
Representante: BUENO COMUNICAÇÃO
Travessa Humberto I, 140 - Vila Mariana
São Paulo/SP - CEP: 04018-070
Telefone:
(11) 96619-2480
E-mail: contato.sp@buenocomu- nicacaosp.-com.br

RIO DE JANEIRO
Representante: BUENO COMUNICAÇÃO
Rua do Ouvidor, 63 - sala 713 - Centro - Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20040-031
Telefones:
(21) 98079-2992;
(21) 2524-5644
E-mail: contato.rj@buenocomu-nicacaorj.com.br

BRASÍLIA
Representante: BUENO COMUNICAÇÃO
SHCN Quadra 2015 - Bloco D - Entrada 47 - Sala 103
Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70874-540
Telefone: (61) 3223-6999; (61) 8179-7215
E-mail: contato.df@buenocomu-nicacaodf.com.br

entre aspas

"Queremos fazer a modernização da bilhetagem, que ela seja eletrônica."
Sérgio Augusto
PRES. DA FUND. MUN. DE PARQUES E ZOOBOTÂNICA
Sobre debate da PPP do zoológico

"Qualquer reajuste no diesel precisa ser imediatamente computado."
Marcos Bicalho
DIRETOR ADMINISTRATIVO DA NTU
Sobre preços do transporte coletivo

Como estamos em relação ao resto do mundo?

Nicolaos Theodorakis
Fundador e CEO da Noah

Construção civil sustentável

O Brasil caminha a passos largos no que diz respeito a construções sustentáveis. Segundo o ranking mundial elaborado pelo Green Building Council Brasil (CBC), somos um dos países com mais obras sustentáveis no mundo, ficando atrás apenas de nações como China, Emirados Árabes e Estados Unidos.

Com a alta da agenda ESG, sigla em inglês para práticas ambientais, sociais e de governança, é notável que executivos e investidores brasileiros já estão se movimentando e repensando seus negócios. O momento, então, é de desenvolvimento de soluções inovadores e sustentáveis, principalmente no mercado da construção civil – um dos segmentos que mais impactam o meio ambiente.

Um estudo do Conselho Internacional da Construção (CIB) aponta que mais de um terço dos recursos naturais extraídos no Brasil é para a indústria da construção e que 50% da energia gerada abastece a operação das edificações. Além disso, o setor é um dos que mais produzem resíduos sólidos, líquidos e gasosos, responsável por mais de 50% dos entulhos, entre construções e demolições. Diante disso, para uma construção ser considerada sustentável, todos os seus processos precisam ser sustentáveis. A madeira, por exemplo, é um dos materiais mais antigos utilizados na construção, porém foi substituída ao longo dos anos pelo aço e pelo concreto. Por ser o único material que é renovável e estruturalmente eficiente ao mesmo tempo, a madeira sempre esteve presente em construções nas regiões que enfrentam estações com temperaturas muito baixas, como os Estados Unidos e a Rússia. Elas oferecem benefícios térmicos, energéticos e acústicos, o que garante, além da preservação ambiental, mais conforto e economia.

> Estudo do CIB aponta que mais de um terço dos recursos naturais extraídos no Brasil é para a indústria da construção e que 50% da energia gerada abastece a operação das edificações

Nos países desenvolvidos, há uma série de incentivos econômicos para construções verdes, como a Alemanha, que remunera os cidadãos que produzem um excedente de energia obtida por placas fotovoltaicas. Embora, nacionalmente falando, o Brasil ainda não tenha incentivos suficientes e tão eficientes, há alguns projetos para redução da carga tributária das construções, como o IPTU verde, uma espécie de desconto contemplado no IPTU para obras que implementarem sistemas ecoeficientes nas suas construções ou reformas.

> Hoje, o Brasil ocupa o quinto lugar entre os países que concentram mais edificações sustentáveis, de acordo com o estudo divulgado pelo United States Green Building em 2020

O cenário atual da arquitetura sustentável é mais tecnológico e eficiente, quando comparado com o de 20 anos atrás. As novas tecnologias possibilitam o aproveitamento dos recursos naturais de forma integral, como as madeiras engenheiradas, desenvolvidas na Áustria e que ganharam relevância e atenção mundial nos últimos anos, principalmente diante da sua versatilidade, modernidade e resistência.

Hoje, o Brasil ocupa o quinto lugar entre os países que concentram mais edificações sustentáveis, de acordo com o estudo divulgado pelo United States Green Building em 2020. Realidade mundial, a sustentabilidade é palavra de ordem para as edificações e demais empreendimentos imobiliários, tendo em vista a diminuição, sobretudo, da emissão de gases de efeito estufa, como o CO_2. Sendo assim, fica o seguinte questionamento: quais são os próximos passos do Brasil nessa jornada inovadora, disruptiva, moderna e sustentável da construção civil?

O TEMPO

28/6/1997

O TEMPO

PM abre 17 inquéritos por rebelião

Edmundo joga final no lugar de Romário

Holyfield e Tyson fazem a revanche

Azeredo admite que errou

Dois institutos divergem sobre aprovação a FHC

PFL apóia impeachment e abala base governista

Confira a relação de aprovados da Funec

Juiz autoriza aborto de feto mal formado

Polícia Militar abre 17 inquéritos para investigar quem se rebelou

O comando geral da Polícia Militar de Minas Gerais instaurava 17 inquéritos para apurar a participação de manifestantes no protesto do dia 24 de junho, quando a insatisfação salarial dos PMs, estopim do ato, culminou em tentativa de invasão do Copom, ocasião em que houve confronto e o cabo Valério Santos Oliveira foi baleado na cabeça. Então um dos líderes do movimento, o hoje ex-deputado federal Cabo Júlio dizia não ter medo de ser punido. Ele afirmava possuir documento da PM que tornaria legal a comissão de negociação.

Um dos temores do governo federal – de que a rebelião da PM em Minas "se alastrasse" para outros Estados – começava a se delinear. A Associação Nacional dos Cabos e Soldados informava que a Polícia Militar podia entrar em greve em quatro Estados. Em Belo Horizonte, o policiamento voltava ao normal, com a retirada das tropas do Exército *(foto)* a pedido do governador Eduardo Azeredo (PSDB).

O tucano admitia, pela primeira vez, ter errado na condução da crise na Polícia Militar. Ele também assegurava não ter intenção de fazer novas mudanças no comando da PM. O cabo Valério, vítima do confronto, seguia internado, mas seu estado se agravava.

Por Isis Mota

917 FM Super **Em debate** **Saiba mais.** A mudança de rumo nas relações é o tema do programa **Interess@** de hoje, às 14h, na rádio **Super 91,7 FM**, e nas plataformas digitais de **O TEMPO.**

Começar de novo

Relacionamentos

> Não é raro que uma pessoa que teve um casamento heteronormativo descubra, em uma idade mais madura, que quer viver outra experiência

■ **ALEX BESSAS**

Foi na adolescência que a doceira Luz Isabel, 57, começou a perceber que não se encaixava muito bem nos papéis que pareciam designados a ela. "Nessa época, apareceram as primeiras dúvidas (em relação à sexualidade), mas fui deixando a vida me levar. Namorei, me casei e tive três filhos. As normativas heterossexuais pareciam o único caminho", rememora, citando que o casamento durou uma década. "Na época do divórcio, há 15 anos, as crianças ainda eram pequenas e, por isso, me dediquei a cuidar delas. Nesse tempo, não me relacionei com ninguém. Só mais recentemente é que fui começar um namoro. Dessa vez, no entanto, com uma mulher", completa.

Para Luz, não é fácil romper com os preconceitos. Mas, sem dúvida, ela se sente mais feliz por ter se entendido com a própria sexualidade e se permitido viver abertamente relações com pessoas do mesmo gênero. Uma particularidade, no seu caso, é que Luz precisou primeiro ser aquela que acolhe para, depois, ser acolhida, diz, sobre ter se tornado um porto seguro para os filhos ao fazer de seu lar um espaço de aceitação. É que, aos 12 anos, a filha do meio, Raíssa, hoje com 20, a procurou para dizer que gostava mais de meninas do que de meninos. "Depois, foi o mais velho, o Luiz, 24, que, aos 15, me ensinou o que era ser pansexual, explicando que se interessava pelas pessoas independentemente da identidade de gênero dela. Por fim, o mais novo, na época com 10 aninhos, veio, choroso e preocupado, me dizer que tinha nascido no corpo errado. E assim nascia o Theo, um lindo rapaz trans, hoje com 18 anos", cita.

A todos, ela deu o mesmo conselho: seja feliz, se respeite e respeite a sociedade". Ou seja, foi depois dessa vivência e de conhecer de perto o universo LGBTQIA+, que as dúvidas começaram a aflorar nela. "Há três anos, me apaixonei por uma mulher. Só aí entendi que gostava de me relacionar não só com homens", sinaliza Luz, expondo como o seio familiar pode revelar-se um espaço para o autoconhecimento e autoaceitação. História, aliás, que não é tão incomum.

"As famílias homoparentais são compostas de diferentes formas. Muitas são constituídas após uma pessoa que até então se definia como heterossexual iniciar uma relação homossexual. Às vezes, a coragem de um pai ou mãe de assumir uma nova relação, agora homoafetiva, pode ter sido motivada e intensificada após um movimento dos próprios filhos em relação à sexualidade deles", situa o psicanalista Hugo Bento, mestre em psicologia e pesquisador na área de gênero e sexualidade.

Ele cita já ter sido confrontado com relatos parecidos com o de Luz Isabel tanto em sua rotina clínica quanto em encontros da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh). "Acompanhei um caso em que uma moça se declarou lésbica para a família. Depois de um tempo, o pai confessou a ela ter vivido um amor homossexual na juventude. Uma experiência afetiva importante", diz.

A psicóloga clínica e social Dalcira Ferrão, especializada no atendimento ao público LGBTQIA+ e famílias, endossa que o processo de autoconhecimento pode, sim, passar por esse caminho à medida que os pais, ao lidarem com a sexualidade dos filhos, acabam refletindo sobre a própria orientação sexual e expectativas preestabelecidas.

"Sex and the City". Sequência da série traz Che (Sara Ramirez, foto acima)...

Medo do olhar alheio não deve ser obstáculo

Dalcira diz não ser rara a história do sujeito que só após viver um casamento heteronormativo e constituir família se descobre LGBTQIA+. "Em uma tentativa de se integrar à lógica heteronormativa, por entender essa possibilidade como a esperada e por temer a não aceitação", analisa, sobre o primeiro movimento. Menos comum, hoje, é a possibilidade de o casamento ser uma forma de a pessoa sufocar a própria orientação. "Décadas atrás, quando a expressão das relações homoafetivas era bem mais julgada e até escondida, era mais frequente", situa, acrescentando que os chamados "casamentos de fachada" podem gerar danos importantes, como o silenciamento e a supressão de aspecto essencial em sua subjetividade, quadros de depressão e ansiedade, uso abusivo de álcool e de outras substâncias e medicamentos, além do abandono ou desvalorização decorrentes de sua orientação sexual. "É importante ressaltar que a não aceitação familiar também tende a desencadear o adoecimento psíquico", destaca.

DESAFIOS. A psicóloga reconhece que pessoas que sempre mantiveram relações heterossexuais enfrentam muitos obstáculos ao iniciar abertamente uma união homoafetiva. "Muitos enfrentam o julgamento de pessoas que não desatrelam as vivências afetivas anteriores, comparando-as com o momento atual ou dizendo que ' é só uma fase'", observa. Por outro lado, evitar essa situação é continuar convivendo com a tensão e o medo, o que gera tormenta e impede uma experiência de vida mais plena. "Entendo que é preciso lidar com mais naturalidade com as possibilidades afetivo-sexuais, de modo a deixarem de ser um tabu ou de causarem tanto estranhamento, afinal, toda forma de amor vale a pena", defende.

HBO MAX/DIVULGAÇÃO

... personagem que faz Miranda (Cynthia Nixon) terminar seu casamento hétero

Nunca é tarde

A doceira Luz Isabel diz que, após tornar público o namoro, muita gente a procurou para oferecer apoio. Mas não só. "Colegas de faculdade, amigas, me procuraram para conversar. Percebi que, em muitos casos, não se tratava só de curiosidade. Era um pedido de ajuda. Vejo gente da minha geração sofrendo porque, por não terem tido oportunidade de falar da própria sexualidade, ainda têm dúvidas se devem ou não se assumir. Muitos pensam que o tempo delas já passou, outros têm medo de críticas e julgamentos", lamenta, dizendo-se na torcida para que sua história empodere essas pessoas.

Magazine

TEL: (31) 2101-3956 Editor: Fabiano Fonseca fabiano.fonseca@otempo.com.br e-mail: magazine@otempo.com.br twitter: http://twitter.com/OTEMPOmagazine Atendimento ao assinante: 2101-3838

JOÃO MIGUEL JÚNIOR / TV GLOBO

Sucesso

Uma mulher em movimento

SÃO PAULO. Isabel Teixeira conquistou o público de "Pantanal" na pele de Maria Bruaca. Na novela das 21h da Globo, a atriz dá vida à esposa de Tenório (Murilo Benício), que cansou de ser maltratada pelo marido, após descobrir sua traição. Revoltada com a situação no matrimônio, a mãe de Guta (Julia Dalavia) mudou o comportamento e chegou a se envolver com os peões Levi (Leandro Lima) e Alcides (Juliano Cazarré).

"A gente sabe a curva da personagem, onde ela começa e termina. Tenório trabalhava para o pai da Maria Bruaca e os dois fugiram. Ela casa com ele em uma delegacia, muito nova, mas teve uma paixão e 30 anos em um cotidiano em que serve e cuida daquela casa", conta.

O despertar de Maria Bruaca para a vida fez o público vibrar. A relação extraconjugal de Tenório com Zuleica (Aline Borges) abre os olhos da mãe de Guta para o aprisionamento e a solidão que sentia. Tanto que a dona de casa continuará o processo de se libertar do casamento falido quando o vilão trouxer a amante para dentro de casa, no Pantanal. Inconformada, a mulher tentará matar o cônjuge, mas errará o tiro.

"Tem um choque, porque a vida que ela achava que tinha não era real e o marido tem outra família. Maria Bruaca fica dentro de um casamento em ruínas. Sei a trajetória dela, de quem quer reconstruir a casa. Não vejo como sofrida ou vítima, mas uma mulher em movimento. Sou apaixonada por ela", afirma.

Se nada mudar na adaptação de Bruno Luperi da obra de Benedito Ruy Barbosa, Maria Bruaca deve conquistar seu final feliz ao lado de Alcides. Antes disso, o casal ainda terá de enfrentar a fúria de Tenório. Ao descobrir a traição, o fazendeiro tentará castrar o peão. Depois, o pai de Guta morrerá pelas mãos do funcionário, que nutre o desejo de se vingar do patrão.

"Sou de São Paulo e me reconheço no concreto da minha cidade. Quando cheguei ao Pantanal, fiquei zonza e não me dei conta de onde estava. Teve um dia em que fui direto para o rio e, em um momento, o (Juliano) Cazarré desligou o motor do carro e a gente ficou em silêncio por um bom tempo. Ali, percebi a potência do lugar. Trazer isso para as cenas foi essencial", ressalta.

Repercussão positiva

Apesar de ter uma longa e premiada carreira no teatro, Isabel Teixeira está em sua segunda novela. A primeira foi "Amor de Mãe" (Globo, 2019-2021), com a personagem Jane. Por conta da Maria Bruaca de "Pantanal", a atriz tem vivido novas experiências no audiovisual e se surpreende com a repercussão nas redes sociais.

"O público de uma novela é maior. Acho bonito e estou gostando de vivenciar isso. As pessoas estão vendo o que a gente faz e tem a completude dessa personagem", assegura.

Intérprete de Maria Bruaca em "Pantanal", Isabel Teixeira comenta grande repercussão de sua personagem na trama

Transição segura dos palcos para a telinha

Em seu papel de maior de destaque na televisão brasileira até o momento, Isabel Teixeira tem conquistado muitos fãs a partir de seu trabalho em "Pantanal".

Com tamanho sucesso a ponto de seus admiradores serem identificados por "bruaquers" nas redes sociais, Isabel já tinha uma experiência vinda do teatro. Agora, ela comenta sobre sua transição dos palcos às televisões, momento decisivo na carreira de alguns grandes atores brasileiros. "Não foi uma escolha. A partir de que eu saio da escola de artes, um trabalho foi levando ao outro. São 38 anos de teatro ininterruptamente, e a vida foi me levando a isso mesmo".

"O teatro é mais artesanal, é para poucos. Tem um alcance que a gente consegue enxergar, a gente vê o público. Esse alcance da televisão, da novela, é um patrimônio do país", afirmou a atriz, em entrevista ao programa "Mais Você", da TV Globo.

Filha do músico Renato Teixeira, a atriz de 48 anos disse que, embora discreta na internet, acompanha a popularidade de sua personagem na nova novela. "Sinto o calor nas redes sociais, estou aprendendo a lidar com isso".

Filme

"Casa Adentro – Painel Oscar Niemeyer" destaca a relevância da região para a obra do maior arquiteto brasileiro

Documentário reforça relação de Niemeyer com a Pampulha

ALEX FERREIRA

"A Pampulha foi o início de Brasília". Esta frase, que sublinha perfeitamente a relação que Oscar Niemeyer (1907-2012) tinha com Belo Horizonte – e mais precisamente com o conjunto arquitetônico da orla da lagoa –, serviu de inspiração para o minidocumentário "Casa Adentro – Painel Oscar Niemeyer", que ganha estreia gratuita e em formato virtual hoje, diretamente no site e no canal do YouTube da Fundação Municipal de Cultura.

Partindo da criação do "Painel Oscar Niemeyer", feito à mão pelo próprio arquiteto em 2003 e que completa 20 anos em 2022, o filme reconstrói um pouco do vínculo que o maior ícone da arquitetura moderna brasileira tinha com a Pampulha – região que serviu de marco inicial para o desabrochar de sua carreira e reconhecimento mundial.

"É um trabalho que demonstra o apreço que o arquiteto tinha pela Pampulha e pela Casa do Baile – ambas obras significativas em sua carreira, e que se tornaram símbolos da força arquitetônica do modernismo, sendo, inclusive, reconhecidas como patrimônio mundial pela Unesco", explica o coordenador do Centro de Referência de Arquitetura, Urbanismo e Design da Cada do Baile, Cássio Campos.

Com direção de Fred Tonucci, a ideia do curta-metragem nasceu de uma pesquisa que se desenvolveu ao longo de um ano – e todo o processo de produção – desde a elaboração do roteiro, gravação, edição e finalização – levou cerca de seis meses para ficar pronto.

"Tudo aconteceu dentro do contexto das comemorações dos 80 anos da edificação da Casa do Baile e dos 20 anos de seu uso como espaço museal", diz Campos.

O filme é costurado por depoimentos de profissionais que acompanharam a elaboração do painel, como os arquitetos Flávio Carsalade e Jair Valera. Mas o ponto alto do vídeo fica com a revelação de detalhes novos sobre a criação do quadro.

"A obra apresenta alguns pontos interessantes que surgiram do processo de pesquisa, sobretudo sobre o contexto de sua confecção e os diferentes elementos iconográficos que o compõem", adianta Cássio.

Para ele, o minidoc serve como o veículo perfeito para mostrar ao público a técnica usada por Niemeyer para criar o painel com croquis da Pampulha e de Brasília.

"Esse desenho nasceu em um importante período da história da Casa do Baile, após o espaço ter sido completamente restaurado e receber sua nova vocação. É uma obra que contém o traço do próprio Niemeyer – e talvez seja o único exemplar do tipo em todo o mundo", enfatiza.

Segundo Campos, o painel é uma obra marcante justamente por enaltece a força da arquitetura da cidade.

"Ele é muito simbólico, pois é um exemplar único do traço desse genial arquiteto voltando para a sua própria arquitetura. O contexto em que ele é confeccionado é muito importante também, já que mostra o compromisso da cidade em proteger, valorizar e comunicar esse importante patrimônio", finaliza.

FRED MAGNO - 15.7.2021

Ícone. Casa do Baile representa um marco para a obra de Niemeyer e para a arquitetura da capital

Serviço

O quê: Lançamento do minidocumentário "Casa Adentro – Painel Oscar Niemeyer"
Quando: Hoje
Onde: No site e no canal do YouTube da Fundação Municipal de Cultura
Quanto: Gratuito

Em cena. Ingressos para espetáculo na capital já estão à venda

Musical sobre Clube da Esquina em BH

DA REDAÇÃO

O Clube da Esquina, movimento musical que está completando 50 anos e extrapolou as montanhas de Minas Gerais, vai ganhar um musical com direção de Dennis Carvalho. "Clube da Esquina – Os Sonhos Não Envelhecem" chega aos palcos em agosto. A estreia acontece no Sesc Palladium, em Belo Horizonte, e fica em cartaz de 19 a 28 de agosto.

As vendas de ingressos para a montagem já começaram. As entradas custam entre R$ 37,50 (meia) e R$ 240 (inteira) e podem ser adquiridas pela plataforma da Sympla.

O espetáculo, que contará com 24 canções, 15 atores e uma banda de cinco músicos em cena, é baseado em "Os Sonhos Não Envelhecem", livro de Márcio Borges publicado originalmente em 1996, reunindo inúmeras histórias dos integrantes do Clube da Esquina.

A produção também será encenada em Ipatinga, no Centro Cultural Usiminas, em 2 de setembro. No Rio de Janeiro, o espetáculo estreia no dia 9 de setembro, no Teatro Riachuelo. Já a temporada paulista acontecerá a partir de 28 de outubro, no Teatro Liberdade.

O elenco foi revelado durante uma live que aconteceu ontem. O ator Tiago Barbosa vai interpretar o personagem principal desta história: Milton Nascimento.

"Clube da Esquina – Os Sonhos Não Envelhecem" vai marcar o retorno de Tiago ao Brasil, após um tempo vivendo na Espanha, onde protagonizou grandes produções da Broadway como "O Rei Leão" e "Kinky Boots".

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Dennis Carvalho é o responsável por conduzir o elenco do musical

Astrologia

Previsões por **OSCAR QUIROGA**
quiroga@astrologiareal.com.br

COMPLEXIDADE

Data estelar: Lua Nova em Câncer.

Fechar os olhos e viajar na imaginação, que atualiza o sentimento de vivermos conectados a algo que pressentimos estar bem perto, mas que sempre nos escapa por entre os dedos quando parecemos ter conquistado. Abrir os olhos e nos depararmos com um cenário complexo, em que tentamos nos equilibrar entre o domínio e nos abandonarmos contrariados a uma sorte caprichosa, já que nela não confiamos cegamente. Entre o abrir e o fechar dos olhos, em cada piscada de transição entre uma dimensão e a outra operamos a magia de arrancar os sonhos da imaginação e lhes darmos cabimento, tal qual camelos caberiam no buraco da agulha. Sim! Podes contar com isso, a experiência de vida, para nós, humanos, é de uma complexidade que causa perplexidade até nos Anjos, é uma experiência que só nós, humanos, conseguimos suportar.

Áries (21/3 a 20/4)

Procure arrumar o lugar em que você passa uma boa parte do seu tempo, para que esse exale aromas agradáveis e seja lindo de se ver. A beleza e harmonia do lugar influenciam muito nos seus estados de ânimo. Ou não?

Touro (21/4 a 20/5)

O que você imagina é um desejo que, se construído com clareza e empenho, se tornará a força motivadora de todas as ações que você empreender. Portanto, invista tempo e emoção na construção das imagens mentais.

Gêmeos (21/5 a 20/6)

Para sua alma se sentir segura não é necessário muita coisa nem muito menos arrumar complicações. Para sua alma se sentir segura e confiante só é necessário você amar a si sem tirar nem pôr, com virtudes e defeitos.

Câncer (21/6 a 21/7)

Neste momento, não há caminho definido, mas há um poder específico que reside na tomada de iniciativas que, ao ser colocadas em prática, inventam um caminho todo novo, inimaginável anteriormente.

Leão (22/7 a 22/8)

Sacrifícios são necessários, porque há momentos da vida que alguém precisa fazer algo que contrarie a onda inerte. Sacrifícios são necessários porque o ser humano é capaz de desenvolver uma visão ampla da realidade.

Virgem (23/8 a 22/9)

A amizade é o único relacionamento potencialmente perfeito entre os seres humanos, portanto, prefira construir amizades, porque através deste tipo de vínculo sua alma sempre encontrará apoio e uma palavra de orientação.

Libra (23/9 a 22/10)

Ainda que sinta muita insegurança, isso não significa que as pessoas irão notar, porque sua alma não é transparente. Portanto, guarde sua insegurança para si e, enquanto isso, desempenhe bem seu papel no mundo.

Escorpião (23/10 a 21/11)

A visão ampla da realidade fará com que você não se meta em encrencas desnecessárias, mesmo que, às vezes, sua alma se meta nelas por puro esporte. Este momento, porém, é propício à libertação e não à encrenca.

Sagitário (22/11 a 21/12)

Valeria a pena investigar um pouco mais tudo isso que levantou suspeitas e que deixou uma pulga atrás da orelha. Investigar fará com que não cometa o erro de julgar precipitadamente. Pode não haver nada aí.

Capricórnio (22/12 a 20/1)

Faça um pouco mais de relações públicas do que o habitual, pois este é um momento rico para as conexões que, de imediato, podem não ter nenhuma utilidade, mas que a longo prazo aproximarão boas oportunidades.

Aquário (21/1 a 19/2)

Os instrumentos são extensões do seu poder de ação, portanto, escolha os que sejam adequados aos projetos que pretende realizar, aprenda a usar esses instrumentos até adquirir destreza excelente. Em frente.

Peixes (20/2 a 20/3)

Faça com que seu regozijo contamine o humor das pessoas com que você se relaciona, lembrando sempre que nem todas são suficientemente receptivas a uma elevação, muitas delas enxergam nisso algo que lhes provoca enfado.

#ficaadica

VINÍCIUS CORREIA/DIVULGAÇÃO

Filarmônica em concerto

Hoje, às 20h30, será realizado mais um concerto da série "Filarmônica em Câmara", com apresentação de músicos e musicistas da orquestra. A apresentação acontece na Sala Minas Gerais (rua Tenente Brito Melo, 1.090, Barro Preto). Os ingressos custam R$ 30 (inteira) e R$ 15 (meia). Informações: www.filarmonica.art.br.

Trombones em destaque

Hoje, às 20h, o Coral de Trombones e Tubas da UFMG realiza concerto no Conservatório UFMG (av. Afonso Pena, 1.534, centro) para celebrar o Dia do Trombonista, em 1º de julho. O repertório apresenta composições de Tom Jobim, Villa Lobos, Edu Lobo, Astor Piazzolla, Dominguinhos, entre outros. A entrada é gratuita.

Mostra na Piccola Galeria

O artista plástico Ian Gavião inaugura hoje, na Piccola Galeria da Casa Fiat de Cultura, a exposição "Entre o Sono e a Vigília", na qual apresenta um conjunto de sete obras, entre esculturas e vídeos. Hoje, às 19h, o artista realiza um bate-papo virtual (inscrições pela Sympla). A mostra fica em cartaz até 14 de agosto, com entrada gratuita.

Cruzadas diretas

Poeta e dramaturga que escreveu o romance "A Obscena Senhora D" (1982)
Estação das (?): vai de outubro a abril na Amazônia
Elevador (?), postal de Salvador
Time de SC que sofreu acidente aéreo em 2016
Grupo de dois
Crime hediondo caracterizado pelo comércio de seres humanos
Relatório do juiz sobre o jogo (fut.)
"(?) So Gay", sucesso de Katy Perry
A comunidade que comemora o "Pessach"
Suçuarana (Zool.)
Idem (abrev.)
Juntei
(?) atolada, prato
(?) Murphy, ator
Agência italiana de notícias (sigla)
Certo, em inglês
Cidade da Colômbia
Objetivo do vendedor
(?) Azuis: como são conhecidas as tropas da ONU
Corpo celeste como Florence
Rival amoroso de Arlequim (Teatro)
Principado situado no Sul da França
Partido da Causa Operária (sigla)
Prefixo de "terabyte"
Brado que iniciava antigas batalhas
Os cantores como Daniel e Luan Santana
Aperitivo servido em coquetéis
Núcleo de Artes Cênicas (sigla)
Item do endereço
Brotar com ímpeto
Aranha amazônica (bras.)
Pronome favorito do possessivo
A origem da gravata
Ceder (sangue)
Orlando Teixeira, poeta brasileiro
(?) do Rio Claro, município mineiro
Classificação do agente da Aids
Rondônia (sigla)
Maré, em espanhol

BANCO 2/ur. 4/ansa — sure. 5/eddie — marea. 10/hilda hilst. 16

Solução

Tradição. Vertente de pesquisa da Escola Neijing aborda aspectos que levam ao adoecimento

Humanismo sanador para o despertar de cada ser

Há 13 anos em BH, espaço oferece técnicas dentro da medicina chinesa

■ ANA ELIZABETH DINIZ
ESPECIAL PARA O TEMPO

DU SALGADO/DIVULGAÇÃO

Letícia Bertelli, professora, e Cristiani Ferraz, coordenadora da Escola Neijing

Há 50 anos nascia a Escola Neijing, fundada pelo mestre em medicina chinesa Jose Luis Padilla Corral. Hoje são 48 unidades em todo o mundo. Há 13 anos, a escola internacional funciona em Belo Horizonte, no bairro Floresta, atuando com um conceito de ensino, atendimento e investigação baseados no estudo da tradição oriental e tendo como pilares fundamentais a assistência a pacientes, a transmissão de ensinamentos e a investigação de elementos terapêuticos.

"Uma das vertentes de estudo da Escola Neijing é o humanismo sanador, que abarca diferentes campos de ação: político, econômico, social, familiar, religioso, sexual, cultural e artístico. Em todos esses contextos encontramos fatores que geram doença, e em todos eles é possível propor soluções segundo a autêntica natureza do ser. O humanismo sanador propõe a revolução interior para o despertar de cada ser", comenta Cristiani Ferraz, professora encarregada e coordenadora da Escola Neijing de Belo Horizonte.

Ela conta que a metodologia proposta por Jose Luis Padilla é a de praticar a medicina chinesa de forma humana, espiritual e artística. "Ele preza essas vertentes de maneira que não estejamos ligados a nenhuma religião, partido político e políticas públicas", diz.

A escola trabalha com um viés artístico bem libertador, "como a dança de cura, músicas sanantes e sagradas, teatro criativo e humanismo sanador. A escola é um espaço onde podemos entender por que adoecemos e quais mecanismos sociais, políticos, culturais e religiosos fazem com que a gente adoeça. O humanismo sanador é um estudo da epigenética, parte da genética que entende que o meio em que vivemos, o ambiente que ocupamos pode interferir na nossa genética, despertar ou suprimir algum gene", ensina a professora.

Um estudo genético, diz Cristiani, "pode apontar para patologias como doença de Parkinson e de Alzheimer, mas isso não quer dizer que essas doenças vão necessariamente se manifestar, pois, para isso, há que se considerar fatores como o ambiente em que a pessoa vive, qual seu grau de estresse, frustração e experiências não gratas. Quando conseguimos compreender esses mecanismos, podemos nos cuidar".

A ideia do humanismo sanador é exatamente esta: "A pessoa se depara com os conflitos humanos e pode dar uma resposta diferente, mais humana, mais bondosa e mais bela. O humanismo entende que o ser humano precisa despertar algumas pérolas na vida: bondade, sinceridade, sentido de imortalidade, solidariedade e amor. Dentro da tradição oriental, esses são os princípios básicos para que o espírito, a alma esteja de fato em harmonia com o corpo", diz Cristiani.

A Escola Neijing oferece algumas terapias sanadoras. "Temos estudos do corpo em movimento, da voz por meio do canto, danças sagradas, músicas sanantes, práticas corporais e chi gong. A proposta é dar outra resposta diante das situações humanas que nos adoecem. Além disso, é importante observar nossos comportamentos", explica a professora.

Onde atua

- **Abre portas e janelas da alma** para que possamos reaprender a conviver de uma maneira mais sensata;
- **Nos faz compreender como nossos sistemas de crença influenciam** em nossa saúde mental e física;
- **Beneficia nossa convivência** com o entorno que habitamos;
- **Permite a compreensão da diversidade** que compõe nossa convivência e ver a virtude de cada um.

SERVIÇO: Na última segunda-feira do mês acontecem os encontros do humanismo sanador na Escola Neijing. Informações: (31) 3484-8120 e (31) 99942-1917.

Puro malte

Fabricação de cerveja era tradição em monastérios

Outra prática sanadora é a produção, desde 2014, da cerveja artesanal Esmeralda. Elaborada com puro malte, ela pode ser consumida em duas versões: belga e preta. A empreitada etílica e sanadora está a cargo de Cristiani Ferraz e Letícia Bertelli. "Há evidências de que a prática da cervejaria originou-se na região da Mesopotâmia, onde a cevada cresce em estado selvagem. Os primeiros registros datam de aproximadamente 6.000 anos e remetem aos sumérios, povo mesopotâmico", relata Cristiani Ferraz.

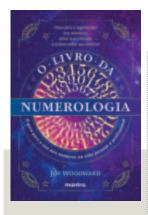
A primeira cerveja produzida foi, provavelmente, um acidente. "Documentos históricos mostram que em 2100 a.C. os sumérios alegravam-se com uma bebida fermentada, obtida de cereais. Na Suméria, cerca de 40% da produção dos cereais destinava-se às cervejarias chamadas 'casas de cerveja', mantida por mulheres", relembra a professora.

"O monopólio da fabricação da cerveja até por volta do século XI continuou com os conventos, que desempenhavam relevante papel social e cultural, acolhendo os peregrinos de outras regiões. Por isso todo monastério dispunha de um albergue e de uma cervejaria. Os monges, por serem os únicos que reproduziam os manuscritos da época, puderam conservar e aperfeiçoar a técnica de fabricação da cerveja", finaliza Cristiani. **(AED)**

estante

lançamentos

"MORTE A ESSÊNCIA DA VIDA: COMO ENCONTRAR NAS PERDAS O CERNE DE NOSSA EXISTÊNCIA", BARBARA BECKER, VR EDITORA, 184 PÁGINAS, R$ 49,90.
Cada um dos 22 capítulos do livro detalha uma experiência de luto e de como a autora encontrou nessas perdas a essência do próprio existir. Histórias pessoais em que a vida e a morte se cruzam de formas inesperadas.

"SEJA GENTIL COM VOCÊ", CINDY BUNCH, EDITORA MUNDO CRISTÃO, 160 PÁGINAS, R$ 31.
A autora convida o leitor a uma disposição interior mais amena diante das frustrações, de modo a identificar pensamentos negativos responsáveis pelas punições autoimpostas e desnecessárias. Ela mostra como lidar com as situações que mais incomodam.

"O LIVRO DA NUMEROLOGIA", JOY WOODWARD, EDITORA MANTRA, 176 PÁGINAS, R$ 62,90.
O livro mostra como alcançar uma vida equilibrada e relacionamentos mais saudáveis por meio da decodificação dos algarismos e como decifrar as sequências numéricas que cercam a pessoa desde o nascimento.

Cidades

UMIDADE

39% Mínima
81% Máxima

9º Mínima
26º Máxima

Clima em BH

O sol vai predominar o dia todo, e não haverá nuvens no céu. Noite de tempo aberto ainda sem nuvens.

TEL: (31) 2101-3938
e-mail: cidades@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838

Caos. Corpo de Bombeiros informou que o fogo começou no 10º andar, depois de uma pequena explosão

Incêndio na Santa Casa causa pavor e evacuação de pacientes

Ninguém morreu devido ao incêndio; pacientes ainda são examinados

ALINE DINIZ
JOSÉ VÍTOR CAMILO
VITOR FÓRNEAS

Por volta de 20h11 de ontem, a avenida Francisco Sales, no bairro Santa Efigênia, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, virou um caos. Um incêndio começou no 10º andar da Santa Casa de Misericórdia e fez com que centenas de pacientes, inclusive da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), precisassem ser evacuados. A técnica de enfermagem Vanderleia Rodrigues de Souza estava no 11º andar, quando o incêndio começou no 10º. Antes de perceber a real situação, ela chegou a achar que se tratava de uma brincadeira.

"De repente, eu escutei alguém gritando 'fogo, fogo'. Cheguei no vão e já foi o desespero dos pacientes e o pessoal tentando tirar. A reação foi unir a equipe e tentar fazer a nossa parte para tentar socorrer. Foi uma cena de terror. Ninguém vai esquecer essa noite", detalhou a funcionária.

Segundo o porta-voz do Corpo de Bombeiros, Pedro Aihara, testemunhas relataram que houve uma falha em algum equipamento, uma pequena explosão e, a partir disso, de um vazamento de oxigênio iniciou-se o incêndio. "O 10º andar foi isolado, o fornecimento de oxigênio nesse andar já foi interrompido e não existe o registro de vítimas no hospital, neste momento", relatou o militar.

No fim da noite de ontem, pacientes já puderam ser realocados para seus leitos. "A gente tinha uma produção de chamas considerável e, por isso, as pessoas se assustaram e quebraram algumas janelas", relatou. Uma vítima foi atendida pelo Corpo de Bombeiros porque estava com "uma situação de insuficiência respiratória devido à inspiração de fumaça", detalhou Aihara.

TRANSFERÊNCIAS. Treze pacientes foram levados para o Hospital de Pronto-Socorro João XXIII, outros três para a Maternidade Odete Valadares e 20 para o Hospital São Lucas. Segundo o diretor jurídico, governança e planejamento do hospital, João Costa de Aguiar Filho, não houve vítimas em decorrência do incêndio. No fim da noite, médicos ainda avaliavam a situação das pessoas transferidas. Ele informou que no 10º andar há 50 unidades de CTI, e que brigadistas usaram extintores antes da chegada do Corpo de Bombeiros. Polícia Militar, Serviço Móvel de Urgência (Samu) e BHTrans também participaram da ação.

JOSÉ VÍTOR CAMILO

Alívio. Com o fogo debelado, profissionais e pacientes voltaram à Santa Casa; 10º andar foi periciado

> "Na hora do incêndio, foram os médicos e enfermeiros que ajudaram os pacientes, foi desesperador"
>
> **Parente de paciente,** 35 anos

> "O importante é que os pacientes que estavam aqui graves estão sendo assistidos no pronto-socorro Hospital João XXIII"
>
> **Fábio Baccheretti** Secretário de Estado de Saúde

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Desespero. Pacientes da Santa Casa ficaram na rua até serem transferidos ou voltarem ao hospital

Ação planejada. Três bandidos sondaram alarmes do local na véspera

Joalheria em prédio na Savassi é assaltada

TATIANA LAGÔA
RAQUEL PENAFORTE

Três criminosos invadiram uma joalheria na Savassi, na madrugada de ontem, furtando joias e outros itens do mostruário. Eles tentaram levar um cofre, mas o abandonaram na porta do prédio.

A joalheria fica no sexto andar e foi o único estabelecimento invadido. "Até a porta arrombada por eles foi justamente a que dá acesso aos cofres, por isso achamos que esse foi um crime planejado", revela Luciene Marchetti, sócia da joalheria. Os bandidos estiveram no edifício no dia anterior para testar alarmes e câmeras, que foram bloqueadas com plantas da decoração do local. Ninguém foi preso. **(Com Lucas Henrique Gomes e Pedro Nascimento)**

VIDEOPRESS PRODUTORA

Câmeras foram tampadas com plantas usadas na decoração local

Postos de combustível

Motoristas abastecem na capital e fogem sem pagar

JULIANA SIQUEIRA

Donos de postos de Belo Horizonte relatam aumento no número de casos de motoristas que abastecem o carro e saem sem pagar a conta. Empresários e gerentes entrevistados contam que o crime é antigo, mas, que desde meados do ano passado, está cada vez mais comum devido à alta dos preços, sobretudo da gasolina.

O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas (Minaspetro) também menciona a questão econômica, alegando do que "a situação mostra certo desespero da população com a escalada do preço dos combustíveis nos últimos meses, um produto essencial para que muitas pessoas possam trabalhar e se deslocar".

Cidades

UMIDADE

39% Mínima
81% Máxima

9º Mínima
26º Máxima

Clima em BH
O sol vai predominar o dia todo, e não haverá nuvens no céu. Noite de tempo aberto ainda sem nuvens.

TEL: (31) 2101-3938
e-mail: cidades@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838

Caos. Corpo de Bombeiros informou que o fogo começou no 10º andar, depois de uma pequena explosão

Ao menos duas pessoas morrem após incêndio na Santa Casa

Pacientes graves foram transferidos para o Hospital João XXIII

■ ALINE DINIZ
JOSÉ VÍTOR CAMILO
VITOR FÓRNEAS

Dois pacientes graves morreram após o incêndio que ocorreu, na noite de ontem, na Santa Casa de Misericórdia. Os detalhes dos óbitos não foram repassados. Por volta de 20h11, a avenida Francisco Sales, no bairro Santa Efigênia, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, virou um caos. O fogo começou no 10° andar do hospital e fez com que centenas de pacientes, inclusive da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), precisassem ser evacuados.

A técnica de enfermagem Vanderleia Rodrigues de Souza estava no 11º andar, quando o incêndio começou no 10°. Antes de perceber a real situação, ela chegou a achar que se tratava de uma brincadeira. "De repente, eu escutei alguém gritando 'fogo, fogo'. Cheguei no vão e já foi o desespero dos pacientes e o pessoal tentando tirar. A reação foi unir a equipe e tentar fazer a nossa parte para tentar socorrer. Foi uma cena de terror. Ninguém vai esquecer essa noite", detalhou a funcionária.

Segundo o porta-voz do Corpo de Bombeiros, Pedro Aihara, testemunhas relataram que houve uma falha em algum equipamento, uma pequena explosão e, a partir disso, de um vazamento de oxigênio iniciou-se o incêndio. "O 10º andar foi isolado, o fornecimento de oxigênio nesse andar já foi interrompido", disse.

No fim da noite de ontem, pacientes já puderam ser realocados para seus leitos. "A gente tinha uma produção de chamas considerável e, por isso, as pessoas se assustaram e quebraram algumas janelas", relatou. Uma vítima foi atendida pelo Corpo de Bombeiros porque estava com "uma situação de insuficiência respiratória devido à inspiração de fumaça", detalhou Aihara.

TRANSFERÊNCIAS. Treze pacientes foram levados para o Hospital de Pronto-Socorro João XXIII, outros três para a Maternidade Odete Valadares e 20 para o Hospital São Lucas. No fim da noite, médicos ainda avaliavam a situação das pessoas transferidas. As duas mortes não ocorreram durante o incêndio, mas pouco depois. As causas serão investigadas. A Santa Casa disse que, no 10º andar, há 50 unidades de CTI, e que brigadistas usaram extintores antes da chegada do Corpo de Bombeiros. Os corpos das vítimas foram encaminhados para o Instituto Médico-Legal (IML).

JOSÉ VÍTOR CAMILO

Alívio. Com o fogo debelado, profissionais e pacientes voltaram à Santa Casa; 10º andar foi periciado

"Na hora do incêndio, foram os médicos e enfermeiros que ajudaram os pacientes, foi desesperador"

Parente de paciente, 35 anos

"O importante é que os pacientes que estavam aqui graves estão sendo assistidos no pronto-socorro do Hospital João XXIII"

Fábio Baccheretti
Secretário de Estado de Saúde

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Desespero. Pacientes da Santa Casa ficaram na rua até serem transferidos ou voltarem ao hospital

Ação planejada. Três bandidos sondaram alarmes do local na véspera

Joalheria em prédio na Savassi é assaltada

■ TATIANA LAGÔA
RAQUEL PENAFORTE

Três criminosos invadiram uma joalheria na Savassi, na madrugada de ontem, furtando joias e outros itens do mostruário. Eles tentaram levar um cofre, mas o abandonaram na porta do prédio.

A joalheria fica no sexto andar e foi o único estabelecimento invadido. "Até a porta arrombada por eles foi justamente a que dá acesso aos cofres, por isso achamos que esse foi um crime planejado", revela Luciene Marchetti, sócia da joalheria. Os bandidos estiveram no edifício no dia anterior para testar alarmes e câmeras, que foram bloqueadas com plantas da decoração do local. Ninguém foi preso. **(Com Lucas Henrique Gomes e Pedro Nascimento)**

VIDEOPRESS PRODUTORA

Câmeras foram tampadas com plantas usadas na decoração local

Postos de combustível

Motoristas abastecem na capital e fogem sem pagar

■ JULIANA SIQUEIRA

Donos de postos de Belo Horizonte relatam aumento no número de casos de motoristas que abastecem o carro e saem sem pagar a conta. Empresários e gerentes entrevistados contam que o crime é antigo, mas, que desde meados do ano passado, está cada vez mais comum devido à alta dos preços, sobretudo da gasolina.

O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado de Minas (Minaspetro) também menciona a questão econômica, alegando que "a situação mostra certo desespero da população com a escalada do preço dos combustíveis nos últimos meses, um produto essencial para que muitas pessoas possam trabalhar e se deslocar".

O TEMPO SPORTS

Oitavas de final.

Atlético encara o Emelec hoje, às 19h15, em Guayaquil, no primeiro capítulo do mata-mata continental

Confirmar a ascensão em momento decisivo

GABRIEL MORAES

Construir um bom resultado no território inimigo, para carimbar a classificação em casa. Com esse objetivo, o Atlético encara o Emelec hoje, às 19h15, no estádio George Capwell, em Guayaquil, no duelo de ida das oitavas de final da Copa Libertadores. O embate no Equador será o primeiro da história entre as duas equipes.

O time comandado pelo técnico Antonio Turco Mohamed iniciou a caminhada rumo à "Glória Eterna" como um dos favoritos do torneio sul-americano. No entanto, oscilou na temporada. Embora tenha fechado a fase de grupos como líder da chave D, com 11 pontos, ficou em quinto lugar na classificação geral entre os 32 clubes.

Apesar de o contexto geral do time não ser considerado espetacular em 2022, o momento atual está propício. Após pressão sobre o trabalho de Turco, o Galo emplacou uma série de três vitórias, sendo duas delas sobre o Flamengo, pelo Campeonato Brasileiro (2 a 0) e pela Copa do Brasil (2 a 1), e outra diante do Fortaleza, em uma virada histórica de 3 a 2.

FORMAÇÃO. A principal expectativa no Galo é pela escalação de Hulk. O atacante foi poupado do último confronto alvinegro, para se tratar de edema no pé direito. No entanto, o camisa 7 treinou na Cidade do Galo antes do embarque para o Equador, bem como participou da última atividade, ontem, em Guayaquil.

Nacho Fernández, suspenso contra o Fortaleza, está de volta. Na lateral direita, Guga vai substituir Mariano novamente, liberado para resolver questões particulares após o falecimento da mãe.

PEDRO SOUZA/ATLÉTICO

Meio-campista Nacho Fernández volta ao time alvinegro na partida de hoje contra os equatorianos, depois de cumprir suspensão na última vitória pela Série A do Brasileiro

Oitavas de final - ida

EMELEC ATLÉTICO
EMELEC: Ortiz; Carabalí; Mejía, Guevara e Pittón; Arroyo, Sebastián Rodríguez, Cevallos e Zapata; Jackson Rodríguez e Cabeza
Técnico: Ismael Rescalvo

ATLÉTICO: Everson; Guga, Nathan Silva, Junior Alonso e Guilherme Arana; Allan, Otávio e Nacho Fernández; Ademir, Eduardo Vargas e Hulk
Técnico: Turco Mohamed

Estádio: George Capwell, em Guayaquil (Equador)

Horário: 19h15

Árbitro: Fernando Rapallini (Argentina)

Auxiliares: Juan Belatti e Diego Bonfa (Argentina)

Transmissão: ESPN, Star+ e rádio **Super 91,7 FM**

Rádio Super

Transmissão. O Show de Esporte da rádio **Super 91,7 FM** começa às 18h, com Dimara Oliveira no comando.
Às 19h15, a narração do jogo entre Emelec e Atlético fica por conta de Pedro Abílio, com comentários de Lélio Gustavo e reportagens de Roberto Abras.

38 jogos
fez o Galo em 2022, com 24 vitórias, dez empates e quatro derrotas

3 vitórias
somou o Atlético em seis jogos pela na fase de grupos da Libertadores

Estratégia

Equatorianos trabalham para tentar parar Hulk e Nacho

O Emelec está há um mês focado no Atlético. Por causa da pausa do meio da temporada no Equador, a última partida oficial ocorreu no último 28 de maio, quando empatou com o Club Técnico Universitário por 1 a 1, pelo Campeonato Equatoriano. O time faz campanha irregular no torneio local e ocupa o sexto lugar. Por isso, o treinador espanhol Ismael Rescalvo está pressionado por uma vitória hoje.

Segundo a imprensa equatoriana, o principal objetivo do Emelec hoje é tentar parar Hulk e o meia Nacho Fernández. O zagueiro Eddie Fernando Guevara afirmou que o grupo assistiu ao confronto do Galo com o Flamengo, pelo jogo de ida das oitavas de final Copa do Brasil, quando o alvinegro venceu por 2 a 1.

"O Mineiro é um time que joga muito, atacando pelas costas quando vê a movimentação do atacante. Observamos também que o Flamengo tentou pressionar para Hulk não receber a bola. Apesar de suas qualidades, o grupo está focado e muito forte no que está por vir", aposta o defensor do Emelec. **(GM)**

Em casa

Jemerson de volta

Após seis anos fora, o zagueiro Jemerson retornou à Cidade do Galo ontem. O defensor de 29 anos, revelado pelo Atlético, deixou o clube em 2016 para defender o Monaco, da França, e, na sequência, passou por Corinthians e Metz, também da França. Anunciado semana passada, ele assinou contrato com o alvinegro até dezembro de 2024.

REPRODUÇÃO/TWITTER-27.6.2022

Mancini busca novo caminho para o Coelho

Fase ruim.

América está há cinco jogos sem vencer no Brasileirão e entrou na zona de rebaixamento da competição

ROSANE MEIRELES

O América vive mau momento na temporada. A situação se complicou ainda mais com o encerramento da 14ª rodada da Série A, que empurrou o time para a zona de rebaixamento, após a derrota para o Flamengo por 3 a 0. Em 17º lugar, com 15 pontos, o Coelho está há cinco jogos sem vencer no Brasileirão (quatro derrotas e um empate), com desempenho de 35,7%.

"Alguma coisa precisamos fazer. Temos tentado de todas as maneiras nesses últimos jogos algum tipo de alteração que faça com que o time retome a segurança, o conforto entre o atacar e o defender. Preciso revigorar a equipe, fazer com que eles sejam mais competitivos para não oscilar tanto e voltar a vencer", analisa o técnico Vagner Mancini.

MUDANÇA DE FOCO. O América volta a campo pelo Brasileirão no próximo domingo, quando recebe o Goiás, às 18h, no Independência, pela 15ª rodada. Antes, porém, terá o primeiro desafio pelas oitavas de final da Copa do Brasil. Na quinta-feira, o Coelho encara o Botafogo, às 19h, no Horto, no duelo de ida.

"Já viramos a chave inúmeras vezes e mostramos que é possível sair de uma situação que nos incomoda", alerta o goleiro Matheus Cavichioli. Ele voltou ao time no revés para o Flamengo, após seis meses afastado para se recuper de angioplastia.

Ingressos

Vendas. Começou ontem a venda online de ingressos para o jogo contra o Botafogo. Os bilhetes custam R$ 60 e R$ 30 (meia-entrada), e o sócio Onda Verde tem direito a acesso duplo. A venda física inicia hoje, às 14h, no Independência e na Loja do América no Boulevard Shopping.

JOÃO ZEBRAL/AMÉRICA

Vagner Mancini reconhece o momento adverso e diz que tem buscado soluções para voltar a vencer

Curtinhas

Conmebol vai premiar clubes

A Conmebol vai premiar os times que conquistarem títulos nacionais, doando 1 milhão de dólares (R$ 5,2 milhões) para cada federação nacional. O valor pode ser dividido entre duas equipes por país. No caso do Brasil, por exemplo, entre os campeões do Brasileiro e da Copa do Brasil, com 500 mil dólares para cada.

Leilão de camisa de CR7 na Ucrânia

Uma camisa de Cristiano Ronaldo autografada foi leiloada por 2,2 mil euros (R$ 12,1 mil), e o valor será usado para compra de medicamentos aos militares ucranianos na guerra. A camisa foi usada pelo português contra a Ucrânia, em 2019, pelas Eliminatórias para a Eurocopa, e doada por um jovem de 14 anos.

MIGUEL RIOPA/AFP-29.3.2022

Duke

www.dukechargista.com.br

Contra violência

MPF estuda jogos com torcida única em todos os estádios

IGOR VEIGA

Durante a apresentação do volante Fernandinho no Athletico-PR, ontem, o presidente do clube, Mario Celso Petraglia, declarou que o Ministério Público Federal (MPF) articula para que todos os jogos no Brasil sejam com torcida única. "Não tem mais condições de manter (torcida dividida). É um custo grande para a sociedade, um custo absurdo para os clubes. Infelizmente, parece-me que em função dos últimos acontecimentos, da violência cada vez pior, o Ministério Público Federal está tentando fazer um movimento para termos jogos com torcida única em todo o Brasil", revelou.

Sem dar detalhes sobre a mobilização no órgão federal, Petraglia alegou que o mundo mudou, a violência está nas ruas. "Sentimos que, pós-pandemia, a violência aumentou muito. Por isso, brigamos pela torcida única", diz.

Até o fechamento desta edição, o MPF não havia se manifestado sobre o assunto.

JOSÉ TRAMONTIN/ATHLETICO-PR

Mario Petraglia, presidente do Athletico-PR, revelou a articulação

Invicto em casa.

Cruzeiro terá Mineirão lotado contra o Sport, presença de Ronaldo e time em grande fase no campeonato

Sintonia perfeita em busca de nova vitória

■ JOSIAS PEREIRA

Com a presença de Ronaldo, o Mineirão lotado mais uma vez e a confiança gerada pelas performances sólidas do time do técnico Paulo Pezzolano, o Cruzeiro volta a campo hoje, às 21h30, para enfrentar o Sport, pela 15ª rodada da Série B do Brasileiro. Mais uma vez, a Raposa chega para mostrar sua força no Gigante da Pampulha.

Com 100% de aproveitamento como mandante na Série B – seis vitórias em seis jogos – e sem sofrer nenhum gol em casa, o time tenta garantir a vitória para ampliar sua vantagem na ponta. A equipe é a única entre todas as séries do futebol brasileiro que ainda não perdeu em casa em 2022 no Nacional.

Jogar diante do torcedor cruzeirense tem sido um fator motivacional importante para o grupo. "A gente sempre disse que nós temos uma torcida apaixonada, uma torcida gigante e que se eles entendessem o quão importante eles são para nossa temporada eles iriam ajudar muito. E assim tem sido. Todo jogo lotado, todo jogo com estádio cheio", diz o goleiro Rafael Cabral. "Eu, particularmente, quando estou ali no hino, vejo toda aquela torcida, só penso no quanto a gente é privilegiado. É também uma motivação a mais para a gente representá-los bem e vencer as partidas, dar alegrias a eles", acrescentou.

NA PONTA. Líder da Série B, com 31 pontos, a Raposa tem um a mais do que o vice-líder Vasco, todavia, com um jogo a menos. O cruz-maltino enfrenta o Novorizontino amanhã, no interior paulista.

O Cruzeiro terá pela frente um Sport que tem a nona melhor campanha como visitante: uma vitória, quatro empates e duas derrotas, que contribuíram para a saída do técnico Gilmar Dal Pozzo. Lisca foi confirmado ontem como novo treinador do time, mas ainda não estará hoje na beira do campo.

GUSTAVO ALEIXO/CRUZEIRO

O Cruzeiro, do goleiro Rafael Cabral, não sofreu nenhum gol em casa até agora na Série B; apoio da torcida tem sido fundamental, segundo ele

> "Eu, particularmente, quando estou ali no hino, vejo toda aquela torcida, só penso no quanto a gente é privilegiado."
>
> **Rafael Cabral**
> GOLEIRO DO CRUZEIRO

6 vitórias
em seis jogos como mandante tem o Cruzeiro na Série B em 2022

31 pontos
soma o Cruzeiro, contra 30 do Vasco, que tem um jogo a mais

Rádio Super

Transmissão. A abertura da jornada esportiva da rádio **Super 91,7 FM** será às 18h, com apresentação de Dimara Oliveira. A narração do duelo entre Cruzeiro e Sport é de Léo Campos, com comentários de Daniel Seabra e reportagens de Josias Pereira.

Série B - 15ª rodada

CRUZEIRO SPORT

CRUZEIRO: Rafael Cabral; Zé Ivaldo, Oliveira e Eduardo Brock; Leonardo Pais (Geovane), Willian Oliveira, Neto Moura, Fernando Canesin e Matheus Bidu; Edu e Rodolfo (Daniel Jr.) **Técnico:** Paulo Pezzolano

SPORT: Mailson; Ewerthon, Rafael Thyere, Sabino, Sander; Fabinho, Bruno Matias, Thiago Lopes, Luciano Juba; Kayke (J. Parraguez) e Bill **Técnico:** César Lucena

Horário: 21h30 - **Estádio:** Mineirão, em Belo Horizonte **Árbitro:** Leandro Pedro Vuaden (CBF-RS) - **Transmissão:** rádio **Super 91,7 FM,** Premiere e Globoplay

Apoio do chefe

Ronaldo Fenômeno

Mais uma vez, o time terá o apoio do chefe. Dono de 90% das ações do Cruzeiro SAF, Ronaldo já adiantou que estará no camarote do clube no Mineirão hoje à noite durante a partida contra o Sport, pela 15ª rodada da Série B. O ex-jogador tem sido presença constante nos jogos do time estrelado em Belo Horizonte.

THOMAS SANTOS/STAFF IMAGES

Dúvida

Pezzolano estuda opções para a vaga de Rafa Silva, vetado com dor no pé

Em função de um incômodo no pé direito, o atacante Rafa Silva foi vetado para a partida de hoje à noite contra o Sport, no Mineirão. Com isso, o técnico Pezzolano estuda algumas opções para o setor ofensivo celeste.

Se o comandante uruguaio preferir armar a equipe com a entrada de um atacante 'de beirada', Vitor Leque, acionado por Pezzolano no segundo tempo contra o Fluminense, pela Copa do Brasil, e elogiado pelo comandante, é a melhor opção. Waguininho não foi sequer relacionado para o duelo, válido pela 15ª rodada.

Caso Pezzolano prefira um atacante mais de área, ele tem outras opções. Rodolfo, principal surpresa do time diante do Fluminense, é uma delas. Luvannor, que parece estar 'em baixa' com Pezzolano, é outra opção.

O volante Neto Moura, que não jogou contra o Fluminense, por ter atuado na Copa do Brasil por outro clube, o Mirassol, está de volta. **(Frederico Teixeira)**

GUSTAVO ALEIXO/CRUZEIRO

Vitor Leque é uma das opções

TABELAS 2022

CAMPEONATO BRASILEIRO > SÉRIE A

Classificação

	EQUIPE	PG	J	V	E	D	GF	GS	SG
1	Palmeiras	29	14	8	5	1	27	10	17
2	Corinthians	26	14	7	5	2	17	10	7
3	Athletico-PR	24	14	7	3	4	17	15	2
4	Internacional	24	14	6	6	2	21	14	7
5	Atlético	24	14	6	6	2	22	16	6
6	Fluminense	21	14	6	3	5	16	14	2
7	Santos	19	14	4	7	3	18	13	5
8	São Paulo	19	14	4	7	3	18	15	3
9	Flamengo	18	14	5	3	6	16	15	1
10	Botafogo	18	14	5	3	6	16	19	-3
11	Avaí	18	14	5	3	6	17	21	-4
12	Bragantino	18	14	4	6	4	20	19	1
13	Atlético-GO	17	14	4	5	5	16	19	-3
14	Goiás	17	14	4	5	5	14	17	-3
15	Ceará	17	14	3	8	3	14	14	0
16	Coritiba	15	14	4	3	7	16	22	-6
17	América	15	14	4	3	7	11	17	-6
18	Cuiabá	13	14	3	4	7	9	16	-7
19	Juventude	11	14	2	5	7	12	24	-12
20	Fortaleza	10	14	2	4	8	12	19	-7

LIBERTADORES
SUL-AMERICANA
REBAIXADOS

PG=PONTOS GANHOS; J=JOGOS; V=VITÓRIAS; E=EMPATES; D=DERROTAS; GF= GOLS FEITOS; GS=GOLS SOFRIDOS; SG=SALDO DE GOLS

REGULAMENTO

As 20 equipes se enfrentam em turno e returno. Os quatro primeiros se classificam para a fase de grupos da Libertadores, enquanto o quinto e o sexto se garantem nas fases preliminares. Caso os campeões da Libertadores, da Copa do Brasil e da Sul-Americana estiverem entre os seis primeiros, o clube seguinte se garante na Libertadores. Os seis clubes seguintes aos classificados para a Libertadores vão para a Copa Sul-Americana. Os quatro últimos caem para a Série B. Os critérios de desempate, em caso de empate em pontos, são os seguintes: vitórias, saldo de gols, gols pró, confronto direto, menos cartões vermelhos, menos cartões amarelos e sorteio.

MAIOR ARTILHEIRO

190 gols

Roberto Dinamite, entre 1971 e 1992

MELHOR ATAQUE

27 GOLS

Palmeiras

MELHORES DEFESAS

10 GOLS

Corinthians e Palmeiras

PIOR ATAQUE

9 GOLS

Cuiabá

PIOR DEFESA

24 GOLS

Juventude

ARTILHARIA

Calleri (São Paulo) — **9 gols**

Jonathan Calleri
NASCIMENTO: 23.9.1983
LOCAL: Buenos Aires (Argentina)
ALTURA: 1,81m
PESO: 70 kg
POSIÇÃO: atacante

JORGE BEVILACQUA/FOLHAPRESS

7 gols
Mendoza (Ceará)
Cano (Fluminense)
Bissoli (Avaí)
Rony (Palmeiras)

QUEM SUBIU

Avaí | Botafogo | Coritiba | Goiás

QUEM DESCEU

Bahia | Chapecoense | Grêmio | Sport

JOÃO GODINHO

MAIOR CAMPEÃO

10 títulos

Palmeiras

MAIOR PÚBLICO

155.523 pessoas

Flamengo 3 x 0 Santos, em 29.5.1983

ÚLTIMO CAMPEÃO

Atlético

13ª rodada

Sábado, 18/6

Cuiabá	0 x 0	Ceará
Santos	2 x 2	Bragantino

Domingo, 19/6

Atlético	2 x 0	Flamengo
Corinthians	1 x 0	Goiás
Coritiba	0 x 1	Athletico-PR
Atlético-GO	3 x 1	Juventude
Internacional	2 x 3	Botafogo
Fortaleza	1 x 0	América
Fluminense	2 x 0	Avaí

Segunda, 20/6

São Paulo	1 x 2	Palmeiras

14ª rodada

Sexta, 24/6

Internacional	3 x 0	Coritiba

Sábado, 25/6

Athletico-PR	4 x 2	Bragantino
Flamengo	3 x 0	América
Corinthians	0 x 0	Santos
Atlético	3 x 2	Fortaleza

Domingo, 26/6

Botafogo	0 x 1	Fluminense
Avaí	2 x 2	Palmeiras
São Paulo	0 x 0	Juventude
Ceará	1 x 1	Atlético-GO
Goiás	1 x 0	Cuiabá

15ª rodada

Sábado, 2/7

16h30	Fluminense	x	Corinthians
16h30	Juventude	x	Atlético
19h	Santos	x	Flamengo
19h	Ceará	x	Internacional
21h	Palmeiras	x	Athletico-PR

Domingo, 3/7

11h	Avaí	x	Cuiabá
16h	Atlético-GO	x	São Paulo
18h	América	x	Goiás
18h	Coritiba	x	Fortaleza

Segunda 4/7

20h	Bragantino	x	Botafogo

16ª rodada

Sábado, 9/7

16h30	Bragantino	x	Avaí
19h	Fluminense	x	Ceará
20h30	Goiás	x	Athletico-PR

Domingo, 10/7

11h	Coritiba	x	Juventude
16h	Corinthians	x	Flamengo
18h	Atlético	x	São Paulo
18h	Santos	x	Atlético-GO
18h	Fortaleza	x	Palmeiras
19h	Cuiabá	x	Botafogo

Segunda, 11/7

20h	Internacional	x	América

CAMPEONATO BRASILEIRO > **SÉRIE B**

CLASSIFICAÇÃO

	EQUIPE	PG	J	V	E	D	GF	GS	SG
1	Cruzeiro	31	13	10	1	2	16	5	11
2	Vasco	30	14	8	6	0	16	5	11
3	Bahia	25	14	8	1	5	15	8	7
4	Grêmio	22	14	5	7	2	12	5	7
5	Sport	21	14	5	6	3	9	6	3
6	Tombense	20	14	4	8	2	16	14	2
7	Criciúma	19	14	5	4	5	15	13	2
8	Londrina	18	13	5	3	5	15	16	-1
9	CRB	18	14	5	3	6	11	17	-6
10	Brusque	17	14	5	2	7	10	13	-3
11	Novorizontino	17	14	4	5	5	12	16	-4
12	Operário	16	14	4	4	6	14	15	-1
13	Sampaio Corrêa	16	14	4	4	6	13	15	-2
14	Chapecoense	15	13	3	6	4	10	10	0
15	CSA	15	14	2	9	3	9	11	-2
16	Ituano	14	13	3	5	5	13	14	-1
17	Náutico	14	14	3	5	6	12	17	-5
18	Ponte Preta	13	14	3	4	7	8	13	-5
19	Guarani	13	14	2	7	5	9	16	-7
20	Vila Nova-GO	11	14	1	8	5	8	14	-6

ACESSO À SÉRIE A · REBAIXADOS

PG=PONTOS GANHOS; J=JOGOS; V=VITÓRIAS; E=EMPATES; D=DERROTAS; GF= GOLS FEITOS; GS=GOLS SOFRIDOS; SG=SALDO DE GOLS

VÍTOR SILVA/BOTAFOGO

ATUAL CAMPEÃO

Botafogo

MAIORES CAMPEÕES

2 títulos

América, Botafogo, Bragantino, Coritiba, Palmeiras e Paysandu

ARTILHARIA

Diego Souza (Grêmio)
Diego de Souza Andrade
NASCIMENTO: 17/6/1985
LOCAL: Rio de Janeiro
ALTURA: 1,86 m
PESO: 89 kg
POSIÇÃO: atacante

7 gols

LUCAS UEBEL/GREMIO FBPA

6 gols

Lucca **(Ponte Preta)**

5 gols

Gabriel Poveda **(Sampaio Corrêa)**
Edu **(Cruzeiro)**
Anselmo Ramon **(CRB)**
Ciel **(Tombense)**

MELHORES ATAQUES

16 gols

Cruzeiro, Vasco e Tombense

PIORES ATAQUES

8 gols

Ponte Preta e Vila Nova-GO

MELHORES DEFESAS

5 gols

Cruzeiro, Vasco e Grêmio

PIOR DEFESA

17 gols

CRB e Náutico

13ª rodada

Terça, 14/6			
	Bahia	0 x 1	Chapecoense
Quinta, 16/6			
	Cruzeiro	2 x 0	Ponte Preta
	Vila Nova-GO	0 x 0	Operário
Sexta, 17/6			
	Criciúma	0 x 1	Brusque
	CRB	1 x 1	Ituano
Sábado, 18/6			
	Grêmio	2 x 0	Sampaio Corrêa
	Novorizontino	1 x 3	Tombense
	Londrina	0 x 1	Vasco
	Náutico	1 x 1	Sport
Domingo, 19/6			
	Guarani	0 x 0	CSA

14ª rodada

Terça, 21/6			
	Chapecoense	1 x 2	CRB
Quinta 23/6			
	Ponte Preta	0 x 0	Sampaio Corrêa
	CSA	1 x 1	Grêmio
Sexta, 24/6			
	Londrina	3 x 1	Guarani
	Vasco	3 x 0	Operário
Sábado, 25/6			
	Criciúma	1 x 0	Vila Nova-GO
	Bahia	0 x 1	Novorizontino
	Sport	0 x 0	Brusque
Domingo, 26/6			
	Tombense	1 x 1	Náutico
Terça, 5/7			
19h	Ituano	x	Cruzeiro

15ª rodada

Segunda, 27/6			
	Operário	x	Chapecoense*
	Sampaio Corrêa	x	CSA*
Terça, 28/6			
19h	Brusque	x	Bahia
19h	Grêmio	x	Londrina
21h30	Guarani	x	Ituano
21h30	Cruzeiro	x	Sport
21h30	Vila Nova-GO	x	Ponte Preta
Quarta, 29/6			
19h	Náutico	x	Criciúma
21h30	CRB	x	Tombense
21h30	Novorizontino	x	Vasco

*JOGO NÃO ENCERRADO ATÉ O FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO

16ª rodada

Sexta, 1/7			
19h	Chapecoense	x	Sampaio Corrêa
21h30	Brusque	x	Operário
21h30	Cruzeiro	x	Vila Nova-GO
Sábado, 2/7			
11h	Londrina	x	CSA
16h30	Ituano	x	Criciúma
19h	Náutico	x	Novorizontino
20h30	CRB	x	Guarani
Domingo, 3/7			
11h	Ponte Preta	x	Tombense
16h	Vasco	x	Sport
16h	Bahia	x	Grêmio

REGULAMENTO

As 20 equipes se enfrentam em turno e returno e os quatro primeiros colocados sobem para a Série A. Os quatro últimos caem para a Série C. Os critérios de desempate, em caso de empate em pontos, são os seguintes: vitórias, saldo de gols, gols pró, confronto direto, menos cartões vermelhos, menos cartões amarelos e sorteio.

QUEM SUBIU

Criciúma

Ituano

Novorizontino

Tombense

QUEM DESCEU

Brasil-RS

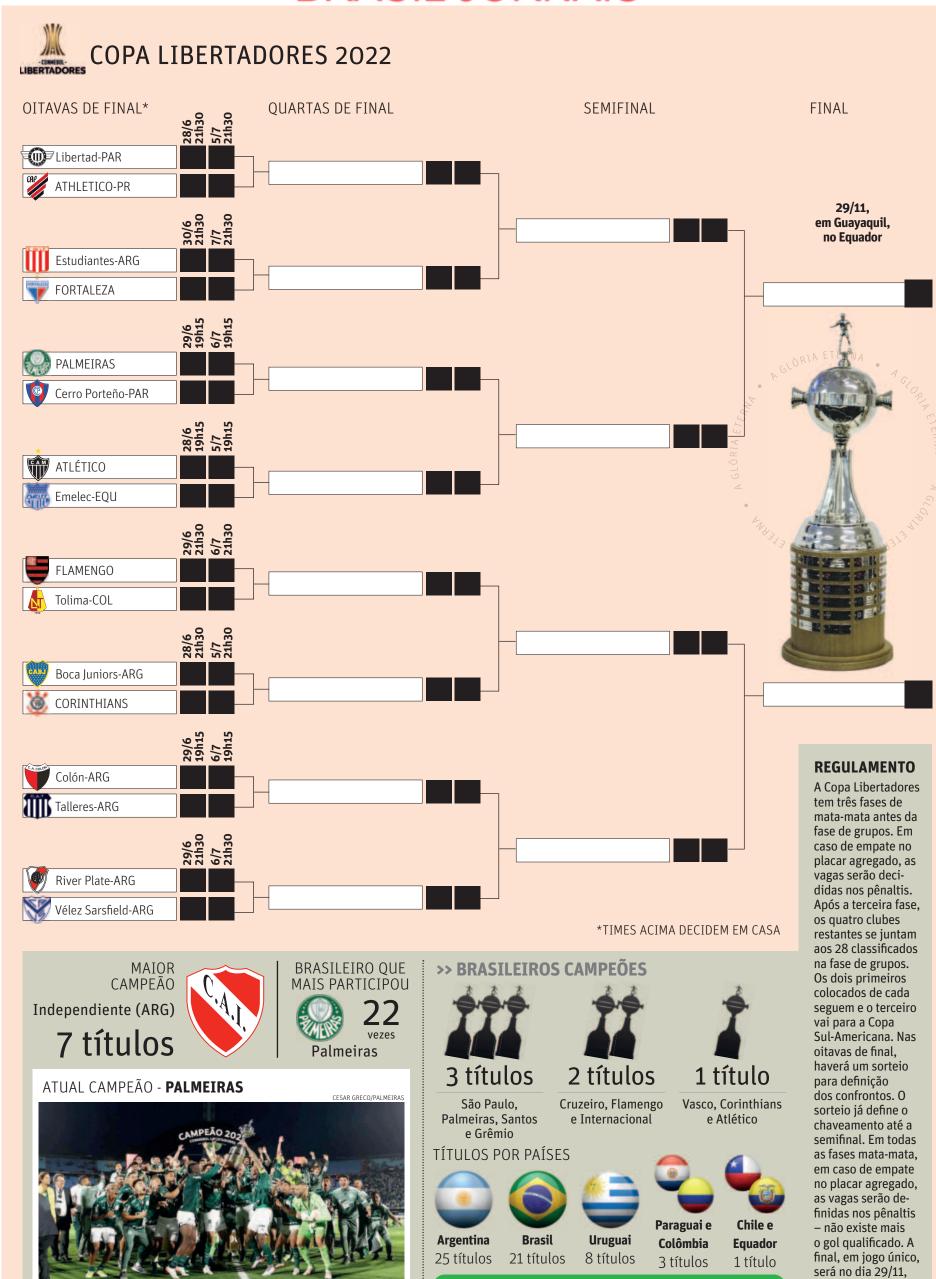
Confiança

Remo

Vitória

MAIORES PÚBLICOS

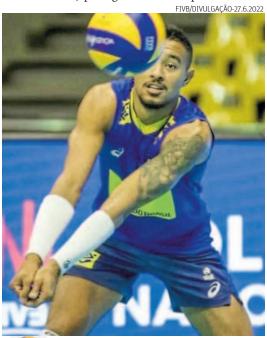
81.904	79.636	74.694	65.023
Vasco **2 x 1** Juventude	Vasco **4 x 0** Ipatinga	Atlético **2 x 2** América-RN	Santa Cruz **2 x 1** Portuguesa
7/11/2009	22/8/2009	25/11/2006	26/11/2005

REGULAMENTO

A Copa Libertadores tem três fases de mata-mata antes da fase de grupos. Em caso de empate no placar agregado, as vagas serão decididas nos pênaltis. Após a terceira fase, os quatro clubes restantes se juntam aos 28 classificados na fase de grupos. Os dois primeiros colocados de cada seguem e o terceiro vai para a Copa Sul-Americana. Nas oitavas de final, haverá um sorteio para definição dos confrontos. O sorteio já define o chaveamento até a semifinal. Em todas as fases mata-mata, em caso de empate no placar agregado, as vagas serão definidas nos pênaltis – não existe mais o gol qualificado. A final, em jogo único, será no dia 29/11, em Guayaquil, no Equador.

Bruno Voloch
bruno.voloch@otempo.com.br

Renan covarde e Maique fritado

O mal do ser humano é subestimar a inteligência do outro. A coluna não se surpreende. A etapa de Sófia, na Bulgária, serviu apenas para confirmar e escancarar o processo de fritura do líbero Maique. O técnico Renan e seus asseclas agiram nos bastidores e, estrategicamente, derrubaram o jogador do Minas. Paralelamente, blindaram Thales, protegido do senado. O ridículo rodízio proposto inicialmente não seria suficiente para deixar o caminho livre. O treinador então enxergou na Polônia a oportunidade ideal. E deu certo. Propositalmente, usaram Maique na partida mais complicada da etapa, jogo em que a seleção dava a derrota como certa. E aconteceu. A justificativa estava pronta.

FIVB/DIVULGAÇÃO-27.6.2022

Maique, do Minas, foi fritado durante a Liga das Nações e deveria pedir o boné

Clubes x seleção

A meta de uma discussão ou debate não deveria ser a vitória, mas o progresso como um todo da equipe. Só que o vôlei brasileiro, por razões óbvias, está longe disso. A lesão de Alan, vítima da falta de planejamento da comissão técnica brasileira, reabre a discussão entre seleção e os clubes.

Jogo sujo

O pior estaria por vir. Jogaram sujo demais. O saque da Polônia faria o mesmo estrago com qualquer um na função. Só que, a partir da inevitável derrota, a sórdida missão foi definitivamente colocada em prática. Usaram Thales contra o time misto da Sérvia, onde perder seria impossível, e os fracos Irã e Bulgária. Dois pesos, duas medidas. Maique deveria pedir o boné. O jogo de cartas marcadas da seleção é pernicioso, mesquinho e degradante.

Seleção x clubes

Não é a primeira e certamente não será a última vez. A ruptura no tendão de Aquiles deixará Alan pelo menos oito meses longe das quadras. Para a seleção tanto faz, para o clube, não. Blumenau, que sonhava alto, investiu pesado e ficará sem o jogador na Superliga. O que mudou? Nada.

Seleção brasileira

A maior covardia é não ter a coragem de dizer e demonstrar em público os sentimentos.

Importância dentro e fora

Rosamaria. Aos 28 anos, jogadora é uma das atletas mais experientes do grupo de José Roberto

DANIEL OTTONI

A oposta Rosamaria, da seleção brasileira feminina de vôlei, precisou ter paciência para começar a ganhar esperados minutos dentro do time nacional comandado pelo técnico José Roberto Guimarães. Esta é a primeira temporada em que ela assumiria a função de titular da equipe, situação que acabou sendo postergada em virtude de lesão sofrida há alguns meses.

Hoje, às 11h, em Sofia, na Bulgária, o Brasil encara a China no primeiro jogo da última semana da Liga das Nações. A seleção ocupa a terceira posição, perto da classificação para a fase final, que vai acontecer na Turquia.

Rosa tem tudo para entrar hoje como titular e dar sua dose de contribuição também fora de quadra, uma vez que ela é uma das mais experientes do atual elenco. "Eu já passei por bastante coisa por aqui, mas a gente sempre tem muito mais para aprender. Estou muito feliz de poder representar o Brasil mais uma vez. Esse espaço na seleção precisa ser conquistado todos os dias. Quero passar um pouco da minha experiência para elas, e, ao mesmo tempo, deixá-las mais tranquilas, mais à vontade para que possam mostrar 100% do talento que eu sei que elas têm.", comenta a jogadora, que seguirá no vôlei italiano na próxima temporada.

APOIO. O técnico José Roberto Guimarães sabe da importância da jogadora que, nos últimos anos, disputou posição com Tandara, que agora está fora da seleção, suspensa por doping. "A Rosamaria ainda está voltando à melhor forma depois de uma contusão importante. É muito bom contar com ela no grupo", avalia José Roberto Guimarães.

CBV/DIVULGAÇÃO

A oposta Rosamaria tem tudo para entrar como titular hoje e colaborar com o grupo agora dentro de quadra

Mais esportes

Ana Marcela conquista bicampeonato mundial

Eleita a maior atleta feminina do Brasil, Ana Marcela Cunha não para de obter triunfos na consagrada carreira. Ontem, a nadadora confirmou a boa fase ao garantir o bicampeonato mundial dos 5 km de águas abertas ao bater em primeiro em Budapeste. Pela quinta vez seguida, ela sobe no pódio do Mundial na categoria. Ana Marcela completou a prova dos 5 quilômetros com 57m52s9, enquanto a também brasileira Viviane Jungblut ficou em sexto.

Ingrid Oliveira faz história para o Brasil

O Brasil obteve mais um feito histórico no Mundial de Esportes Aquáticos de Budapeste, na Hungria. Ontem, Ingrid Oliveira ficou na quarta posição na final dos saltos ornamentais, da plataforma de 10 m, e conquistou um resultado inédito para o país. É a primeira vez que uma brasileira chega tão perto de um lugar no pódio na modalidade durante um Mundial. "Estou muito feliz. Estava brigando pela medalha, acabou não vindo... Fiquei muito perto", disse.

Bia Haddad cai na estreia de Wimbledon

Durou apenas um jogo o sonho de Bia Haddad de conquistar seu primeiro Grand Slam na carreira. Depois do ótimo desempenho na abertura da temporada de grama, com dois títulos e uma semifinal, a brasileira chegou entre as favoritas em Wimbledon, mas caiu logo no primeiro jogo, diante da eslovena Kaja Juvan, por 2 a 1, parciais de 6/4, 4/6 e 6/2. Número 62 do mundo, Kaja Juvan forçou o jogo nos serviços da brasileira e acabou levando a vitória.

Cruzeiro. Líder isolado da Série B, time celeste faz confronto direto com Sport, às 21h30, no Mineirão. **Página 43**

O TEMPO SPORTS

O TEMPO BELO HORIZONTE **TERÇA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2022** otempo.com.br

TEL: (31) 2101-3921 **Editor:** Frederico Jota - frederico.jota@otempo.com.br **e-mail:** superfc@otempo.com.br **twitter:** @supernoticiafm **Atendimento ao assinante:** (31) 2101-3838

PEDRO SOUZA/ATLÉTICO-26.6.2022

LIBERTADORES

Primeiro capítulo

Atlético fica na expectativa de poder contar com o futebol de Hulk, que se recupera de edema no pé, e vai para cima do Emelec, hoje, às 19h15. Será a parte 1 do confronto de 180 minutos com os equatorianos pelas oitavas de final.

Página 41

LOTERIA

25/6

Dupla Sena	concurso 2.383					
1º sorteio	11	12	14	21	23	39
2º sorteio	02	10	20	29	41	46

27/6

Lotomania				concurso 2.331
01	10	21	24	29
32	40	41	46	48
51	54	68	69	81
87	90	91	93	99

27/6

Lotofácil				concurso 2.557
02	03	04	05	06
07	08	09	10	11
12	17	18	21	22

25/6

Federal	concurso 5.675
1º prêmio	13.930
2º prêmio	75.071
3º prêmio	33.840
4º prêmio	25.977
5º prêmio	59.707

25/6

Mega Sena					concurso 2.494
01	04	10	22	53	54

25/6

Timemania						concurso 1.800
02	10	29	35	46	48	59

27/6

Quina				concurso 5.882
05	21	45	75	78

O TEMPO publica diariamente o resultado das loterias. Fique atento ao número do sorteio.

ÍNDICE Caderno A

Atendimento ao assinante
Capital e Grande BH 2101-3838
Interior 0800-703-4001

ISSN 1807-8419
9771807841035